

v. 22 n. 1  
jan./jun. 2021



Dossiê  
**GÊNERO E  
SEXUALIDADE II: Gênero,  
Estéticas e Performances**

# SUMÁRIO

**v. 22, n. 1 (2021 – Janeiro/Junho)**

**DOSSIÊ GÊNERO E SEXUALIDADE II: Gênero, Estéticas e Performances**

---

**EDITORIAL**

**5-6**

**DOSSIÊ**

---

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL: UM RECORTE DE GÊNERO**

*SEXUAL DIVISION OF LABOR AND OCCUPATIONAL SEGREGATION: A GENDER CUT*

Ana Monteiro Costa

Marcela Bezerra Ribeiro

Maria Fernanda Gatto

**7-23**

**ALLURING, MELANCHOLY AND BEAUTIFUL: QUEER SENSIBILITIES AND NEO-BAROQUE AESTHETIC IN CONTEMPORARY PHOTOGRAPHY**

Ribamar José de Oliveira Júnior

Huber David Jaramillo Gil

**24-48**

**AS MULTIFACES DO SUJEITO**

Aryanne Sérgia Queiroz de Oliveira

Guilherme Paiva de Carvalho

**49-70**

**“FIQUEI COM ABUSO DELE”: CONVERSAS COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM APODI/RN**

*I WAS ABUSED BY HIM: CONVERSATIONS IN WOMEN SITUATIONS OF VIOLENCE IN APODI/RN*

Priscila Vieira Ferreira

Lore Fortes

**71-88**

**A MULHER-PROFESSORA BAIANA DIANTE DA FORMAÇÃO IMPOSTA EM SERVIÇO: RESISTÊNCIA E EMBATES DISCURSIVOS**

*THE WOMAN-TEACHER FROM BAHIA BEFORE THE TRAINING IMPOSED IN SERVICE: RESISTANCE AND DISCURSIVE STRUGGLES*

Gláucia Rejane da Costa

**89-108**

## ENTREVISTA

---

### ENTREVISTA A MARCIA DOS SANTOS MACEDO

Anna Christina Freire Barbosa  
Heloisa de Sousa

109-122

## ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

---

### HÁ MUITAS MANEIRAS DE NARRAR A HUMANIDADE: POR OUTRA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA POSSÍVEL

*THERE ARE MANY WAYS OF NARRATING HUMANITY: FROM ANOTHER POSSIBLE ANTHROPOLOGICAL APPROACH*

Karlla Christiane Araújo Souza  
Ozaías Antônio Batista

123-136

### PERCEÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO RN *DEMOCRATIC AND POLITICAL PERCEPTION OF HIGH SCHOOL STUDENTS IN RN*

Luiz Antonio Ferreira  
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros

137-156

## POIESIS

---

### O ANALFABETO POÉTICO

José D'Assunção Barros

157-159

### INADEQUO-ME

Pók Ribeiro

160-161

## RESENHAS

---

### ELEANOR MARX: A LIFE

Barbara Freitag-Rouanet

162-164

### DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Deise Cristiane do Nascimento

165-168

## EXPEDIENTE

---

EXPEDIENTE

169-170

# EDITORIAL

Com este volume, *GÊNERO E SEXUALIDADE II: gênero, estéticas e performances*, organizado por Lore Fortes e Anna Christina Freire Barbosa, damos continuidade ao Dossiê anterior, que abordava a mesma temática.

Dentro da perspectiva dessa temática que inspirou este número da Cronos, iniciamos com uma explicação da imagem da capa, criada por Geovane Almeida, nosso auxiliar de editoria, multiartista, conhecido por Gigio Almeida, que nos ofertou sua obra para abrir este número da nossa revista. A imagem foi inspirada no *Renascimento: Bonsai da Vida e Mulher Resistência*. Significa que para curar-se é preciso renascer, procurando distinguir o que não serve mais na nossa nova vida e o que não faz bem para a alma, dentro de um processo de renascer melhor. Para curar-se, é necessário se reinventar. Todo mundo já escutou alguma vez na vida sobre o mito do renascimento da fênix. O pássaro que, após a sua morte, entra no processo solitário de combustão para depois renascer das próprias cinzas. Geovani destacou-se dentre grandes criativos artistas potiguares no maior e mais importante salão de artes contemporâneas do Rio Grande do Norte, o Salão Dorian Gray. Seu projeto para essa exposição foi o *Bonsai como cura e resiliência em tempos de pandemia!* O bonsai nascendo do ventre da mulher, resistência que simboliza a necessidade de renascimento!

O Dossiê reúne cinco artigos: o primeiro, *Divisão Sexual do Trabalho e Segregação Ocupacional: Um Recorte de Gênero*, de autoria de Ana Monteiro Costa e Marcela Bezerra Ribeiro (UFPE), apresenta, sob uma análise feminista de gênero, as desvantagens das mulheres na divisão social do trabalho. O segundo artigo, *Alluring, melancholy and beautiful: queer sensibilities and neo-baroque aesthetic in contemporary photography*, de Ribamar José de Oliveira Junior (UFRJ) e Huber David Jaramillo Gil (WCM), aborda as sensibilidades *queer* com base na análise das obras fotográficas de Severo Sarduy (Cuba, 1937-1993), Pedro Lemebel (Chile, 1952-2015), Alair Gomes (Brasil, 1921-1991) e Hudinilson Junior (Brasil, 1957- 2013), incluindo nessa análise um enfoque estético e de performances. O terceiro artigo, *As Multifaces dos Sujeitos*, cujos autores são Aryanne Sérgia Queiróz de Oliveira e Guilherme Paiva de Carvalho, ambos da UERN, apresenta uma análise da constituição da identidade de gênero dos sujeitos, demonstrando que esta tem sido atravessada por diversos saberes, poderes científicos e por preconceitos gerados pela cultura e/ou costumes da sociedade ocidental. Dessa forma, sujeitos multifacetados, apresentam-se como *personagens* diversos, na tentativa de reconhecimento social. O quarto artigo do Dossiê, *“Fiquei com abuso dele”: conversas com mulheres em situação de violência em Apodi/RN*, de Priscila Vieira Ferreira e Lore Fortes, apresenta resultados da pesquisa de mestrado (PPGCS/UFRN) de Priscila sobre a violência de gênero, abordando a visão das mulheres sobre as situações vivenciadas. O quinto artigo, de Gláucia Rejane da Costa, aborda a feminização da docência entre professoras do ensino médio na Bahia,

analisando os discursos dessas docentes e identificando efeitos de resistência e rejeição à domesticação envolvida em seu processo de formação continuada.

De acordo com o formato tradicional da revista Cronos, são apresentados ainda dois artigos de Temática Livre na área de Ciências Sociais: o artigo de Karlla Christine Araújo Souza e Ozaías Antônio Batista, *Há muitas maneiras de narrar a humanidade: por outra abordagem antropológica possível*. O texto dos autores busca compreender o homem a partir de múltiplas dimensões: biológica, cultural, social e psicológica, adotando como estratégia cognitiva a conjugação dos saberes da tradição e do conhecimento científico. O segundo artigo de temática livre é de autoria de Luiz Antonio Ferreira e Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros, ambos da UERN, com o título *Percepção democrática e política dos estudantes do ensino médio do RN*. O foco é a percepção dos jovens estudantes acerca dos direitos e deveres dos cidadãos e a importância da democracia. A conclusão é que embora esses jovens apresentem convicções democráticas, revelam descrença nos partidos políticos e na democracia vigente, ao mesmo tempo em que lamentam a perda e espaço da educação.

Em seguida, foi realizada por Anna Christina Freire Barbosa e Heloisa de Sousa uma entrevista com a Profa. Dra. Márcia dos Santos Macedo (UFBA), integrante e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM-UFBA, apresentando o trabalho coletivo feminista efetuado na UFBA, que gerou em consequência a criação do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Essa entrevista aborda alguns temas de gênero e sexualidade relacionados com o racismo, mostrando o enfoque adotado por esse grupo feminista da UFBA no ensino, pesquisa e extensão.

Dois textos poéticos são publicados na parte reservada à Poiesis. O professor e pesquisador da UFRRJ, José D'Assunção Barros, apresenta um poema-reflexão inspirado na obra do dramaturgo e poeta alemão Berthold Brecht. A poeta baiana, Pók Ribeiro, escritora, professora e coordenadora do Coletivo "Vozes-Mulheres: além das margens", apresenta o poema - *Inadequo-me*.

Duas resenhas completam este número da Cronos: na primeira, Barbara Freitag-Rouanet resenha o livro de Rachel Holmes: *Eleanor Marx: A Life*. Deise Cristiane do Nascimento resenha o livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento como liberdade*.

Finalizando, sinalizamos a satisfação pelas contribuições de um artigo em inglês com a participação de Huber David Jaramillo Gil, da Grã-Bretanha, trazido por Ribamar José de Oliveira Junior, que apresenta as sensibilidades *queer* visualizadas por importantes contribuições fotográficas. Da mesma forma, registramos o presente que nos foi dado por Barbara Freitag-Rouanet com sua resenha do livro de Rachel Holmes, *Eleanor Marx: A Life*, obra que ainda não está traduzida para o português, trazendo à luz importantes informações sobre a vida dos clássicos da Sociologia. Agradecemos as contribuições de todas as pessoas que participaram deste número da Cronos.

OS EDITORES

# DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL: UM RECORTE DE GÊNERO

## SEXUAL DIVISION OF LABOR AND OCCUPATIONAL SEGREGATION: A GENDER CUT

Ana Monteiro Costa<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-4495-8224>

Marcela Bezerra Ribeiro<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0001-9520-1670>

Maria Fernanda Gatto<sup>3</sup>

<http://orcid.org/0000-0001-8283-0304>

### RESUMO

O objetivo deste estudo consiste na realização de uma sucinta análise da divisão sexual do trabalho, motivada pela observação empírica de que existe uma grande disparidade entre os sexos no mercado de trabalho, tanto no quesito de alocação de funções quanto na valorização do serviço de cada um. Utilizando-se da revisão de literatura sobre o tema, reforçada pela análise descritiva de dados comparativos, foi possível concluir que o mercado de trabalho brasileiro está sujeito à segregação ocupacional por gênero, sendo permeado por discriminação e por desvalorização do trabalho feminino, alocando, em grande escala, as mulheres em ocupações precárias.

**Palavras-chave:** Trabalho; Segregação ocupacional; Discriminação de gênero; Economia feminista.

### ABSTRACT

The objective of this study was to carry out a succinct analysis of the sexual division of labor, motivated by the empirical observation that there is a great disparity between the sexes in the labor market, both in terms of job allocation and in the valuation of each one's service. Using the literature review on the topic, reinforced by the descriptive analysis of comparative data, it was possible to conclude that the Brazilian labor market is subject to

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorado em Economia pela PPGE/UFPE. Mestre em Desenvolvimento Rural pela PGDR/UFPE e graduada em Economia pela PUCRS.

<sup>2</sup> Graduação em Ciências Econômicas/UFPE.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Economia pela PIMES/UFPE. Mestre em Economia pela PIMES/UFPE e graduação em Economia pela UFPE.

occupational segregation by gender, being permeated by discrimination and devaluation of female work, allocating, in large part scale, women in precarious occupations.

**Keywords:** Job; Occupational segregation; Gender discrimination; Feminist economics.

## INTRODUÇÃO

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. É possível observar um histórico de precarização e de desvalorização do trabalho feminino que ainda persiste. Neste artigo, são debatidas as origens e as nuances atuais dessa condição, por meio dos conceitos de divisão sexual do trabalho, de segregação ocupacional e de discriminação, além de uma discussão a respeito da segregação de gênero e da delegação de trabalho para outras mulheres com condições econômicas e sociais mais precárias. O objetivo é investigar as origens dos fatores socio-culturais que acabam por ter reflexo nas diferenças econômicas a partir do gênero. Para tanto, foi utilizado o método analítico de revisão bibliográfica aliado à coleta e à análise descritiva de dados a respeito dos temas abordados.

A divisão sexual do trabalho advinda dos papéis de gênero é observável em todas as esferas da sociedade, afetando as chances de sucesso profissional das mulheres, além de as submeterem a situações discriminatórias. A importância do presente estudo recai, em parte, sobre a necessidade de discutir esse problema social por meio de um viés econômico, contribuindo, assim, para a busca de possíveis soluções.

Para cumprir com o objetivo proposto, este artigo se divide em cinco partes principais, sendo a primeira esta introdução e a última, as considerações finais. Na segunda parte, intitulada “Trabalho e Gênero”, são discutidas as bases históricas que explicam como se desenrolou a divisão sexual do trabalho, passando por alguns dos diversos modos de produção da economia, ressaltando a tripla jornada de trabalho assumida pelas mulheres a partir da inserção produtiva. De forma geral, é possível entender que esse é um fenômeno que antecede até mesmo o desenvolvimento da manufatura, tendo as suas raízes na construção social dos papéis de gênero. Além disso, são abordadas, no subtópico 2.1, questões relacionadas à discriminação de gênero no mercado de trabalho.

Na terceira parte, são tratadas as transformações pelas quais o mercado de trabalho brasileiro foi submetido, por meio da perspectiva da inserção do trabalho feminino. O objetivo é discutir os motivos para a persistência do hiato salarial entre homens e mulheres, além das maneiras de precarização do trabalho feminino. Além disso, no subtópico 3.1, será apresentado o debate acerca de existência de discriminação de gênero no mercado de trabalho, com respaldo de dados e de pesquisas qualitativas. Na quarta parte, são discutidas, brevemente, as relações de gênero e o impasse entre a estrutura familiar e o mercado de trabalho, abordando a questão da delegação das atividades domésticas para outras mulheres em condições sociais e econômicas mais precarizadas, a partir do caso brasileiro.



## 2. ORIGENS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MUNDO

A divisão sexual do trabalho antecede o desenvolvimento da manufatura, estando presente desde a época da economia rural. Enquanto os homens eram encarregados principalmente das plantações e da confecção de ferramentas, as mulheres possuíam as tarefas de preparar e conservar os alimentos, criar os animais, cuidar dos enfermos e dos idosos, educar as crianças, confeccionar tecidos e roupas, além dos afazeres de manutenção do lar. Apesar de desempenharem funções diferentes das designadas aos homens, a produção das mulheres na agricultura foi responsável por praticamente metade do produto rural necessário para o período, nas áreas rurais (COLEMAN, 1997 *apud* KON, 2002).

Um modelo econômico desenvolvido por Jacobsen (1998) contribuiu para mensurar esse diferencial de trabalho entre gêneros. Por meio dele, é possível observar que o trabalho doméstico feminino permite que se economize dinheiro, ao fornecer serviços não remunerados como a lavagem de roupas da família, além de gerar renda, por meio da venda de produtos no mercado. Ao levar em conta esses fatores, a autora demonstra a relevância dessa produção no valor adicionado à economia e o ganho de utilidade dos membros da família a partir dessa geração de riqueza e renda.

Com a gradual evolução dos meios de produção, esse modelo de economia rural passou por transformações intensas. Mercadores e especuladores passaram a deter o controle da produção doméstica e rural e, portanto, o trabalho doméstico da mulher e o trabalho artesanal do homem passaram a ser assalariados. Posteriormente, com a industrialização, em meados do século XIX, as funções produtivas e sociais dos homens e das mulheres foram modificadas.

Os principais fatores que contribuíram para essas mudanças foram: o crescimento da dívida rural, devido à diminuição de terras agriculturáveis, além da demanda das famílias por moeda, por conta da escassez de produtos. Aliado a essas questões, ocorreu um terceiro fator, determinante para que as mulheres passassem a não mais se restringir apenas ao trabalho doméstico e buscassem seu próprio sustento, como um complemento à renda familiar, surtindo efeito nas taxas de casamento e de natalidade: a saída dos homens, que partiam para servir em guerras ou buscar trabalho longe de casa, como no setor de construção de estradas e canais, e no setor de navegação. Assim, começa a formação da força de trabalho feminina, que, ao migrar para as áreas urbanas, se instala nas fábricas (KON, 2002).

No entanto, o trabalho feminino na indústria esteve, desde o princípio, sob péssimas condições, sendo fortemente marcado pela exploração, com salário de subsistência. Essas mulheres, vindas das camadas de mais baixa renda da sociedade, se encontravam em posição de total submissão aos detentores do capital, pois dependiam daquela pouca renda para viver. Portanto, não há aqui ainda uma noção de mulheres entrando na força de trabalho para conquistar algum tipo de independência, pois, dentro do núcleo familiar, continuavam submissas ao homem, chefe da família, e no campo de trabalho, ao patrão (GUIRALDELLI, 2007).

Devido à carga de trabalho fora de casa, as funções reprodutora e doméstica das mulheres ficaram comprometidas, o que incomodou os trabalhadores e as trabalhadoras. A presença feminina no ambiente industrial era vista com estranheza por ambos os gêneros. Em decorrência disso, houve uma mobilização operária em prol da diminuição da carga de trabalho feminino na fábrica, assim como a proibição do trabalho noturno para elas.

Dessa forma, as operárias poderiam passar mais tempo em casa e cumprir com a sua função não remunerada de mãe e de responsável pela manutenção do lar, para além do trabalho pesado na indústria. Por meio dessa “conquista”, que se utiliza do argumento da proteção ao sexo feminino, as mulheres se tornavam desqualificadas para galgar posições melhores no trabalho, pois sempre se enquadravam como trabalhadoras cuja função principal residia no lar, não podendo cumprir a mesma carga horária masculina ou obter o mesmo investimento em treinamento e qualificação (SILVA, 1987).

Inicia-se, assim, o histórico de tripla jornada do trabalho feminino, que consiste em cumprir tanto a função produtora, no serviço fora do lar, como as funções reprodutora e doméstica, ou seja, o cuidado com os filhos e com a casa, respectivamente (GUIRALDELLI, 2007). Esse evento refletirá nas relações de trabalho que se formarão a partir desse momento, perpetuando-se até os dias de hoje.

No contexto da Revolução Industrial, com a acelerada acumulação de capital resultando em injustiças sociais como a exploração de muitos para o benefício de poucos, toma forma o movimento sindical dos trabalhadores, que objetiva lutar contra esse desequilíbrio distributivo, baseando-se no início das ideias socialistas que surgiam na época. É importante frisar que os sindicatos, majoritariamente compostos e liderados por homens, tinham como preocupação central apenas as pautas relacionadas ao trabalho masculino.

Deve-se pontuar que, apesar de haver uma exploração generalizada de todos os trabalhadores, era sobre as operárias que recaíam as atribuições hierarquicamente inferiores, de menores salários e de menor valorização por serem repetitivas ou de baixa complexidade. Essa inferiorização recorrente do trabalho feminino não foi passivamente aceita pelas mulheres, que em menor escala, também faziam parte dos movimentos grevistas e sindicais, na tentativa de persuadir os homens a incluírem as suas demandas na pauta reivindicada. Dessa maneira, as mulheres encontram uma forma de serem mais ativas politicamente, ganhando alguma voz e visibilidade (NOGUEIRA, 2004 *apud* GUIRALDELLI, 2007).

É possível observar a incorporação da mão de obra feminina ao longo das décadas, nos diversos modelos produtivos, passando pelo rural, pela revolução industrial, pelo fordismo, pelo Taylorismo e pelo Toyotismo, até as recentes transformações resultantes da globalização, pautando-se na flexibilização produtiva e na ênfase do papel do mercado.

Vale ressaltar que apesar de alguns avanços resultantes de luta e de mobilização das mulheres, a segregação e a marginalização persistem, considerando ainda que uma maior participação relativa no mercado de trabalho exige destaque em ambientes profissionais extremamente competitivos e hostis. Neste formato, o feminismo em contexto liberal intensifica o individualismo e esgota as possibilidades de uma construção coletiva, em que as mulheres se vejam representadas em seus direitos.

## 2.1 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Borjas (2012), a discriminação no mercado de trabalho ocorre quando as diferenças salariais e as de oportunidades entre trabalhadores não podem ser explicadas apenas pela qualificação profissional. De forma consciente ou não, são levados em conta outros fatores, geralmente relacionados a conceitos preconcebidos sobre estereótipos de determinados grupos sociais.

Empregadores, colegas de trabalho e clientes estão sujeitos a praticarem e sofrerem discriminação nas trocas econômicas devido a características inerentes a eles mesmos, como gênero, raça, situação socioeconômica e orientação sexual. Uma explicação econômica para esse fato é que os agentes discriminatórios utilizam o recurso de inferir conclusões sobre a aptidão de uma pessoa a partir de ideias generalistas devido à informação assimétrica. Portanto, essa prática almeja complementar os dados que não são conhecidos sobre alguém.

Borjas (2012) ainda argumenta que o hiato salarial entre homens e mulheres pode ser explicado em parte pela segregação ocupacional entre eles no mercado de trabalho. Isso ocorre quando determinados segmentos do mercado de trabalho são predominantemente dominados por um dos gêneros. Às mulheres são reservadas vagas específicas socialmente delimitadas como “empregos femininos”. O autor refere-se à hipótese do agrupamento ocupacional como uma possível explicação para esse fenômeno. Com base na discriminação de gênero, são delegadas uma quantidade relativamente menor de ocupações para elas, o que reduz os salários médios dessas ocupações específicas.

A respeito desse tópico, Chies (2010) ressalta que é possível notar uma valorização das profissões que são tradicionalmente masculinas devido às suas construções históricas, como engenheiro, médico e contador em relação a profissões como dançarina, enfermeira e secretária, socialmente atribuídas a mulheres. Borjas (2012) reafirma esse argumento ao mencionar uma série de estudos que comprovam que ocupações predominantemente dominadas pela mão de obra feminina tendem a pagar 14% a menos, tanto para homens quanto para mulheres, do que ocupações nas quais predomina a presença masculina, mesmo colaborando para fatores socioeconômicos como a acumulação de capital humano por trabalhador.

A preferência por candidatos homens no mercado de trabalho é explicada pela hipótese da discriminação de gênero. Essa discriminação pode ser resultado de causas distintas, sendo realizada de forma racional ou irracional. Uma dessas causas é a chamada discriminação estatística. Discriminação estatística é quando o empregador utiliza estereótipos padronizados para auferir conclusões sobre as qualificações e os potenciais de um candidato. Dessa forma, é uma análise racional sobre a probabilidade de maior ou menor produtividade de um indivíduo, que ocorre como forma de preencher lacunas de informações sobre ele (BAUMLE; FOSSETT, 2005 *apud* GONZÁLEZ; CORTINA; RODRÍGUEZ, 2019).

A discriminação estatística é baseada em estereótipos descritivos e prescritivos que se apoiam na divisão sexual do trabalho. Os descritivos são definidos como as características tipicamente atribuídas aos gêneros. Os homens são considerados mais aptos para liderança e mais comprometidos com o trabalho, enquanto das mulheres é esperada uma postura mais cuidadosa e comprometida com a família e com as tarefas do lar (CUDDY *et al.*, 2004 *apud* GONZÁLEZ; CORTINA; RODRÍGUEZ, 2019).

Os estereótipos prescritivos se amparam nos descritivos para delimitar o papel que se espera que cada gênero desempenhe na sociedade. Esses papéis são atribuídos de acordo com a separação das esferas pública e privada, sendo a primeira de domínio masculina e a segunda de responsabilidade feminina. O sistema patriarcal favorece os homens na medida em que reforça a noção de que um bom trabalhador é aquele que pode se dedicar plenamente ao seu emprego, ou seja, à esfera pública, colocando as responsabilidades laborais acima das domésticas e das familiares sempre. Concomitantemente, esse mesmo sistema prescreve às mulheres a função de ser mãe em tempo integral, além dos encargos pela administração do lar e pelos cuidados dos doentes e dos dependentes. Aos que não obedecem a essa receita pronta, são destinadas sanções sociais (CORRELL *et al.*, 2007 *apud* GONZÁLEZ; CORTINA; RODRÍGUEZ, 2019).

A segunda forma de discriminação é quando a contratação de mulheres é preterida baseada em concepções que não são de caráter estatístico, mas sim de forma automática e irracional, em resposta a um juízo de valor estigmatizado. Quando isso ocorre, pode-se dizer que a discriminação está baseada em preconceito. O ato discriminatório, nesse caso, está apoiado em falsas generalizações e em sentimento de superioridade do agente discriminador em relação ao grupo discriminado (BECKER, 1985 *apud* GONZÁLEZ; CORTINA; RODRÍGUEZ, 2019).

Os estereótipos construídos no processo de socialização atribuídos às mulheres são fatores que alimentam o preconceito. Na falta de maior criticidade e reflexão, os indivíduos recorrem a uma visão preconcebida da sociedade, atribuindo valor aos demais de acordo com aquela. Na visão preconceituosa, mulheres são inferiores aos homens por serem teoricamente mais emocionais, enquanto eles esbanjariam racionalidade e capacidade de liderança (CHIES, 2010).

Uma pesquisa foi feita para analisar, por meio de estudos correspondentes, a discriminação por gênero no mercado de trabalho nas duas maiores cidades da Espanha. O método utilizado foi o de distribuir currículos falsos para uma gama de empregadores, variando apenas os fatores de controle da pesquisa, como o gênero e a presença de filhos, mantendo as qualificações dos candidatos e das candidatas constantes. Assim, foi possível analisar a taxa de retorno das empresas aos candidatos, verificando se os empregadores favorecem os homens na contratação, mesmo em situações em que o capital humano se mantém constante.

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese da discriminação de gênero por parte dos empregadores, tanto baseada em estereótipos descritivos quanto prescritivos. Ou seja, as empresas esperam um menor potencial de produtividade das mulheres com

base em características generalizadas socialmente associadas como femininas, portanto, menos compatíveis com o esperado de um bom candidato. Além disso, os empregadores consideram os papéis atribuídos a mulheres e homens na sociedade, regulados por um mecanismo de sanção social. Portanto, constata-se um favorecimento às candidaturas masculinas em detrimento das femininas, mesmo em iguais condições de qualificação.

É também interessante observar que a discriminação baseada em preconceito, apesar de empiricamente observada em outros contextos, não foi constatada de forma significativa nos resultados dessa pesquisa quando o grupo amostral foi composto de mulheres altamente qualificadas e sem filhos. Dessa forma, conclui-se que a discriminação de gênero no mercado de trabalho está mais baseada em estereótipos e estatísticas do que puramente em preconceitos (GONZÁLEZ; CORTINA; RODRÍGUEZ, 2019).

Uma outra forma de discriminação no mercado de trabalho é a ocorrência da segregação ocupacional por gênero. Esta ocorre quando há uma concentração exacerbada de mulheres em ocupações específicas, fruto dos papéis sociais atribuídos aos gêneros. Dessa forma, mesmo os trabalhos extradomésticos, ou seja, ligados ao mercado de trabalho, estão sujeitos à hierarquização e à diferenciação com base nesse critério de construção cultural e social, que delega e valora as ocupações femininas e masculinas de forma desigual (OLIVEIRA; ARIZA, 2001; ABRAMO, 2004 *apud* LEONE; BALTAR, 2008).

Além de reforçar papéis de gênero, promover discrepâncias salariais e influenciar na obtenção de posições de liderança no mercado de trabalho para as brasileiras, a discriminação de gênero também se manifesta no mercado informal, vigorando como um dos motivos para a manutenção da precariedade ocupacional que atinge as mulheres no Brasil (PRONI; GOMES, 2015).

### **3. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: HISTÓRICO DE DESVALORIZAÇÃO E DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO**

Enquanto esse cenário se desenrolou na Europa no decorrer do século XIX, foi no século seguinte, mais especificamente na década de 1970, que ocorreu, no Brasil, uma erupção de movimentos sociais, com uma forte luta sindical em resposta à reestruturação produtiva que se firmava. Destaca-se aqui o surgimento do movimento feminista, que inicia a luta pela emancipação da mulher nos planos político, econômico e social (GUIRALDELLI, 2007).

A partir desse momento, nota-se uma incorporação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, onde tal mudança abalou a relação entre as esferas do trabalho pública e privada, assim como a estrutura familiar tradicional em si.

É interessante ressaltar o caráter permanente dessa integração das mulheres em funções assalariadas. Elas se tornaram parte da fonte de renda necessária para lidar com problemas de ordem econômica na família, figurando inclusive como as principais

provedoras em núcleos familiares monoparentais. Aliadas ao fator econômico, também ocorreram transformações de ordem cultural que fortaleceram a imagem de uma mulher mais independente e autônoma (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; SORJ, 2007).

De acordo com SORJ (2004), o fato de as mulheres possuírem uma nova função assalariada não implicou na redução da carga de trabalho doméstico que lhes foi historicamente atribuída. Ao mesmo tempo, o papel masculino não se alterou de forma significativa o suficiente para amenizar a dupla jornada à qual as trabalhadoras estavam fadadas, ao acumular as responsabilidades familiares com as de um emprego.

Dessa forma, fez-se necessária uma configuração familiar que viabilizasse o funcionamento da família nessa nova condição laboral da mulher. Para que os maridos permanecessem em empregos regulares e estáveis, com carga horária completa, suas esposas precisariam assumir empregos menos regulamentados, com jornadas, e, conseqüentemente, remunerações, reduzidas. Essa lógica também se aplica às famílias compostas de mães solteiras, cujo número aumentou de forma expressiva a partir da década de 1980. Ou seja, independentemente da presença de um homem no núcleo familiar, as mulheres ocupavam os postos mais precários do mercado de trabalho, principalmente se possuíam filhos para criar (SORJ, 2004).

Esse fenômeno pode ser em parte explicado pela ideia de complementariedade entre os sexos citada por Hirata e Kergoat (2007). De acordo com essa teoria, os papéis sociais masculinos e femininos são complementares e, portanto, são bem delimitados de forma a estabelecer a divisão do trabalho profissional e doméstico. Além dessa distinção, há também dentro da esfera do mercado de trabalho uma segmentação relevante que determina quais categorias de emprego são adequadas a cada um, de forma a não se chocarem com a manutenção dos papéis sexuais predeterminados.

Segundo Proni e Gomes (2015), é de suma importância considerar as questões de desigualdade de gênero, assim como a racial, no estudo da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil, pois esses fatores estão intimamente ligados ao aumento da informalidade e aos riscos do desemprego. Para enfrentar esses problemas, é necessário entender como funciona e qual é o perfil da população que compõe a força de trabalho nacional.

Devido à segregação ocupacional por gênero, a predominância das mulheres em empregos informais e menos remunerados foi um fator constante desde a inserção no mercado de trabalho brasileiro. Nas estatísticas dos empregos em estabelecimentos, denominados como trabalho por conta alheia, as taxas de desemprego e de informalidade mais expressivas são um fardo feminino. Da mesma forma, quando se trata do trabalho por conta própria, percebe-se que são às mulheres que é atribuída a maior parte dos trabalhos não remunerados (LEONE; BALTAR, 2008).

Esse quadro se alterou de forma significativa, porém não a ponto de ser completamente revertido, na primeira década dos anos 2000, com a retomada do crescimento do mercado de trabalho. Tal mudança foi pautada na ampliação dos empregos por conta alheia, principalmente os formais, em detrimento dos empregos por conta própria e informais. Assim, essa recuperação contou com uma melhor inserção da mulher no mercado, de forma que

foi possível verificar a diminuição expressiva da taxa de desemprego entre as brasileiras, assim como maior formalização do emprego assalariado. No que concerne ao trabalho por conta própria, apesar das mulheres continuarem assumindo a maior parte dos trabalhos não remunerados, cresceu o número de empregadoras e trabalhadoras autônomas.

Conforme Leone e Baltar (2008), a crescente participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, que conseqüentemente afetou positivamente a População Economicamente Ativa (PEA), representou um importante fator durante a recuperação da atividade econômica no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Um pouco antes disso, no início dos anos noventa, ocorreu a integração tardia do país ao mundo globalizado, fato que impactou de forma contundente o mercado de trabalho, acentuando sua desestruturação prévia e comprimindo-o ainda mais.

É importante notar, que o crescimento da população ativa, observado a partir dos anos 1960, deve-se em maior grau à incorporação das mulheres na mão de obra assalariada. Isso pode ser constatado por meio do fato de que, concomitantemente a esse fenômeno de expansão da população economicamente ativa, houve uma redução global da velocidade de crescimento da população em conjunto com a diminuição do emprego dos homens jovens.

Além disso, há uma crescente participação de mulheres casadas com filhos no mercado de trabalho. Assim, pode-se dizer que a integração feminina no mercado de trabalho tem sido bem-sucedida, apesar de ainda haver a cobrança social da realização de tarefas domésticas, o que incorre na dupla jornada feminina (HOFFMANN; LEONE, 2004; LEONE; BALTAR, 2008).

A porcentagem de contribuição da mulher na renda da família no país nas últimas décadas cresce devido a sua maior participação na atividade econômica aliada e relacionada à diminuição da remuneração masculina (LEONE, 2000; LEONE; BALTAR, 2008). Quanto mais as mulheres se engajam em atividades extradomésticas, ou seja, ligadas ao mercado de trabalho, mais se reduz a segregação delas nessas atividades.

No ponto de vista de Leone e Baltar (2008), ainda não é possível constatar a plena participação das mulheres na atividade econômica brasileira. É necessário corrigir a desestruturação dos trabalhadores, promovendo políticas públicas como o reforço das leis e dos direitos trabalhistas, o fortalecimento dos sindicatos e o apoio à contratação coletiva do trabalho. No entanto, as barreiras para a inserção feminina igualitária ainda são muitas e vão além de questões ligadas diretamente ao mercado de trabalho, pois a segregação ocupacional feminina em funções menos valorizadas e com remunerações menores é uma questão vinculada à própria estrutura familiar e ao sistema educacional.

Em meados da década seguinte, o Brasil enfrentou outra recessão econômica que surtiu efeitos contundentes no mercado de trabalho, tendo como resultado novamente a elevação do desemprego, o aumento da informalidade laboral e a queda dos salários. Nesse contexto, é relevante salientar que essas estatísticas possuem gênero e cor: a vulnerabilidade ocupacional histórica de mulheres, e principalmente de mulheres negras, as colocam como principais afetadas pela precarização do trabalho.

De acordo com Proni e Gomes (2015), antes da crise que atingiu a segunda década do século XXI, o Brasil apresentava crescente melhora nos índices de precarização do trabalho, devido a políticas que viabilizaram melhores oportunidades de emprego e de renda. Entretanto, essa recuperação não foi o bastante para extinguir esse problema por completo. Com a crise, as condições de trabalho voltaram a piorar, o que afetou diretamente os segmentos da sociedade mais vulneráveis à precarização e à informalidade laboral.

Para caracterizar um trabalho como precário, é preciso que a função seja exercida em paralelo às normas vigentes, sem o amparo da proteção social, além de ser insuficientemente remunerada e não contar com garantias empregatícias, o que torna o trabalhador extremamente vulnerável (KALLEBERG, 2009; PRONI; GOMES, 2015).

Devido à construção histórica de papéis sociais, são majoritariamente mulheres e negros que ocupam as funções mais precárias do mercado de trabalho brasileiro e, portanto, são esses os grupos mais atingidos pela crise, em termos de vulnerabilidade laboral e de desemprego. Ao realizar a análise comparativa dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 2009 e 2013, a pesquisa de Proni e Gomes (2015) constatou que não houve uma diminuição relevante da discrepância entre trabalhadores e trabalhadoras no quesito da precariedade do trabalho, porém o contingente de mulheres submetidas a esse tipo de ocupação alcançou uma redução. Outra informação relevante é referente às mudanças do perfil do trabalho informal. Segundo a análise do estudo, segmentos compostos primariamente por mulheres, como a produção para consumo próprio, apresentaram uma maior inserção de homens. De forma inversa, entre os trabalhadores informais com ordenado abaixo do salário mínimo, forma de precarização majoritariamente masculina, cresceu a participação feminina.

Conforme Proni e Gomes (2015), é de extrema importância o combate da informalidade e o incentivo à geração de condições de trabalho dignas, por meio de políticas públicas, de forma a proteger a população mais vulnerável às oscilações econômicas, principalmente as mulheres negras, por serem as mais afetadas pela precariedade ocupacional. No momento de crise, a eficácia dessas políticas está comprometida pela recessão econômica e pela compressão do mercado de trabalho, porém ainda são extremamente necessárias para a redução da desigualdade.

### **3.1 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Uma pesquisa conduzida por Leone e Baltar (2008) demonstrou que a lacuna salarial entre homens e mulheres é maior entre os trabalhadores mais instruídos, ou seja, onde há maior acumulação de capital humano por trabalhador. Se é justamente nos empregos nos quais é exigido um nível educacional mais elevado que ocorre a maior distinção entre os rendimentos, mesmo com a participação de ambos nesses setores sendo numericamente similar, é plausível constatar que há uma importante distinção entre os tipos de educação



média e superior que são obtidas por homens e por mulheres, o que aponta para a existência de segregação no plano educacional, anterior à integração no sistema econômico.

Oliveira (1997) define segregação ocupacional de gênero como a concentração de pessoas do gênero feminino e do gênero masculino em diferentes ocupações, empregos e locais de trabalho. Também cita como consequência desse fenômeno a manutenção da desigualdade de gênero, já que constata que mulheres ocupam posições socialmente inferiores, tendendo a receber menos e obter menos segurança. Segundo a autora, separar grupos que já são socialmente desiguais em diferentes funções reforça o tratamento desigual desses grupos. De acordo com essa linha de pensamento, as pessoas beneficiadas pelo tratamento diferenciado possuem incentivos para preservar a desigualdade e usufruir de seus privilégios, ainda que de forma inconsciente ou que não reconheça tais facilidades como de fato um privilégio, mas como um mérito.

A respeito do trabalho formal, no quesito de diferença salarial entre os sexos, é possível tirar importantes conclusões a partir de um estudo elaborado pelo IBGE (2018). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, em relatório denominado “Estudo Especial sobre Diferenças no Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais”, corroboram os argumentos apresentados neste tópico. Atendo-se ao rendimento médio do trabalho considerando a população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por sexo e segundo os grupamentos ocupacionais, destacam-se algumas informações relevantes. Primeiramente, é interessante notar que a razão do rendimento médio das mulheres em relação aos homens, entre 2012 e 2018, sofreu alterações, porém manteve-se no patamar de 83% a 88% para mulheres mais jovens (entre 20 e 29 anos), e de 75% a 81% para mulheres mais velhas (entre 30 e 39 anos).

Um segundo aspecto, ainda tendo como referência relatório citado, em 2018 a remuneração média das mulheres ocupadas entre 25 e 49 anos representou apenas 79,5% do rendimento masculino de mesma faixa etária. Tendo em vista que essa proporção se refere ao salário médio de todas as ocupações, é possível concluir que persiste uma discrepância acentuada entre as remunerações femininas e masculinas, com a clara valorização aos trabalhadores homens.

Outro dado importante que reforça o conceito de segregação ocupacional apresentado neste trabalho é que a participação percentual das mulheres nas funções de direção e gerência em relação aos homens é de apenas 41,8%. Uma exceção interessante no aspecto de diferença salarial é observada no grupamento “Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares”, no qual a diferença salarial não existe ou é insignificante, pois este grupamento, por ser um serviço público, possui como característica o estabelecimento do salário em lei conforme a estrutura da carreira. Por outro lado, dentre as atividades observadas na pesquisa, essa é a que tem a menor representatividade de mulheres, com participação de apenas 13,2% na população ocupada.

## **4. RELAÇÕES DE GÊNERO COMO UM IMPASSE ENTRE A ESTRUTURA FAMILIAR E O MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho é legitimado por uma ideologia naturalista, reduzindo o gênero ao sexo biológico e considerando que existem papéis sociais que seriam naturalmente atrelados a cada sexo, decorrente das relações sociais entre eles. A esfera produtiva, assim como os espaços públicos, seria de domínio masculino, enquanto o trabalho reprodutivo e doméstico recairia sobre as mulheres. Além disso, as autoras consideram dois princípios que definem a organização dessa divisão. O princípio da separação, que delega a natureza sexual de cada trabalho, e o princípio hierárquico, que determina as funções masculinas como superiores e merecedoras de melhor remuneração e reconhecimento.

As autoras também trazem à tona três modelos por meio dos quais se estrutura a divisão sexual do trabalho. O modelo tradicional vigora nas famílias em que não existe interseção entre o trabalho produtivo do homem e o trabalho doméstico da mulher, sendo ambos bem delimitados. Quando há inserção feminina no mercado de trabalho, passamos ao modelo de conciliação, no qual a família deveria equilibrar de forma igualitária as tarefas domésticas e profissionais, porém, de forma prática, esse malabarismo é de obrigação quase que exclusivamente feminina. É socialmente imposto que apenas as mulheres combinem a sua nova função de profissional com as obrigações familiares. Devido a essa realidade, torna-se evidente a contradição desse modelo, pois não há divisão de tarefas, e sim sobrecarga de funções acumuladas por apenas uma das partes.

Por fim, é evidenciada a existência de um terceiro modelo, o da delegação. Ele ocorre quando as mulheres passam a galgar postos mais altos no trabalho, tendo acesso à qualificação necessária para obter melhores remunerações. Devido a essa ascensão no âmbito profissional, sobra menos tempo para o trabalho doméstico, gerando a necessidade e a possibilidade, devido à maior renda obtida, de contratar outras mulheres para realizar tais tarefas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil, a terceirização do trabalho doméstico é uma prática comum entre as famílias mais privilegiadas. A delegação das tarefas do lar e do cuidado dos filhos para empregadas e babás é um dos mecanismos que permite a conciliação das responsabilidades familiares e profissionais para as mulheres das camadas mais abastadas da sociedade (SORJ, 2004). No entanto, vale ressaltar que mesmo no modelo de delegação, ainda é de responsabilidade da mulher gerir o trabalho delegado. Ou seja, mesmo aquelas que não realizam o serviço doméstico por terem “conquistado” uma posição mais próxima à do homem na sociedade em termos de prestígio e de reconhecimento profissional, são obrigadas a se responsabilizarem pelo bom funcionamento da casa (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Cabe destacar que o trabalho doméstico remunerado é uma particularidade do trabalho feminino, se enquadrando nos tipos de ocupações precárias às quais apenas as mulheres são submetidas (LEONE; BALTAR, 2008). Dessa forma, apesar de ter viabilizado

a autonomia e o aumento de renda de um grupo de mulheres no mercado de trabalho, em sua maioria brancas e de classe alta, a adoção desse tipo de solução perpetua a subordinação feminina, atingindo principalmente mulheres negras e vindas das camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira.

Em Sorj (2004), é possível observar outro recurso utilizado para o equilíbrio entre as esferas profissional e familiar. No Brasil, as creches e pré-escolas possuem um impacto relevante nessa questão, como apontado pelos dados obtidos pela autora a partir da PNAD (2018). Foi observado nessa pesquisa que há uma relação direta e positiva entre o acesso a creches e à participação das mulheres no mercado de trabalho. Além disso, a diferença da média salarial entre mães cujos filhos frequentam esse tipo de instituição e as mães que não possuem acesso ao serviço chega ao total de 14% entre as famílias de mais alta renda e de 35% entre os agrupamentos familiares mais pobres.

O impacto positivo do acesso a creches, a pré-escolas e a escolas na ampliação das oportunidades para as mulheres no Brasil é notável, porém ainda não é suficiente para solucionar os conflitos entre o trabalho e as responsabilidades domésticas. Como a maioria desses serviços não opera em tempo integral, as mães que dedicam mais horas a sua profissão dependem da bondade de terceiros, como parentes e vizinhos, ou da disponibilidade de recursos próprios para que haja alguém encarregado quando os seus filhos forem liberados da creche, por exemplo (SORJ, 2001; 2007).

Sorj (2007) conclui que existe um impasse decorrente da modernização da sociedade brasileira. A incorporação das mulheres no mercado de trabalho levou à maior autonomia delas, o que é positivo na perspectiva da emancipação feminina, porém esse avanço não foi acompanhado por uma transformação real dos papéis de gênero tradicionais.

É alarmante a constatação de que a participação das mulheres na esfera pública depende em grande medida da estrutura familiar à qual elas pertencem, enquanto aos homens, no plano profissional, a variável familiar não afeta significativamente. Sem o respaldo suficiente do Estado e sem a parceria dos homens, a solução para esse conflito recai sobre a esfera privada, mais especificamente, sob a responsabilidade feminina.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi realizar uma sucinta análise da divisão sexual do trabalho, motivada pela observação empírica de que existe uma grande disparidade entre os sexos no mercado de trabalho, tanto no quesito de alocação de funções quanto na valorização do serviço de cada um. Utilizando-se da revisão de literatura sobre o tema, reforçada pela análise descritiva de dados comparativos, foi possível concluir que o mercado de trabalho brasileiro está sujeito à segregação ocupacional por gênero, sendo permeado por discriminação e por desvalorização do trabalho feminino, alocando, em grande escala, as mulheres em ocupações precárias.

Segundo os argumentos provenientes da literatura pesquisada, é possível chegar ao entendimento de que as mazelas associadas à precarização e ao desemprego que atingem, em maior grau a parcela feminina da população, estão relacionadas a questões de desigualdade entre os sexos, de discriminação e de papéis socialmente atribuídos aos gêneros (estereótipos de gênero), além de ser fruto da inserção marginal da mulher no modo de produção capitalista.

Sobre esse último ponto, é importante ressaltar o quão o sistema baseado na acumulação do capital está associado com a opressão feminina. O capitalismo tem como objetivo obter a maior acumulação de capital possível, e para isso busca sempre maximizar lucros e minimizar custos. Assim, é essencial que determinados trabalhos sejam executados de forma não remunerada. Ao delegar o trabalho doméstico e reprodutivo exercido nos lares à vida privada, o capitalismo consegue extrair mais de seus trabalhadores.

Ou seja, ao desempenhar essas funções gratuitamente, produzindo novos trabalhadores e mantendo os lares em ordem, as mulheres sustentam e potencializam essa acumulação de capital. O sistema não tem interesse na emancipação completa das mulheres, pois isso significaria perder uma fonte inesgotável e gratuita de trabalho doméstico e de produção de pessoas.

Por esse motivo, é preciso ter cautela ao celebrar que mais mulheres hoje conseguem obter sucesso profissional, atingindo posições de destaque nas empresas e obtendo uma remuneração maior, ainda que não superior à masculina, como visto neste trabalho. Esse sucesso de poucas possui um alto custo para a maioria, principalmente para as mulheres negras e de baixa renda, que precisam trabalhar de forma precária para exercer a lacuna deixada pela patroa que passa o dia na empresa.

Além disso, existe uma acumulação de tarefas pela mulher que trabalha fora. Ela precisa ser a mãe cuidadosa, a esposa dedicada, a responsável pelo funcionamento do lar, a filha atenciosa, a profissional impecável e tudo isso sem se descuidar da aparência, sem esquecer de sorrir e de ser agradável aos demais. Quanto maior for a ascensão profissional, mais será exigido delas.

Dessa forma, pensar na emancipação das mulheres dentro da lógica do capital é algo extremamente limitante, pois esse sistema sempre explorará o trabalho não remunerado feminino, reforçando papéis de gênero e tornando as mulheres submissas ao capital, sob a forte vigilância do patriarcado. Um movimento feminista de inclusão demanda ainda valores antirracistas, voltados para a preservação do ecossistema e da vida. É preciso pensar fora da caixa, num feminismo genuinamente libertador, que não submeta as mulheres a situações de precariedade e de opressão perpetuadas pelo liberalismo desenfreado.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. (org.). **Trajatória das Desigualdades:** Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP; CEM, 2015.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho.** 5. ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2012.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. *In:* MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.
- CHIES, P.V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507, jan. 2010. ISSN1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200013>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- DE PAULA, A. M.; FEITOSA, A. B.; DA SILVA, L. K. **Da mulher do lar a "mulher-maravilha":** reflexões sobre como se dá formação acadêmica de estudantes mães do curso de serviço social da UFPE. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante. p. 460, 2017.
- GAUCHE, S.; VERDINELLI, M. A; SILVEIRA, A. **Composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras:** segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. Brasília/DF, IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR87.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- GONZÁLEZ, M. J.; CORTINA, C.; RODRÍGUEZ, J. The Role of Gender Stereotypes in Hiring: A Field Experiment. **European Sociological Review**, v. 35, Issue 2, apr. P. 187-204, 2019.
- GUEDES, M. C.; ALVES, J. E. D. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. **Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**. 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1307/1271>. Acesso em: 28 out. 2019.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no mundo do trabalho: História e atualidade. **Revista da RET**, ano I, n. 1. 2007. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org). Acesso em: 04 out. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.** São Paulo. v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 13 nov. 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista de Sociologia da USP**. v. 26, n. 1. p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio/ago. 2004.

IBGE. **Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais**. PNAD Contínua. 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf). Acesso em: 01 dez. 2019.

JACOBSEN. J. P. **The Economics of Gender**. Wiley Blackwell. 3rd ed. 1998.

KALLEBERG, ARNE L. O crescimento do trabalho precário: Um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 21-30. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/107/10713664002.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

KON, A. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, p. 89-109, 2002.

LEONE, E. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. *In*: ROCHA, M. I. B. (coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/ UFMG. Editora 34, 2000.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, dec. 2008.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio; LICO, Mariane L. **Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros**. Insper Working Paper, WPE: 357; São Paulo, 2015.

MULLEN, Ann L. Gender, social background, and the choice of college major in a liberal arts context. **Gender&society**, Toronto, v. 28, 2014.

OLIVEIRA, Ana M. H. C. **A segregação ocupacional por sexo no Brasil**. 1997. 109 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo. **Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil**: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015. 2019. Disponível em:[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10274/1/bmt\\_66.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10274/1/bmt_66.pdf). Acesso em: 12 abr. 2021.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo. **Rev. Nova Economia**. v. 26, n. 1, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/2652>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, M.B.N. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. **Revista IEB**. n. 27, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69910>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SORJ, B. **Reconciling work and family**: issues and policies in Brazil. ILO Working Papers, 2004.

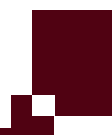
SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, dec. 2007.

TONIN, Mirco, WAHBA, Jackline. The Sources of the Gender Gap in Economics Enrolment. **Discussion Paper Nº. 8414**, Institute for the Study of Labor, Bonn. 2014.

# ALLURING, MELANCHOLY AND BEAUTIFUL: QUEER SENSIBILITIES AND NEO-BAROQUE AESTHETIC IN CONTEMPORARY PHOTOGRAPHY<sup>1</sup>

Ribamar José de Oliveira Junior<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-5607-2818>

Huber David Jaramillo Gil<sup>3</sup>  
<http://orcid.org/0000-00022399-0946>



## ABSTRACT

This study examines queer sensibilities as they emerge in the photographic oeuvres of Severo Sarduy (Cuba, 1937-1993), Pedro Lemebel (Chile, 1952-2015), Alair Gomes (Brazil, 1921-1991) and Hudinilson Junior (Brazil, 1957-2013). In doing so, we consider in the images what can be seen as queer baroque. Within beauty, mystery and seduction, we find queer affect that revisits not only the baroque, but the neo-baroque in its aesthetic dimension. What the photographs transmit are performative overflows that emulate in the bodies ways of refusing social conventions. When working with sensitivity, we touch the images through affective interaction, and we realize how the body can be read by desire.

**Keywords:** queer; baroque; photography; contemporary; body.

## RESUMO

Este estudo analisa as sensibilidades queer à medida que emergem nas obras fotográficas de Severo Sarduy (Cuba, 1937-1993), Pedro Lemebel (Chile, 1952-2015), Alair Gomes (Brasil, 1921-1991) e Hudinilson Junior (Brasil, 1957- 2013). Ao fazê-lo, consideramos nas imagens o que pode ser visto como um barroco queer. Entre a beleza, o mistério e a sedução, encontramos afetos queer que revisitam não só o barroco, mas o neobarroco em sua

---

<sup>1</sup> Work produced with the support of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX).

<sup>2</sup> Ph.D. student in Communication and Culture at the University Federal of Rio de Janeiro (UFRJ). Mphil in Social Sciences at the University Federal of Rio Grande do Norte (UFRN). Specialist in Gender and Sexuality in Education at the University Federal of Bahia (UFBA). B.A. in Social Communication -Journalism at the University Federal of Cariri (UFCA).

<sup>3</sup> Program Specialist in Diversity, Equity and Academic Affairs at Weill Medical College at Cornell University (WCM). Ph.D. in Latin American, Iberian, and Latinx Cultures from the Graduate Center at the City University of New York (CUNY).



dimensão estética. O que as fotografias transmitem são transbordamentos performáticos que emulam nos corpos modos de recusar convenções sociais. Ao trabalhar com a sensibilidade, tocamos as imagens por meio da interação afetiva e percebemos como o corpo pode ser lido pelo desejo.

**Palavras-chave:** queer; barroco; fotografia; contemporâneo; corpo.

## THE BODIES OF SEVERO SARDUY AND PEDRO LEMEBEL<sup>4</sup>

Coming hard on the heels of Latin American Boom writing, the work of Severo Sarduy often mediates between the celebrated writers of the 60s and 70s and those of the post-Boom. As such, when presented publicly, the author's body often resembles the masculinist and elitist image portrayed by Latin American Boom writers. By obeying codes of conventionality and practices of normativization, Severo Sarduy creates a marketable identity that attracts collegiate alliances and future readers<sup>5</sup>. This being true, I will turn my attention to a series of photographs that appear in *El Oriente de Severo Sarduy*, an exhibition of the artist's visual work curated by Gustavo Guerrero<sup>6</sup>. Among the scattered photographs, I will select some in which Severo Sarduy uses his own body as a form of artistic expression. No longer making an appearance in the public sphere, no longer resembling the marketable image of a distinguished author, no longer appeasing the bourgeois cultural industry; his body becomes a destabilizing force that reveals alternative ways of thinking about and enacting the self. Often understood as a writer, the humor and eroticism that define his literary and theoretical writing are transposed onto his performative work. Simply put, his creative imagination is given non-verbal bodily form.

As the title suggests, *El Oriente de Severo Sarduy* turns its attention towards Sarduy's interest in Eastern culture. I would like to begin with a series of images taken by Antonio Gálvez (2018), a recognized Catalan photographer who is widely known for his surrealist photomontages. He is the author of *Mes amis les grosses têtes*, a collection of seventy-five portraits of significant cultural, literary, and philosophical figures, in which Sarduy is included<sup>7</sup>. In the black-and-white portrait, Sarduy draws attention to the plasticity of his body. The camera, in medium close up, centers on Sarduy's face and upper torso as he

<sup>4</sup> Portions of this study appear in Huber's doctoral dissertation, entitled *Queer Baroque* (JARAMILLO GIL, 2020).

<sup>5</sup> I draw conclusions from newspaper articles found as clippings in the González Echevarría Collection on Severo Sarduy and Other Latin American Writers at Princeton University's Firestone Library as part of their Manuscripts Division as well as *Cartas a mi hermana en la Habana* (SARDUY, 2013) a compilation of letters and photographs that, accompanied by testimony from Mercedes Sarduy, were published in 2013 by the Severo Sarduy Cultural Foundation. [findingaids.princeton.edu/catalog/C1543](http://findingaids.princeton.edu/catalog/C1543).

<sup>6</sup> The inauguration of the exhibition was held in Madrid in 2008 before travelling to Paris, Fes, Tangier, Tétouan, Casablanca, Rabat, Pekin, New Delhi, and Manila. Subsequently, the Centro Virtual Cervantes created a digital space for the exhibition which is freely accessible to the public: [cvc.cervantes.es/literatura/escritores/Sarduy/](http://cvc.cervantes.es/literatura/escritores/Sarduy/).

<sup>7</sup> The collection includes photographs of Carpentier, Paz, Cortázar, García Márquez, among others. Like Sarduy, under the eye of a fine-art photographer, their appearance is noticeably different than their official/public image. A selection, while cropped and water-marked for online purposes, can be found in the artists website: [antoniogalvez.net/](http://antoniogalvez.net/).

looks directly into the camera. His confident eyes and calm smile draw our attention away from his chest, which is covered only by a long necklace. Resting just below his sternum, as the hanging strands interlock to create a rectangular design, the necklace brings our gaze to the lower margins of his ribcage, which Sarduy pushes into with his fingers, as he sucks in his stomach. Sarduy's unusual pose, along with Gálvez's surreal style, makes his flesh seem soft and malleable: While the firmness of his chest remains, the flexibility of his abdomen is overemphasized, placing his hands at the exact point in which the solidity and fluidity of his body meet. Moreover, the increased contrast of the portrait, which darkens the shadows of the image, highlights the fingers' deep impression on the flesh. It is important to note that, while he is nude and his midriff appears malformed, Sarduy looks playfully and confidently into the camera; pleased with the anticipated discomfort of the viewer; daring us to contend with his self-distorted body.

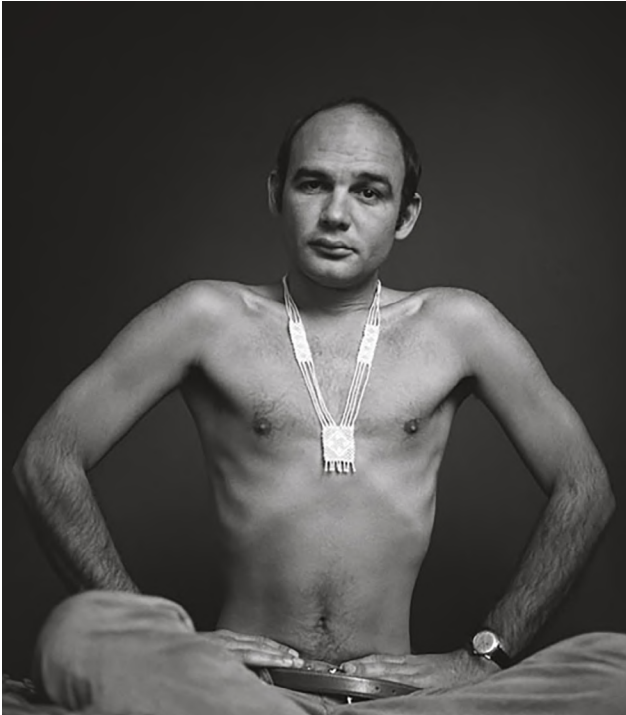
*El Oriente de Severo Sarduy* includes a number of photos taken by Antonio Gálvez, including two related to the official portrait. In the first,<sup>8</sup> which appears to be part of the same photo session, we find Sarduy sitting with his legs crossed at the knees, his upper body straight, his shoulders raised, his arms evenly bended, as his hands grasp onto his hips. His overextension and symmetry endow his body with a statuesque form that heightens his physical presence, gaining a graceful, dignified, and feminine appearance. In contrast, his body hair, his strong facial features, and his receding hairline give his body a rugged and masculine appeal. We find additional tensions in his attire: his naked torso adorned with an artisanal necklace clashes with his dark trousers, leather belt, and dress watch. First, the necklace, created through traditional methods, varies from the items of clothing that are mass-produced. Second, the feminine elegance of his upper body contrasts with the masculine plainness of his lower body. All in all, we are presented with an unconventional body that embraces differences and oppositions in culture and in gender.

In the second photo,<sup>9</sup> while also sitting down with his legs crossed, now fully dressed in ordinary clothes, his upper body no longer takes an unusual pose. This time, part of what catches our attention is what appears in the background. Behind him, large and imposing, we find a print of what seems to be the official portrait. The use of *mise en abyme* encourages us to reflect on the author's corporality, its changing reality, its endless reconstructions – the infinite versions of the self that the camera captures from photo to photo, each presenting a pause in time and space of an always-changing body. Additionally, as we look more carefully, we realize that what appears to be the official portrait is actually an alternate version of the original onto which a second image has been superimposed. Antonio Gálvez, as stated above, is known for his photomontages. It is likely that Antonio Gálvez played with different versions of his portraits before selecting a final/official one. The alternate version of Sarduy's, while it is partly covered by the foreground, shows the

<sup>8</sup> Figure 1. Entitled Severo Sarduy en casa de Antonio Gálvez (1971), it appears in the essay "Severo Sarduy: una necesaria relectura" by Juan Goytisolo.

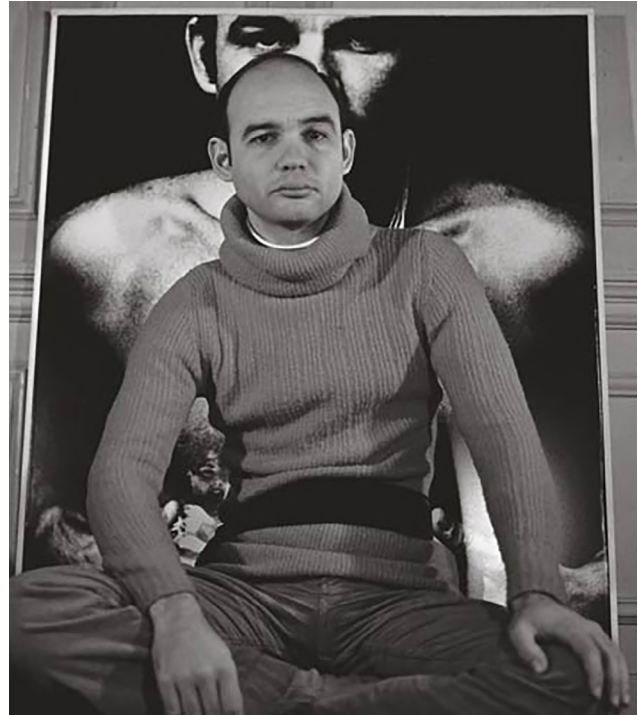
<sup>9</sup> Figure 2. Entitled Severo Sarduy en casa de Antonio Gálvez (1971), it appears in the essay "Sobre una tumba, una rumba" by Guillermo Cabrera Infante.

image of a beautiful and seductive woman imprinted on his lower chest. Unlike before, from the manipulation of the flesh, a female figure now emerges. The body's plasticity, to which we were exposed in the original, is now used to uncover Sarduy's own femininity.



**Figure 1**

**Fonte:** Entitled Severo Sarduy en casa de Antonio Gálvez (1971).



**Figure 2**

**Fonte:** Entitled Severo Sarduy en casa de Antonio Gálvez (1971).

Apart from those taken by Antonio Gálvez, in *El Oriente de Severo Sarduy*, we come across photographs in which the author, while traveling East, experiments with his bodily appearance and expression. Focusing on three photographs, all taken at different times and places, we find Sarduy by windows or on balconies, often overlooking Moroccan cityscapes. The first shows Sarduy looking straight into the camera as the light from an open window shines brightly onto his naked chest. Around his neck, we find a self-made choker necklace: from a piece of thin rope, which is tied at the back, a set of decorative hoops hangs at the front. On his head, rests a self-made headdress: from a large piece of cloth, various folds and twists are made, wrapping unevenly around the head<sup>10</sup>. The second shows his body and head wrapped in a large yellow cloth. His body bends as it rests on a balcony railing. Behind him, in the midground we find a street lined with palm trees while

<sup>10</sup> Figure 3. Entitled Severo Sarduy disfrazado (1968). It appears in the essay "Notas sobre el Oriente de Severo" by José Rubén Gallo. In the same necklace and headdress, we find two photos of Sarduy in the François Wahl Collection on Severo Sarduy found at Princeton University. [findingaids.princeton.edu/catalog/C1470](http://findingaids.princeton.edu/catalog/C1470).

in the background we find a view of Tangier's white cityscape<sup>11</sup>. Similarly, the last shows Sarduy on a balcony as the sunlight shines brightly on him as ivory buildings stand in the background. While his body is wrapped in a bright orange fabric, his head is wrapped in a dark black cloth. In addition, the same artisanal golden necklace that he wears in Antonio Gálvez's portraits, now lays diagonally across his headdress, shining brightly against the darkness of the cloth.<sup>12</sup>



**Figure 3**

**Fonte:** Entitled Severo Sarduy disfrazado (1968).  
Disponível em [findingaids.princeton.edu/catalog/C1470](http://findingaids.princeton.edu/catalog/C1470).

<sup>11</sup> Figure 4. Entitled Severo Sarduy disfrazado (1968). It appears in the essay “El Oriente de Severo Sarduy” by Gustavo Guerrero (2018).

<sup>12</sup> Figure 5. Entitled Severo Sarduy disfrazado (1972), It appears in the exposition “Viaje al país de «Las mil y una noches»”.



**Figure 4**

**Fonte:** Entitled Severo Sarduy disfrazado (1968). Part of the essay  
“El Oriente de Severo Sarduy” by Gustavo Guerrero (2018).



**Figure 5**

**Fonte:** Part of the exposition “Viaje al país de Las mil y una noches”.

In the images, the cloths and fabrics that adorn his body take on different forms imitating (without replicating) robes, turbans, and veils. His experimental and improvisational approach distorts traditional forms of dress, disengaging and reconfiguring their social, cultural, and religious affiliations. Moreover, time and again, the body gains a regal and sophisticated charm through graceful poses, rich colors, decorative accessories; all being accentuated by pale backgrounds and bright lighting. We are presented with a beautified and ornamented body that becomes desired, feminized, fetishized, and aestheticized. His body, in its unusual movement and texture, is turned into an artistic object; an extraordinary depiction of the self that embraces gender differences and abandons cultural norms. Despite these tensions, the eye of the viewer is often drawn to Sarduy's daring gaze which, looking straight into the camera, confidently acknowledges his unconventionality while inviting us to embrace our own; this being the aim of both performance and baroque art:

Beginning with the corporeal and the senses, performance transforms the mind and thoughts of the participant, a transformation which is later translated into the intellectual faculties involving language and action. This strategy conforms thoroughly with baroque principles and their insistence on communicating metaphysical concepts by way of the body, the physical, and the sensual. (AUSTIN, 2011, p. 142).

When looking at contemporary neobaroque performance, Kat Austin recognizes in liminal spaces “an innovative way of exploring and understanding today’s world of cultural collisions, confusions, and complexities” (AUSTIN, 2011, p. 133). In the same way, Sarduy makes use of spatial liminality and baroque decentralization to produce tension and contradiction. As we examine his malleable body, it is important to note that the photographs are taken abroad, in cosmopolitan Eastern cities that welcome tourists and travelers.<sup>13</sup> As spaces of mobility and anonymity, these inspire the blurring of differences between *insider* and *outsider*. Moreover, standing by windows and in balconies, which interconnect the *inside* and the *outside*, Sarduy finds liminal spaces in which to make use of his body’s mutability. Like other neobaroque performance artists, he engages in playful, spontaneous, and subversive action by entering the “liminoid space, a space for transformative theatrical play and invention, a space which becomes a laboratory of new ideas possessing the potential for eventual socio-political transformation” (AUSTIN, 2011, p. 141). Furthermore, through subversive, unpredictable, and transformative reformulations of the body, Sarduy decenters systems of power while offering new forms of existence and consciousness. By reimagining gender norms and displacing cultural referents, Sarduy abandons “the authority of the center in favour of the inclusive power of plurality” (AUSTIN, 2011, p. 136). As ideal settings for subjective transformation and creative desires, liminal spaces provide Sarduy with opportunities to assert his queer unconventionality and baroque decentralization.

<sup>13</sup> In *Tecnologías del cuerpo* (2014), Javier Guerrero explores the ways in which different authors make use of their bodies' plasticity and malleability to contest norms and offer new possibilities of existence. Furthermore, he recognizes a series of conditions which compel marginalized bodies to contest hegemonic and institutionally sanctioned modes of expression. Among these, the act of travelling allows marginalized bodies to rework the body. He perceives this clearly in Severo Sarduy who, by entering foreign lands, is able to disrupt the sexual and cultural norms associated with his body.

The same can be said of intimate spaces, such as the home, in which the author explores subversive expressions and conveys transcendent hopes through performative and visual experimentation. In *El Oriente de Severo Sarduy* we come across a photograph of the author in his home at Saint-Léonard, France. This time, a long fabric contours to the body from shoulders to knees; then flares out in dramatic fashion flowing onto the ground. More of the same dark fabric hangs over the back, creating the illusion of a cape. On his head, we find a tall, large, elegant headpiece of bronze and copper tones; large geometric designs of black color run through the fabric. By his feet, at the edge of the draped fabric, a young feline stands guard. Being a Siamese cat, its presence brings an Asian flare to the image. On his face, red lines are drawn: an upside-down triangle is placed on the forehead, as other shapes take over the eyes and chin. Reminiscent of kabuki makeup, the designs serve to highlight the image's theatricality. Lastly, standing in front of the door to his home, the body of Sarduy is framed by its oversized casing, refocusing our attention back on the author<sup>14</sup>. His self-created body is both masculine and feminine, Western and Eastern, atypical and simulated. In the comfort of his home, Sarduy finds a place in which to be creative, expressive, and spontaneous. His unconventional, experimental, and controversial artistic creativity is now inscribed onto the body. By capturing his performance in the photographic image, he encapsulates the elusive and ephemeral act, while inviting those who come across it to partake in the playful and exploratory act.



**Figure 6**

**Fonte:** Entitled Severo Sarduy en su casa de Saint-Léonard (1972).  
Part of the essay “La entrada de Severo en La Habana” by Nelda del Castillo.

<sup>14</sup> Figure 6. Entitled *Severo Sarduy en su casa de Saint-Léonard* (1972). It appears in the essay “La entrada de Severo en La Habana” by Nelda del Castillo.

Moving on, from the moment that he enters the public stage, Pedro Lemebel declares his commitment to feminine disobedience and his rejection of oppressive patriarchy. In his literary work, he advocates for the marginalized and the feminine, the underprivileged and the vulnerable, the forgotten and the repressed. In his performative work, he welcomes us to be critically courageous, publicly engaged and politically aware. Before becoming a renowned author, Lemebel gains notoriety working beside Francisco Casas in the *Yeguas del Apocalipsis* (CARVAJAL; FUENTE, 2018) artist collective.<sup>15</sup> Together, they organized and conducted a series of performative acts that had significant impact in Chile's cultural scene during and after the country's dictatorship. Their performative acts would oftentimes disrupt social, cultural, and political events, causing outrage and confusion in the audience, while gaining interest in the media. In addition to using the camera to document their performative acts, Lemebel and Casas delve into performance photography, creating a series of autonomous works of art.

Among these, their reinterpretation of *Las dos Fridas* is their most widely acclaimed piece. In the form of a *tableaux vivant*, the artists recreate one of Kahlo's masterpieces, seeing themselves reflected in her unconventional beauty and physical disability<sup>16</sup>. In the photograph, we find the bodies of Lemebel and Casas replacing those of Frida. Lemebel, sitting at the left, wears a Mexican castor while Casas, sitting on the right, wears a Victorian skirt. By switching places, they point to their manipulation of the image. As they stare back at us, we realize that in their make-up they have imitated Kahlo's eyebrow. Their chests, along with their drawn-in hearts, are exposed. Connecting them, we find an IV line that, as Casas clamps down with a hemostat, Lemebel connects to a small mirror. Lemebel and Casas identify with Frida Kahlo, seeing in her androgyny a depiction of themselves. She is recognized for her unconventional beauty: her neutral skin tone, her strong jawline, her prominent nose, and her facial hair. In her paintings, what she considered her masculine or androgynous features, are often on display: "Del sexo opuesto, tengo el bigote y, en general, la cara". In her beauty, we find the absence of an absolute division between the sexes, which Lemebel and Casas relate to and admire. Through their wigs, makeup, and skirts they feminize their bodies, while exposing their masculine chests and hairy forearms.

---

<sup>15</sup> Their work has been digitally archived and publicly released. The project, which took three years (2015-2018) to complete, worked closely with the members of the *Yeguas del Apocalipsis*. The digital project provides titles, dates, descriptions, and photographs for each of their works: [www.yeguasdelapocalipsis.cl/](http://www.yeguasdelapocalipsis.cl/).

<sup>16</sup> In the original (1939), we find two figures holding hands sitting on a bench in front of a grey sky. The first Frida, on the left, is dressed in Western clothes while the second Frida, on the right, wears a Tehuana dress. Each one holds on to an artery that winds around them and connects to their exposed hearts. The first Frida clamps down on her end of the artery with a hemostat in order to stop the bleeding while the second Frida connects her end of the artery to a portrait of her husband.





**Figure 7**

**Fonte:** Entitled *Yeguas del apocalipses, las dos fridas*, 1990.  
Part of the Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires.

In addition to her beauty, Lemebel and Casas identify with her lifelong physical and emotional suffering. Frida Kahlo is recognized for her physical disabilities and relationship to medicine.<sup>17</sup> Despite her ailments and disabilities, she showed great resilience by achieving success as an artist: “A pesar de mi larga enfermedad, tengo alegría inmensa de VIVIR”. Her ability to cope with physical and emotional stress is of great importance to Lemebel and Casas. At the time, they observed their friends die from AIDS, standing by them as their bodies withered away. As such, in their recreation of Kahlo’s double portrait, they explore the individual and collective trauma of AIDS, they show appreciation for queer friendship and kinship, and they denounce social and political negligence towards the victims.

In the photograph, an important element related to AIDS is the IV line. As a medical tool, it serves as a symbol of neglect and pathologization experienced by queer and trans people before and after the pandemic. Within the IV line we find the infected blood. On the one hand, the blood alludes to the painful death of those who contracted HIV. On the other hand, the disease brought queer and trans people together as they were

<sup>17</sup> As a child, Frida Kahlo contracted polio which made her loose muscle on her right leg; as a teenager, she was in a bus accident that left her immobilized in a full body cast; as an adult, she suffered from miscarriages, underwent various surgeries, had her right leg amputated, and died of a pulmonary embolism.

abandoned and left to die. In sickness and in health, queer and trans people showed love and support for one another as they battled incessant physical and emotional pain. In the photograph, in addition to the IV line, their holding hands underscore the bond created among queer and trans people while living through the AIDS crisis. Furthermore, while their unconventional, vulnerable, and sickened bodies are exposed to the viewer, in their solemn stare they show dignity, courage, and strength. Lastly, when looking into Lemebel's mirror, we find a reflection of ourselves. As such, we are invited to consider the ways in which we have helped or hindered the lives of queer and trans people. At the same time, we are asked to find a connection to these bodies with the hope of claiming a position of solidarity and shared identity. Originally taken on December of 1989 by Pedro Marinello, the image is reused in future performance acts: in *Las dos Fridas en Galería Bucci* (July 1990, Figure 8) they carry out a more masculinized version of the image while the original is reflected onto their body by a projector; in *Cuerpos contingentes* (May 1991, Figure 9) they now sit on wheelchairs, marking the decrepitude of the sickened body, while their bodies are wrapped in barbed wire and stuffed birds, marking the imprisonment of the helpless body.



**Figure 8**

**Fonte:** Act Two Fridas in The Bucci Gallery. 1990. Available in [english.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-two-fridas-in-galeria-bucci/](http://english.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-two-fridas-in-galeria-bucci/).



**Figure 9**

**Fonte:** Act Cuerpos contingentes. May 1991. Available in [www.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-cuerpos-contingentes/](http://www.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-cuerpos-contingentes/).

In other photo performance projects, Lemebel and Casas offer images in which the lives of queer and trans people are celebrated after death. In *Instalamos pajaritos como palomas con alambritos* (1991, Figure 10)<sup>18</sup>, the artists are dressed in black as white doves are placed across their bodies. While we are brought into the realm of death by the dark mourning veil that Casas wears, their fishnet blouses and waist high stockings eroticize their bodies. The doves, as symbols of peace and love, represent the friends who they

<sup>18</sup> Taken by Pedro Marinello.

lost to AIDS. As such, while remaining feminine and sensual, their queer bodies are now marked by the death of their loved ones. They now carry with them the bodies of the dead as survivors of the pandemic. As such, Lemebel and Casas must fight to advocate for the lives that were lost, restoring dignity and justice to the dead.



**Figure 10**

**Fonte:** Instalamos pajaritos como palomas con alambritos. 1991. Available in [www.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-instalamos-pajaritos-como-palomas-con-alambritos/](http://www.yeguasdelapocalipsis.cl/1990-instalamos-pajaritos-como-palomas-con-alambritos/).

Lastly, in *Lo que el SIDA se llevó* (1989) we find a variety of feminine bodies<sup>19</sup>. In some, wearing plain clothes and standing in natural poses, they may remind us of our mothers, our sisters, and our daughters. In others, as they wear masks and their bodies are in motion, we find bodies in pain, in glee, in love. As they all show the innocence, happiness, and glamour of those who died because of AIDS, there are two photographs that make direct reference to the disease. In the first<sup>20</sup>, Lemebel lays in the arms of Casas, who screams in pain and sorrow. Lemebel's lifeless body emulates the dead, while Casas desperately cries at the loss of his friend. The second,<sup>21</sup> shows Casas in a wedding dress kissing Lemebel, who wears a skeleton mask. The kiss, which once expressed affection and sexual desire, now signals the moment of infection. In their act of love, they have sealed their fates, transmitting the virus from one to the other.

<sup>19</sup> Taken by Pedro Marinello.

<sup>20</sup> Figure 11.

<sup>21</sup> Figure 12.



**Figure 11**

**Fonte:** <https://radio.uchile.cl/2018/04/28/yeguas-del-apocalipsis-un-archivo-incomodo/>



**Figure 12**

**Fonte:** Lo que el SIDA se llevó, 1989. Available in <https://www.artsy.net/artwork/lo-que-el-sida-se-llevo-yeguas-del-apocalipsis-slash-francisco-casas-y-pedro-lemebel-lo-que-el-sida-se-llevo-13>.

Before joining Las Yeguas del Apocalipsis, Lemebel had engaged in performative acts of his own. In 1986, we find Lemebel standing in heels reading out loud his *Hablo por mi diferencia* at the Mapocho train station, which he then takes to the Congreso del Partido Comunista with the hammer and sickle drawn with makeup on his face.<sup>22</sup> When speaking about the latter, Nelly Richard notes that:

La lectura que hizo P. Lemebel de su manifiesto en zapatos de taco alto desestabilizó la compostura de izquierda del Partido Comunista que, habituado a la seca propaganda de la consigna y el panfleto, le asignó carácter de sedición literaria a una prosa en la que se encartaban, como perlas en un collar, las alegorías y metáforas de la carnavalización sexual. (RICHARD, 2018, p. 85).

Lemebel, as shown above, was aware of the ways in which trans and queer bodies are excluded from most spaces, including those who claim to be liberal, open-minded

<sup>22</sup> Figure 13.

and inclusive. In the zigzagging<sup>23</sup> motion of his Neobarrocho<sup>24</sup> style, he presents trans bodies that enter and exit spaces, avoiding ideological capture. In other words, Lemebel was able to define transhood in his own terms by entering official and unofficial spaces, by presenting a distinct way of thinking and acting, by showing support for different sociopolitical movements without settling on one:

P. Lemebel supo evitar que estos cuerpos vagabundos quedaran atrapados en algún paradero o casilla que los volviera fácilmente recuperables para la sociología de la marginalidad: una sociología de la marginalidad cuyos recuentos estadísticos quieren objetivar lo desigualitario del sistema con la exactitud del dato, la presión de la cifra, sin tomar en cuenta que se trata de vidas humanas ya pulverizadas como restos en aquellas orillas de inadaptación al sistema que quedaron hace mucho fuera de todo cómputo numérico. De ahí que la creatividad barroca sea uno de los pocos recursos que salvan a esos cuerpos de la indigencia. Revistiendo de excedentes de sentido aquellas existencias que parecían condenadas a la falta del todo (RICHARD, 2018, p. 82).

Thus, what Lemebel seems to inherit most from the Baroque is its unintelligibility. The trans body is unlike any other it is not a copy, it is not simulation it may resemble masculinity or femininity, but it never settles on either one completely. As Lemebel continues to stage performance expressly for the camera, many of his pieces are used as covers for his books. One in particular calls my attention: the untitled photograph used by Seix Barral for its third edition *La esquina es mi corazón*<sup>25</sup> (LEMEBEL, 2004). In the image we find Lemebel's unshaved body covered by a stuffed caiman, he wears an extravagant headpiece with two large wings pointed upwards on both sides, while wearing makeup he draws large black stripes around his eyes, one of his legs wears a fishnet stocking, a red dress lays on the ground in front of him presumably after he has taken it off. As such, while his body hair points to his masculinity, his femininity is found in the makeup, stockings, and dress. Furthermore, the sensuality of his body is accentuated by a South American reptile that curves across his body. His makeup, while conventional below the eye, adds elements that are reminiscent of indigenous face paint, alluding to his non-Western body. The headpiece, while feminine, captures the presence of Hermes, Mercury and Roma which were often depicted in winged helmets. All in all, we are offered a body that is neither masculine nor feminine, neither Eastern nor Western. Unintelligible and unconventional he represents queer bodies for what they are: they are alluring, mysterious, and beautiful.

<sup>23</sup> When speaking of his own writing, Lemebel recognizes that “En vez de asumir una frontalidad con el poder, ya sea literario o político, más bien he intentado el zigzag, un entrar de perfil y salir también de perfil, que no se sepa como uno entra y que no se sepa como sales. Es una escritura que entre comillas podríamos llamar escritura marginal, para evitar ser consumida y absorbida. (Lemebel, “Lemebel oral” 36). Thus, Lemebel's (2018) writing is in constant motion, keeping readers and systems of power from grasping it and defining it, making use of its marginality to freely explore dissimilar spaces.

<sup>24</sup> Soledad Bianchi (2015) coins the term neobarrocho to speak of Lemebel's baroque style: the prefix neo alluding to his affinity for the neobaroque and barrocho to reference the river which runs through the nation's capital. Other artists, contemporary to Lemebel, have been similarly linked to a form of Chilean neobaroque: Raúl Ruiz, Diamela Eltit, Rodrigo Lira, Raúl Zurita, Diego Maquieira, etc. As a result, The University of Chile has even established the first *Grupo de Estudio sobre Barroco y Neobarroco en Chile* of which Pedro Lemebel was a participant and which showcased the work of other Chilean neobaroque authors in its *Barroco Fronterizo* (2015).

<sup>25</sup> Figure 14.



**Figure 13**

**Fonte:** Caracter “La Loca del” from Pedro Lemebel. 2001. Available in Frente <https://www.zendalibros.com/pedro-lemebel-la-loca-del-frente/>.



**Figure 14**

**Fonte:** Book “La esquina es mi corazón” from Pedro Lemebel. Available in <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96701.html>.

## MELANCHOLY IN THEIR WRITINGS: ALAIR GOMES AND HUDINILSON JUNIOR

Considering what Lopes (1999) brings to the neo-baroque movement in Brazilian and Latin American cultures, which is meaningful and deserves attention, by offering visual imagery of crisis in modern art during the second half of the 20th century, this study reflects on affect and artistic creation in the neo-baroque tradition as an activated category of comprehension of the contemporary world. Within frictions and encounters, the poetic image as a form of semiotic expression contains ways of extracting an aesthetic intentionality, which appears in the photographs of both Alair Gomes and Hudinilson Junior; nuances of a melancholic sensitivity in the neo-Baroque imagery and its singularities. Alongside contemporary photography, this study recognizes melancholy in the body of the Other which, given that melancholy as a singular object mobilizes the reading of the artists’ poetic fragments through images. Lopes (2016) even mentions how the “Neobarroco” was translated and recreated in Argentina as “Neobarroso”, following the example of Perlongher (1997).

This way, the fragment appears through the images in their ambiguity. In a way, it can undergo profane illumination reminiscent of Alair Gomes’ images that evoke experiences, desires and sensations. If the photographer’s images were seen as palimpsests of desire, in the lust of another image, perhaps the photographs could be seen as an image that can be read through another image. “Perhaps in the desire to retain the images of the loss a little more, to want to give them thickness, to give time so that we can stick to every detail [...]” (LOPES, 1999, p. 10). Given the value of aesthetic experience, the images of male bodies seem to determine unpredictable frivolousness in a melancholia of the irrecoverable, of the fragile nature of the performative. If Alair wanted to be a writer, it could be that he became a photographer due to the ruin of desire found in the images, like someone who

is in two worlds and writes with both hands, in fact, with both hands and both eyes. If the Baroque man is configured as an anonymous and lonely subject, both Alair's voyeurism and Hudinilson's narcissism present the artist as a spectator, due to his performative and unstable nature.

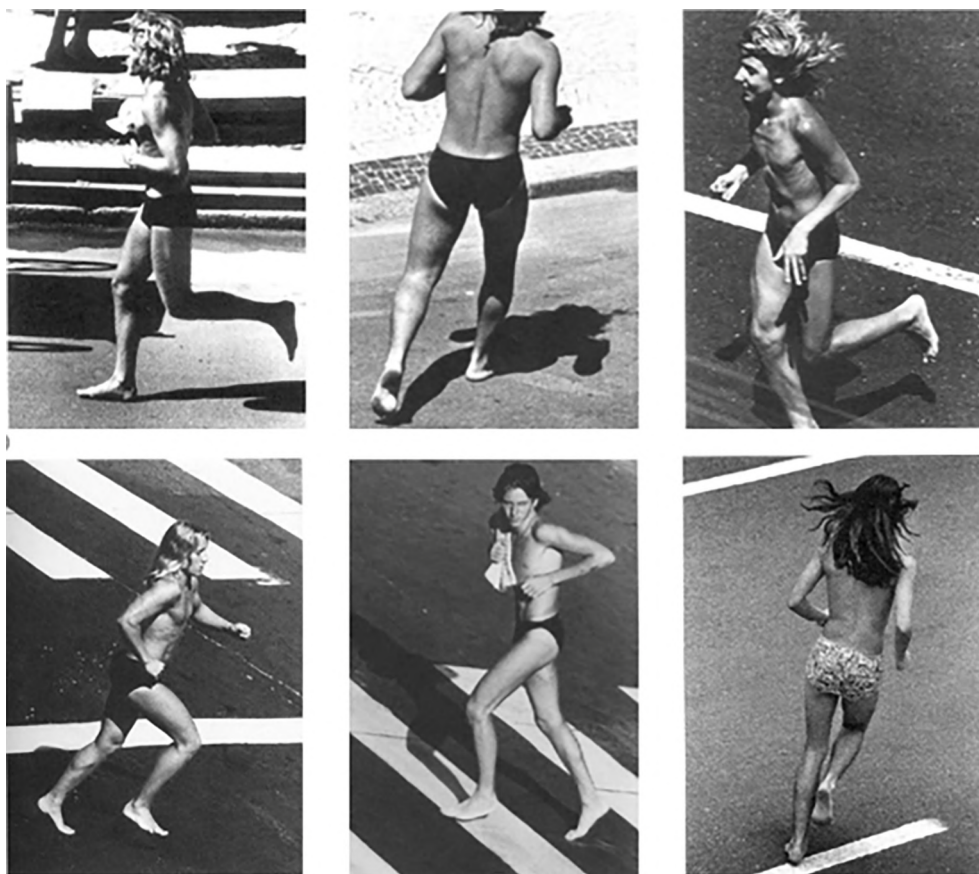
The recovery of the baroque, according to Lopes (1999), unfolds in a politicization of the microsocial, of daily life, of minor movements and verifies the dissipation of borders between the public and the private, providing an understanding of the present. For the parts of Hudinilson's body that are copied and for the parts of the male bodies recorded by Alair, it is fitting to think of the images not as metaphors, but as vestiges that unfold over time, as "mystery in fragments", whose meaning is found at the interstice. In a way, the attitude of the melancholic flâneur is found in the photographic production of the artists. Thus, I dare to think of a minor neo-baroque aesthetic expression in Lopes (1999) to reflect on the delicacy in the records of Alair Gomes, in the fragment that has a fragility of the gestures due to the sublime nature of desire, in view of melancholia as a lens to see the world as an articulation of contemporary fragments. If the neo-baroque recreates the baroque in the dimensions of the present, through an aesthetics of transgression, would it be possible to perceive a transgressive inclination within the photographers' images?

Considering the question of melancholia, Santos (2006) situates Alair's texts and his photographic work from a specific way of being in the world, when the concept of melancholia apprehends the modes of artistic creation. The photographic sign appears as a means of expression of a fragmentary nature, having interesting relations with the ideas of baroque ruin and historical allegory found in Benjamin's<sup>26</sup> thought. If photography is a territory of melancholy, according to Santos (2006), due to the experience of loss between the photographic act of the symbolic sign and of reality, Alair's personal memory goes back to imagery of the unfulfilled desire. This way, we analyze the way in which Vieira (2003) sees Alair's work as one which initiates the language of homoerotic desire, in a conflicting coexistence. When mentioning the construction of the male body in imagery, Santos (2002) mentions the work of Alair Gomes and Hudinilson Junior as examples of how the male nude goes through the experience of personal life, whose poetized presence composes the transgression of behavioral codes and norms.

---

<sup>26</sup> As stated Sontag (1986) to define Benjamin as melancholy, in the reading of his work to life, melancholy makes you see the world become a shelter, a thing or an enchantment. "Both the Baroque as surrealism, sensitivities with which feel a strong affinity Benjamin, see reality as a set of things" (Sontag, 1986, p. 92).





**Figure 15**<sup>27</sup>

**Fonte:** Entitled *A Window in Rio* (1977-1980). Fragments de Alair Gomes.

From the relationship between the creative act and the experience of loss, Santos (2006) considers the photographic image as a sign incorporated into thought that keeps its ontology, insofar as it narrows the condition of loss. Reading the work of Alair Gomes in the sense of what represents the unfulfilled desire, by reinforcing a duplicated experience reinforced between daily life and memory, the author finds in the visual poetics that emerge from the male body in the photographic image an unattainable desire. From the artistic trajectory of the photographic realm, two paths bifurcate his artistic production, between fiction in literature and in photography, and he can be seen as a writer and a photographer of his own image of desire. For this reason, in his visual poetics, his melancholic potential is found in the fictionalization and aestheticization of everyday life. Compared to those who believe more in fantasies than in ideas, Alair believed more in the visual poetics of the bodies of men than in the ruins of his desire.<sup>28</sup> “Photography is, in this sense, a modern analogy to the dramatic content that takes place, safeguarding its specificities, from allegory in baroque drama” (SANTOS, 2006, p. 37).

<sup>27</sup> Figure 15. Entitled *A Window in Rio* (1977-1980). Fragments de Alair Gomes. Available in the work of Pitol (2013).

<sup>28</sup> The concept of ruin through Benjamin’s perspective (1984).



**Figure 16**<sup>29</sup>

**Fonte:** Entitled *Beach-Triptych, n.10* (1980) de Alair Gomes.

Through microstories, the fragments of reality experienced in the photography of Alair Gomes exude melancholic sensitivities, being themselves forms of resistance. Thus, Santos (2008) explains that the streets in Alair is a way of searching for beauty constituted through photographic images that cross a poetic erotic gaze in the perception of the city as a place of flâneur. The rediscovery of the experience lived in Alair's photographs captures the ordinary, the banal and the everyday that devours the desire. Amid the frivolity of the crowd on the beach, the photographic act articulates the perspective of those who walk in the urban environment, captures the beauty in the precariousness of that which was lived and by chance makes an uncertain curve into the fascination that breaks apart the desire within the matrix of the bodies that sweat, that run and that move through water. From the seventh floor of the window of his apartment on Rua Prudente de Moraes, in Rio

<sup>29</sup> Figure 16. Entitled *Beach-Triptych, n.10* (1980) de Alair Gomes.

de Janeiro's Ipanema, the voyeur gaze opens up other temporalities through the objective lens, perhaps Alair has made through the sublime a rediscovery of the everyday through body movements, since comprehension takes place at a time not given, but slow and random, intimate, so to speak of contemporary visual poetics.

Almost like a flâneur, Alair constructs his imagery on the frivolity of the street, due to the precariousness of that which was lived and of the place of fortuity. In this case, the sublime appears in Alair's oeuvre as radical experience due to excessive attention given to the artwork or to the objective of the ruin of perfection, resulting from the magnitude of frivolous bodies and their distance from the voyeur. The sublime appropriates the city of nomadic bodily experience, involving fascination and mystery by the images that invoke affection in Rio de Janeiro's boys (GOMES, 2016). Thus, what Gomes (2010) points out about the fascination with the male body in Alair's photography is the unfolding on the edges of the images which embody corporality as an obsessive extension for the flagrant man who inhabits corporal plenitude.

Thus, Pereira (2017) reveals how Alair mapped the unguarded and indifferent areas of masculine behavior by looking at the relationships between men in the public space, above all, or what should happen and be seen, as he imagined the new composition of the body in its photographic fold<sup>30</sup>, standing out from the "heteronormative" context found in the history of Brazilian photography. Based on Foucault's heterotopia, the author explains how Alair did not seek to "represent" reality, but to create another reality through the narrative of these images. If images of him were taken in broad daylight and almost all of them on Ipanema Beach, both the space on the street and on the beach appear to have elapsed in temporality due to the relationship between heterotopias and homoeroticism. As a cartographer of the imperceptible, Alair appears as a voyeur who not only seeks the act of desire, but the blatant pleasure of temporary and passing performances, with regard to the theft of body codes of the male body.

<sup>30</sup> In deleuzian terms on the concept of folding (DELEUZE, 2012)



**Figure 17**<sup>31</sup>

**Fonte:** [www.galeriajaquelinemartins.com.br/artista/hudinilson-jr#19-468](http://www.galeriajaquelinemartins.com.br/artista/hudinilson-jr#19-468).

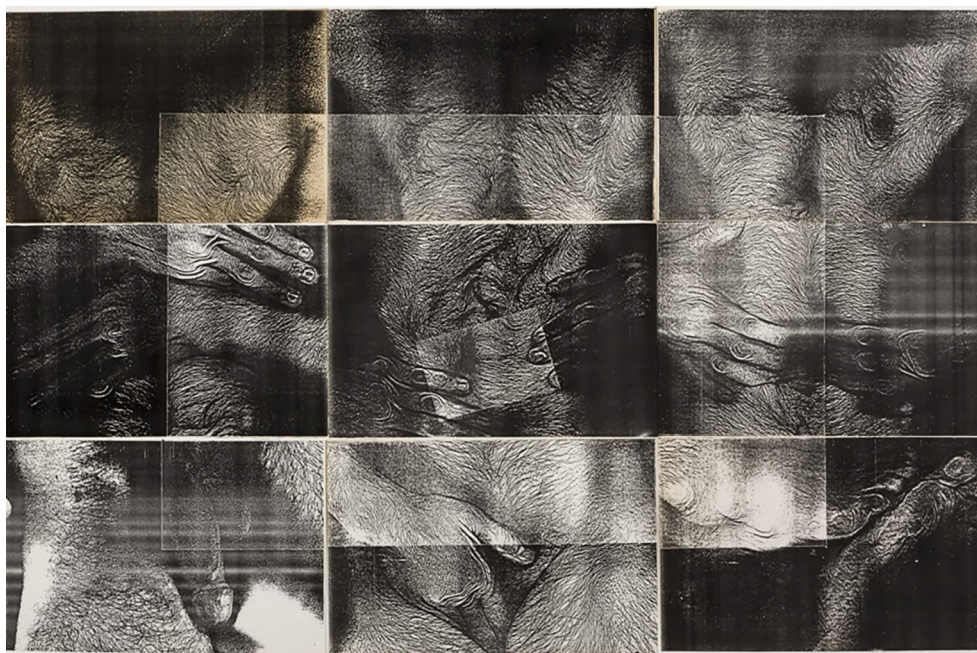
In light of his own writings, Hudinilson Junior is considered by Santos (2002) as one of Brazil's artists who use photography in an autobiographical, transgressive and confessional style. From the work of writing the body in the image, Hudinilson combines body and machine in a creative process in which he makes of himself an unfolding of another body. If on the one hand Alair composed the images through the fragments of the naked male body, Hudinilson composed the images through the fragments of his own naked body, being the work and process of unification with the machine. Alair's erotic diaries may resemble Hudinilson's sketchbooks. In 1981, because he posted an image of his own xeroxed groin on a street in São Paulo, at the Arte na Rua exhibition, Hudinilson was censored.

As a pioneer of xerox art, Hudinilson is seen by Kac as a multimedia artist due to the poetic and plastic approach of his artistic production, which Tomazi (2009) situates as the electromechanical means of composing the artist's work. In fact, Gilbert (2015) brings Hudinilson Junior as an affiliate of the Movimento de Arte Pornô based in São Paulo, whose work has contributed to several joint publications. Through the "Manifesto of Arte Pornô", the author understands Kac's premise that "art is penetration and enjoyment", highlighting how much the experimental was disdained by the Brazilian literary elite as well as investigating the relationship between body and language in the context of the military regime. The core of the group, Glauco Mattoso, Leila Miccolis, Sandra Terra,

<sup>31</sup> Figure 17. Entitled "Registro fotográfico da performance *Exercício de Me Ver II*". Hudinilson Junior: [galeriajaquelinemartins.com.br/artista/hudinilson-jr#19-468](http://galeriajaquelinemartins.com.br/artista/hudinilson-jr#19-468).

Braúlio Tavares, Teresa Jardim and Cairo de Assis Trindade, lived in Rio de Janeiro and made of Friday nights an expression of porn poetry in Cinelândia. Kac (2013) himself points out how the experimental art movement that he started lasted for two years, from 1980 to 1982, with a latent pragmatic interventionism of porn poetry, pornism or porn movement, starting with lyrics and expanding to other areas, subverting norms aesthetics and conventions of everyday experience.

When considering the work “Narcissus”, started in the 1970s, in which the artist created and recreated images of his naked body in a loving position with the photocopier, Gilbert (2015) realizes that Hudinilson’s xerox art presents another way of engaging in the artistic process: in sexual intercourse with other objects and means which are capable of unfolding the body in itself. Through the concept of self-image in the work that runs through his house / apartment / studio, Oliveira (2016) thinks with Hudinilson about the fragments that unfold in the images, considering the body and the homoerotic themes as marks of this artistic production: “The spaces that this artist inhabited say a lot about his self-image, because there he could see a lot from his daily life, from these relationships between processes of creating and living” (OLIVEIRA, 2016, p. 146). Thus, the artist’s space / apartment was seen as having life in and of itself, as being a part of the work and the experience.



**Figure 18**<sup>32</sup>

**Fonte:** [www.artequacontece.com.br/hudinilson-jr-explicito-na-pina\\_estacao/](http://www.artequacontece.com.br/hudinilson-jr-explicito-na-pina_estacao/).

<sup>32</sup> Figure 18. Entitled *Exercício de Me Ver*. (1980-1984). Hudinilson Junior. [www.artequacontece.com.br/hudinilson-jr-explicito-na-pina\\_estacao/](http://www.artequacontece.com.br/hudinilson-jr-explicito-na-pina_estacao/).

In the early 1980s, through the “Exercício de Me Ver” photographic series, Hudinilson takes Narciso’s myth as reference, in his self-reflected image upon a lake, to think about his artistic process. On the performative side, Hudinilson photographs naked on top of the typewriter, copying parts of his body, highlighting gestures in images of himself. Thus, the author shows how photocopying, and as such creating a copy of a copy, ends up becoming a voyeuristic act enacted on himself, at the moment when he himself speaks of his body in pixels, lines, shadows and derivations on piece of craft paper. Hudinilson’s artwork appears within the photocopier’s turn into a neo-avant-garde device that crystallized in the 1970s, which was yet more brutal than the military dictatorship. About Narciso’s metaphor in Hudinilson’s work, I consider, along with Lopes (1999), the photocopier, as not only copying fragments of the photographer that destroy the body’s self-identity in splinters but reflects before the plural and the ephemeral he projects onto the world, as marks of the artist’s subjectivity.

## BIBLIOGRAPHY

- AUSTIN, Kat. Baroque Spaces: The Performances of Guillermo Gómez-Peña and his Pocha Nostra. **Gestos**, v. 26, p. 133-147, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BIANCHI, Soledad. Del neobarrocho o la inestabilidad del taco alto (¿Un neobarroco chileno?). **Revista chilena de literatura**, n. 89, p. 323-333, 2015.
- CARVAJAL, Fernanda; FUENTE, Alejandro de la. **Archivo yeguas del apocalipsis, voces y relatos**. Fondo Nacional para el Desarrollo Cultural y las Artes, 2018.
- DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas: Papirus, 2012.
- GÁLVEZ, Antonio. **Mis amigos los cabezones**. Madrid: Instituto Cervantes, 2018.
- GILBERT, Zanna. Transgressive Bodies. **Art in America**, v. 103, n. 10, p. 118-124, 2015.
- GOMES, Aline Ferreira. A fotografia de Alair Gomes: o fascínio pelo corpo masculino. *In: VI EHA - ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE*. Campinas: Unicamp, 2010. p. 13-20.
- GOMES, Alair de Oliveira. **Alair Gomes, much pleasure**. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadora de Editoração, 2016.
- GUERRERO, Gustavo. **El Oriente de Severo Sarduy**. Madrid: Instituto Cervantes, 2008.
- GUERRERO, Javier. **Tecnologías del cuerpo: exhibicionismo y visualidad en América Latina**. España: Iberoamericana, 2014.
- JARAMILLO GIL, Huber. **Queer Baroque: Sarduy, Perlongher, Lemebel**. 2020. Dissertation (Ph.D. in Latin American, Iberian and Latino Cultures). Programan Latin American, Iberian, and Latinx Cultures, City University of New York, New York.
- KAC, Eduardo. O Movimento de Arte Pornô: a Aventura de uma Vanguarda nos Anos 80. **ARS (São Paulo)**, v. 11, n. 22, p. 30-51, 2013.
- LEMEBEL, Pedro. **La esquina es mi corazón**. Barcelona: Seix Barral, 2004.
- LEMEBEL, Pedro. **Lemebel oral: veinte años de entrevistas (1994-2014)**. Buenos Aires: Mansalva, 2018.

LOPES, Denilson. **Nós, os mortos:** melancolia e neo-barroco. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LOPES, Denilson. Afetos. Estudos queer e artifício na América Latina. **Revista E-Compós**, v. 19 n. 2, p. 1-16, 2016.

OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre de. O corpo fragmentado, erotizado e poetizado de Hudinilson Junior. **Gama**, v. 4, p. 141-152, 2016.

PEREIRA, Bruno. Heterotopias do (in) desejável: conjugando espaços e sexualidades a partir da fotografia de Alair Gomes. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 62-78, 2017.

PERLONGHER, Néstor. **Prosa plebeya**. Buenos Aires: Colihue, 1997.

PITOL, André Luís Castilho. **Alair Gomes:** fotografia, crítica de arte e discurso da sexualidade. São Paulo: A. Pitol, 2013.

RICHARD, Nelly. **Abismos temporales:** feminismo, estéticas travestis y teoría queer. Chile: Metales Pesados, 2018.

SANTOS, Alexandre. A indisciplina do desejo: o corpo masculino e a fotografia. *In:* Blanca Brites, Maria Lúcia Kern. (org.). **Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte**. Porto Alegre: EDIPUC, 2002. p. 1-16.

SANTOS, Alexandre Ricardo dos. **A fotografia como escrita pessoal: Alair Gomes e a melancolia do corpo-outro**. 2006. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Alexandre. Duane Michals e Alair Gomes: documentos de si e escritas pessoais na arte contemporânea. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 51-65, jan./jun. 2008.

SARDUY, Severo. **Cartas a mi hermana en la Habana**. Severo Sarduy Cultural Foundation, 2013.

SONTAG, Susan. **Sob o signo de Saturno**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

TOMAZI, Marcelo. Um sopro de Luz e Letra em meio ao caos. **ARS (São Paulo)**, v. 7, n. 13, p. 42-45, 2009.

VIEIRA, João Luiz. O corpo do voyeur: Alair Gomes e Djalma Batista. *In:* NOJOSA, Urbano; GARCIA, Wilton. (org.). **Comunicação & Tecnologia**. São Paulo: Nojosa, 2003.



# AS MULTIFACES DOS SUJEITOS<sup>1</sup>

Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira (UERN)<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0001-9804-8958>

Guilherme Paiva de Carvalho (UERN)<sup>3</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-1165-5761>

*“[...]porque o corpo mesmo  
está por dentro da pele...”*  
(Música ‘Sou Nua’, de Os Novos Baianos)

*“Diga quem é você, me diga  
Me fale sobre a sua estrada  
Me conte sobre a sua vida  
Tire a máscara que cobre o seu rosto  
[...]  
O importante é ser você  
Mesmo que seja estranho, seja você[...]”*  
(Música ‘Máscara’, de Pitty)

## RESUMO

A constituição da identidade de gênero dos sujeitos é atravessada por vários saberes-poderes científicos e por preconceitos gerados pela cultura e pelos costumes de determinada sociedade. A sociedade heteronormativa acostumou-se com a divisão binária homem/mulher e, na maioria das vezes, concebe quem não se enquadra nesse padrão como algo anormal,

<sup>1</sup> Este trabalho foi parcialmente retirado da pesquisa de mestrado de Aryanne Sérgio Queiroz de Oliveira, intitulada “DA LAGARTA À BORBOLETA: o processo de constituição da identidade e os direitos do sujeito transexual”, a qual fora concluída em março/2017 e orientada pelo Prof. Dr. Guilherme Paiva de Carvalho.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com área de concentração em Ciências Sociais e linha de pesquisa em Dinâmicas e Práticas Sociais, com destaque aos Estudos de Gênero; Mestra pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN); Graduada em Direito pela Faculdade de Direito (FAD/UERN); Graduanda em História pela UERN; Graduanda em Psicologia pela UniNassau/Mossoró. Atua como técnica-administrativa, lotada atualmente no Departamento de História/UERN e no grupo de pesquisa: História do Nordeste: sociedade e cultura/UERN). Atualmente está vinculada como discente à Diretoria de Edições de Texto da Revista Acadêmica Lampiar (FAD/UERN) e ao grupo de pesquisa Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente (SAGMA/UFRN). E-mail: [aryannequeiroz@uern.br](mailto:aryannequeiroz@uern.br).

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia (UnB, 2009). Mestrado em Filosofia (UnB, 2002). Doutorado Sanduíche na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Graduação em Filosofia (UFPI, 1998). Coordenou o Programa Universidade Aberta do Brasil na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2009 a 2011. Coordenou o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2012/2013). É docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa Interinstitucional de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN), além de colaborador no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). E-mail: [guimepaivacarvalho@gmail.com](mailto:guimepaivacarvalho@gmail.com).

como uma doença. Desta forma, possui uma visão limitada e não consegue compreender que existe uma diversidade dentro da sexualidade, tanto no que tange à orientação sexual, ao sexo biológico, às identidades de gênero e às performances de gênero. Os sujeitos são multifacetados, possuem *personas* diversas e vivenciam um personagem no cotidiano, muitas vezes para agradarem aos demais e tentarem ser aceitos, porém, não é uma tarefa tão fácil, pois o sistema de valores sociais, morais e jurídicos impulsionam os indivíduos considerados “diferentes” a se adaptarem aos critérios da “normalidade” por ele imposto, para não serem expurgados da sociedade. Para refletir sobre essa questão, este artigo se propôs a realizar um estudo de revisão e análise bibliográfica, buscando mostrar os fatores que estão envolvidos na sexualidade das pessoas e que contribuem para a constituição da identidade de cada ser. Como resultado, percebemos que os sujeitos são diversos e todos os fatores levados em consideração como a identidade de gênero, a orientação sexual, o sexo biológico e a performance de gênero se modificam entre um sujeito e outro, tornando cada indivíduo único em um universo de possibilidades.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Sexo biológico; Orientação sexual; Identidade de gênero; Performance de gênero.

## INTRODUÇÃO

No teatro greco-romano, por volta do século V a.C., os atores retratavam personagens através de *personas*, ou seja, máscaras que representavam categorias de pessoas, permanecendo obscurecida a verdadeira personalidade do ator, escondendo e jamais revelando a sua identidade em público.

Na sociedade contemporânea, a utilização de máscaras também é comum, só que muitas vezes de maneira sutil, não sendo mais um objeto em si, mas ferramentas invisíveis que disfarçam algumas atitudes e subjetividades nas inter-relações dos sujeitos. Na vida real, a dissimulação que um indivíduo pode vir a desempenhar é esculpida de acordo com os papéis exercidos pelos outros indivíduos ou por forças normativas que regulam as condutas em todo o meio social. Erving Goffman (1999) afirma que

quando um indivíduo chega à presença de outros, estes geralmente procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem [...]. A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. (GOFFMAN, 1999, p. 11).

Neste diapasão, o sujeito, tendo a consciência dessa expectativa que se cria ao se deparar com outro ser humano, pode dar origem a um personagem ou ser ele mesmo para prestar as informações que são convenientes no momento. Com suas várias facetas, a pessoa sabe que gerou um tipo de expectativa no outro, ao invés de outra diferente, pois

caso expusesse a sua verdadeira personalidade, tem a ideia de que se tornaria vulnerável diante de outro indivíduo.

Escolher um personagem para evitar essa vulnerabilidade e vivenciá-lo cotidianamente, com o intuito de agradar aos outros, não é tarefa das mais fáceis. Supõe-se que o sujeito almeja interagir em suas diversas relações de maneira plena, sendo ele mesmo, expondo a sua verdadeira identidade para deixar sua marca, sem constrangimentos e sem angústias.

Contudo, o sistema de valores morais e jurídicos, forçosamente, impulsiona o indivíduo tido como ‘diferente’ a adaptar o seu corpo, a se fantasiar com uma *persona* que se encaixa dentro dos critérios ‘normais’ impostos, padronizando-o dentro do sistema binário – homem e mulher – para não vir a ser expurgado socialmente.

Os referidos padrões obrigatórios – relacionados à Sexualidade, ao sexo biológico, à performance de gênero, à identidade de gênero e à orientação afetiva-sexual do sujeito – serão aqui trabalhados isoladamente, mais com o intuito de diferenciá-los uns dos outros, para melhor compreensão, do que suprimi-los em conceitos encrustados.

## 1. SEXUALIDADE

Certamente, em algum instante da vida, o ser humano se depara com a questão: o que é Sexualidade? Este conceito é amplo, envolvendo vários aspectos e sendo trabalhado por diversas ciências, desde a Biologia até a Psicanálise. Não se encontra totalmente lapidado e unificado o entendimento sobre o termo. O que se sabe é que após os estudos psicanalíticos de Sigmund Freud acerca da sexualidade, esta sofreu uma reanálise e um novo olhar se incidiu, abrindo assim o horizonte da palavra.

Antes da Psicanálise Freudiana, a sexualidade dos indivíduos estava única e exclusivamente relacionada com a procriação, sendo esta a função mais relevante da espécie humana. A Sexologia se baseava no conceito de instinto, o qual era tido como algo advindo da natureza, encravado no sujeito desde a sua criação.

Após a abordagem teórica de Freud acerca da sexualidade, a Psicanálise repaginou este conceito, ampliando-o, concedendo um novo sentido, uma nova roupagem. Ocorreu a substituição do conceito de instinto pelo conceito de pulsão, afirmando que este tem um impacto de inquietude constante no indivíduo – desde a infância e durante o decorrer de toda a vida –, enquanto aquele tem picos e declínios, ocorrendo de maneira variável. A sexualidade é, então, aquilo que o corpo realiza em troca com o mundo.

Em relação à pulsão, ela

não dependeria do objeto para existir porque justamente ela é uma força biológica endógena e inata e assim, consequentemente, ela existe anteriormente e independentemente do objeto e contanto que ela possa ser saciada, pouco importa o objeto que será utilizado para a sua satisfação. (MOUAMMAR, 2010, p. 02).

Partindo do princípio pulsional da sexualidade do ser, ela amplia-se por toda a existência do sujeito, iniciando-se, portanto, desde a origem deste até o momento final de sua vida. A pulsão não direciona o seu ímpeto de saciar-se a um objeto em específico, pois o seu objetivo é saciar-se, não importando quem irá satisfazê-la momentaneamente.

No Século XX, Foucault questionou os discursos produzidos pela Psicanálise, que construiu a verdade sobre a sexualidade a partir da confissão dos indivíduos sobre as suas condutas sexuais. No livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, o autor revela que deseja se inteirar

sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano. (FOUCAULT, 1988, p. 12).

Nesta perspectiva, o filósofo almeja conhecer as vias que autorizam a interferência do poder-saber na sexualidade dos sujeitos, controlando os seus corpos de modo eficaz, impedindo-os de seguirem as suas próprias pulsões ou os seus impulsos biológicos. Para ele, “a relação de poder passa por nossa carne, nosso corpo, nosso sistema nervoso” e “a psicanálise, tal como é feita atualmente, a tantos cruzeiros por sessão, não dá margem a que se possa dizer: ela é destruição das relações de poder” (FOUCAULT, 2002, p. 151). Conseqüentemente, a sexualidade do indivíduo está à mercê dos poderes discursivos das Ciências, os quais controlam os desejos e os corpos dos sujeitos.

Em relação à origem da sexualidade na vida do sujeito, não se sabe exatamente quando ocorre, porém, especula-se que se inicia a sua definição antes mesmo da gestação, ou seja, na ocasião em que o óvulo é concebido no corpo feminino. Desse instante até a hora de nascer, o ser passa por momentos cruciais de definição biológica, que determinam a estrutura masculina ou feminina (MONEY; TUCKER, 1981). Desse modo, é a partir do instante que acontece a fecundação na mulher que se instaura a sexualidade do ser humano em formação.

Após o ato sexual, a instauração do sêmen masculino no sistema reprodutor feminino e a constatação da fecundidade, frequentemente, gera-se uma expectativa entre o casal heterossexual, o qual aguardará com ansiedade pela revelação do sexo biológico do rebento.

Os pais começam a constituir uma história para a criança, que deve corresponder ao que eles esperam dela no que se refere à sexualidade. Quando nasce menino, é levado a acreditar e a se sentir como homem; porém, caso nasça menina, é direcionada a se sentir mulher. Essa situação refere-se ao psiquismo, à mente, às sensações e aos sentimentos de se perceber como homem ou como mulher (SEIXAS, 1998).

Neste sentido, o sexo biológico é que determinará a sexualidade do infante, assim como o seu modo de pensar e de se sentir, sendo levado a crer que pertence ao sexo masculino ou ao sexo feminino, de acordo com os órgãos genitais concebidos na gravidez da genitora.

A partir do momento em que se confirma a genitália concedida pela natureza ao corpo do nascituro, cria-se todo um arcabouço de significados e características que serão consideradas inerentes e perpétuas. Não se oferecem alternativas, apenas se classificam os caracteres como femininos e masculinos, declarando-os intrínsecos à vagina e ao pênis, respectivamente.

Sob outro prisma, a sexualidade é conceituada pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS; OMS, 2000). Vejamos:

El término ‘sexualidad’ se refiere a una dimensión fundamental del hecho de ser un ser humano: Basada en el sexo, incluye al género, las identidades de sexo y género, la orientación sexual, el erotismo, la vinculación afectiva y el amor, y la reproducción. Se experimenta o se expresa en forma de pensamientos, fantasías, deseos, creencias, actitudes, valores, actividades, prácticas, roles y relaciones. La sexualidad es el resultado de la interacción de factores biológicos, psicológicos, socioeconómicos, culturales, éticos y religiosos o espirituales. Si bien la sexualidad puede abarcar todos estos aspectos, no es necesario que se experimenten ni se expresen todos. Sin embargo, en resumen, la sexualidad se experimenta y se expresa en todo lo que somos, sentimos, pensamos y hacemos.<sup>4</sup>

Ao vislumbrar a definição supramencionada, é de se destacar que o conceito ora em exame se compõe de um leque de aspectos, perpassando uma diversidade de características que se inserem no sujeito de modo concomitante ou intermitente. Para as referidas Organizações, não se pode desprender cada categoria citada, posto que no sujeito dá-se o resultado da comunicação de todas elas, ora alternando-se, ora somando-se, com o intuito de expressar a sexualidade que lhe aflora.

Desta sorte, o que se aspira compreender é que a sexualidade não possui uma definição cerrada e aplicada a todos os sujeitos, posto que cada um possui a sua sexualidade, além de aspectos relacionados ao meio social e, portanto, à cultura e à formação da psique humana.

## 2. SEXO BIOLÓGICO

Nos discursos científicos e na cultura, a humanidade é dividida, anatomicamente, entre homem e mulher, desde o nascer de cada indivíduo. O sexo biológico fornecido no corpo do ser humano é concebido como o “divisor de águas” que distingue o sujeito feminino do sujeito masculino.

---

<sup>4</sup> O termo “sexualidade” se refere a uma dimensão fundamental do fato de ser um ser humano: baseada no sexo, incluindo o gênero, as identidades de sexo e gênero, a orientação sexual, o erotismo, o vínculo afetivo e o amor, e a reprodução. Se experimenta ou se expressa em forma de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos e religiosos ou espirituais. Embora a sexualidade possa abarcar todos estes aspectos, não é necessário que se experimentem nem se expressem todos. Porém, em resumo, a sexualidade é vivida e expressa em tudo o que somos, sentimos, pensamos e fazemos (tradução nossa).

A premissa mais comum é a de que existem dois destinos que não se confundem, um que deriva dos cromossomos XY na concepção e conduz o sujeito à masculinidade, e o outro dos cromossomos XX na concepção, levando-o à feminilidade (MONEY; TUCKER, 1981). Partindo dessa ideia, as expectativas criadas em torno dos estereótipos macho e fêmea, conseqüentemente, envolverão a criança – ainda em formação intrauterina – para que ela as atenda fielmente.

O corpo de qualquer pessoa, no espaço-tempo em que se constrói na vida intrauterina, já está sendo moldado socialmente pelas regras normativas e pelos ideais de gênero criados. Segundo Ceccarelli (2008), logo após o nascimento ou mesmo antes disto, o bebê é tratado como menino ou menina, consolidando a crença segundo a qual o sexo anatômico designa o gênero masculino ou feminino. Assim, consolidaram-se os referidos estereótipos no pensamento humano, organizando a espécie em separado, bipartindo-a somente em dois modelos diferentes, de acordo com a anatomia de cada um.

Pierre Bourdieu (1999) ratifica esse pensar quando diz que

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros [...]. (BOURDIEU, 1999, p. 20).

Deste modo, a construção do pensar humano acerca do sexo que cada ser possui, baseia-se, sobretudo, na estrutura corporal e nos órgãos sexuais, estes biológica e naturalmente elaborados. Em decorrência do sistema heteronormativo ser fundamentado em dois sexos (especificamente um masculino e um feminino), o mesmo leva as pessoas a crerem que a mulher deve ser alguém que reúna caracteres físicos e emocionais predeterminados, assim como os homens (SAMPAIO; COELHO, 2011). Essas premissas apontam que se o indivíduo não se enquadrar compulsoriamente dentro do esperado pelo referido sistema, terá que pagar caro pela incongruência desenvolvida em si mesmo.

Desse modo, a pessoa intersexual – aquela que nasce com a genitália ou com características sexuais não adaptadas perfeitamente aos estereótipos-padrão – não é bem recepcionada pelo binarismo, tendo que se adequar através de cirurgias, para conseguir o aval do saber-poder médico e vir a ser considerada ‘normal’.

Em razão de seu corpo ter sido formulado biologicamente de maneira que foge ao padrão conhecido como genital masculino (o pênis) ou como genital feminino (a vagina), será exigida do sujeito intersexual a realização de procedimentos cirúrgicos, para corrigir o ‘erro da natureza’.

A Sociedade Intersexo Norte Americana (Intersex Society of North America – ISNA)<sup>5</sup> define a condição do indivíduo intersexual, quando afirma que a

<sup>5</sup> INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA. How do I know if I have an intersex condition? Disponível em: <http://www.isna.org/faq/conditions/know>. Acesso em: 29.06.2021.

ISNA is working to create a world free of shame, secrecy, and unwanted sexual surgeries for children born with anatomy that someone decided is not standard male or female. This is different from, for example, having a feeling that your identity is different from most women (or men). People with intersex conditions generally don't have to search for evidence that they are intersexed; the evidence is in their own bodies. For instance, women who do not have ovaries, men who don't have testes, women who have no clitoris or inner labia, people who remember multiple genital surgeries during childhood and scars in their genital area and abdomen, people who have ambiguous genitalia.<sup>6</sup>

Lidar com a intersexualidade não é algo que a sociedade deseja, pois um corpo que não se adequa aos padrões biológicos estabelecidos pelos saberes-poderes médicos deve ser remendado, reparado ou expurgado, caso não consiga harmonizar-se.

Muitas vezes, o sujeito intersexo é denominado pejorativamente de “hermafrodita”, ou seja, aquele que possui os dois órgãos sexuais conhecidos pênis e vagina. Este sujeito fica estigmatizado socialmente em razão de possuir um órgão diferente, não definido perfeitamente dentro dos modelos que se conhecem como corretos. Em síntese, os sexos biológicos masculino e feminino demandam uma nova ótica advinda da complexa rede de saberes e valores morais que permeia a sociedade e a cultura.

### 3. PAPÉIS/EXPRESSÃO/PERFORMANCE DE GÊNERO OU SEXUAL

O prisma eminentemente biológico incide sobre o corpo humano, excluindo a maneira múltipla de enxergar os sujeitos. Estes, além de estarem se relacionando dentro de uma biodiversidade, são provocados socialmente a reproduzir papéis, performances ou expressões de gênero, para atuar diante das demais pessoas e serem plenamente inseridos no cotidiano social. Os papéis são, portanto, a forma de funcionamento que o indivíduo assume ou a maneira como reage num momento específico, determinados pelo contexto e modificados com o ambiente, a idade e a cultura a que pertence (BRUNS, 2003).

A maneira pela qual a pessoa escolhe se expressar para se encaixar em determinado estereótipo preconcebido socialmente é o que se considera no recorte de nossa pesquisa como “papéis de gênero” ou “papéis sexuais”; “expressão de gênero” ou “expressão sexual”; ou ainda “performance de gênero” ou “performance sexual”. Os termos elencados serão aqui tratados como sinônimos, significando o modo como o sujeito se exprime, manifestando a sua identidade de gênero.

Ao expor a sua identidade sexual no meio social ao qual está inserido, o indivíduo estará apresentando o seu papel de gênero, através da fala e dos atos, utilizando o seu

<sup>6</sup> ISNA está trabalhando para criar um mundo livre de vergonha, sigilo e cirurgias sexuais não desejadas para as crianças nascidas com anatomia, que alguém decidiu que é padrão masculino ou feminino. Isso é diferente de, por exemplo, ter a sensação de que a sua identidade é diferente da maioria das mulheres (ou homens). Pessoas com condições intersexuais geralmente não têm que procurar por evidências de que eles são intersexos; a prova está em seus próprios corpos. Por exemplo, as mulheres que não têm ovários, os homens que não têm testículos, as mulheres que não têm clitóris ou lábios internos, pessoas que se lembram de várias cirurgias genitais realizadas durante a infância e possuem cicatrizes em sua área genital e no abdômen, as pessoas que têm genitália ambígua (tradução nossa).

próprio corpo, desempenhando performance de gênero para se autoafirmar perante si e perante os outros.

É importante salientar que os papéis de gênero mais comuns e bem aceitos socialmente são o feminino e o masculino, por se basearem em discursos científicos sobre a anatomia corporal do ser humano. A Biologia é preponderante para orientar as performances de gênero balizadas pela sociedade, a qual impõe como corretos e ‘normais’ os papéis de homem e de mulher. Ou seja, a estrutura biológica sexual do indivíduo é o modelo-padrão que baseia a construção de todo o aparato dos papéis de gênero, reinantes no meio sociocultural da maioria das civilizações.

Outro ponto comumente questionado é quando se origina a execução do papel de gênero na vida do ente humano. Não se sabe ao certo a idade, ou o período exato da vida, porém, alguns autores sugerem que começa a ser percebida ainda na infância. Ronaldo Pamplona da Costa (1994) sugere que

O início do desempenho do papel de gênero, ou seja, do comportamento social, dá-se no momento em que o indivíduo se percebe como menino ou menina, que tem um pênis ou uma vagina, passando a ter uma identidade genital e um comportamento masculino ou feminino. (COSTA, 1994, p. 28).

Seguindo a premissa do autor, pode-se concluir, então, que a partir da autoanálise corporal da criança, haverá uma modificação em seus atos, tentando se encaixar no molde masculino ou feminino que lhe for ditado como o correto pelos familiares e pela escola. Entende-se, a partir desse olhar que, ao verificar e reconhecer no próprio corpo um órgão genital masculino, o infante tentará se comportar de acordo com as regras morais que lhe ditam ser de menino, ou, de menina, se encontrar em si mesmo um órgão genital feminino.

Porém, nem sempre ocorre desta forma e há crianças que passam a expressar-se de acordo também com o que pensam de si mesmas, de acordo com o que concebem como essência, fugindo assim da normatividade reinante. É o que acontece com os transgêneros e a-gêneros quando não se adequam ao que é doutrinado como o correto a ser seguido.

Sendo assim, o papel sexual é resultante de determinações biológicas sexuais consideradas natas e das questões de gênero, isto é, de fatores sociais apreendidos, representados, institucionalizados e transmitidos pela matriz da identidade (COSTA, 1994). Desse modo, ao interagir socialmente, o sujeito revela a sua identidade e o seu pensar sobre si através da performance de gênero. Por meio desta, ele utiliza o corpo e vários componentes como, por exemplo, a linguagem, as vestimentas, os trejeitos de agir para expor o juízo que tem de si aos outros.

Essas premissas apontam que o papel social de gênero nada mais é que

o comportamento do indivíduo frente às demais pessoas, à sociedade, é a ‘maneira feminina ou masculina de ser’. Esse papel é estabelecido pela cultura e pela época em que o indivíduo vive, traçando uma linha comum de comportamento entre homens e mulheres. A criança aprende como deve se relacionar com seu corpo e que atitude tomar em cada papel que estiver desempenhando. O papel de gênero é a base para o desenvolvimento de todos os demais papéis sociais. (SEIXAS, 1998, p. 248).



A partir dos discursos apresentados, evidencia-se que há uma ordem heterossexual compulsória exigindo que as práticas de todos os indivíduos se adequem às estruturas anatômicas e às normas de gênero masculino/feminino, ambas traçadas historicamente como corretas.

Essas normas de gênero aprisionam o sexo no sentido biológico, sufocando as performances, tentando obrigá-las a seguir paulatinamente todos os passos ditados, no decorrer do crescimento da criatura humana. Do nascer ao envelhecer, os corpos são submetidos às regras heterossexuais, estas legitimadas pelas ciências médico-jurídicas, detentoras de um saber-poder que atravessa várias instituições no meio social.

## 4. IDENTIDADE DE GÊNERO

Para compreender o sentido do termo ‘identidade de gênero’, se faz necessário, primeiramente, buscar o significado da palavra *identidade*. Etimologicamente, ela advém do latim *identitate*, que expressa “qualidade daquilo que é idêntico”, assim como um “conjunto de caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, defeitos físicos, etc., o qual é considerado exclusivo dela e, conseqüentemente, considerado, quando ela precisa ser reconhecida”<sup>7</sup>.

Assim, cada sujeito possui a sua própria identidade, sua forma única de ser no mundo, apesar de ser semelhante a outros na estrutura corporal (possuindo o mesmo sexo biológico), na maneira de se comportar perante os demais (atuando com a mesma performance de gênero) ou no modo de desejar sexualmente o parceiro (exprimindo a sua orientação afetivo-sexual).

Ainda sobre identidade, são formulados outros conceitos semelhantes, como este a seguir:

O termo ‘identidade’ se refere à totalidade da pessoa e integra os componentes biológicos, psicológicos e sociais. A identidade biológica se dá pelo reconhecimento das diferenças anatômicas do sexo; a identidade social é definida pelo Registro de Nascimento, no momento em que é atribuído ao recém-nascido um nome masculino ou feminino, e pelos papéis que cada indivíduo desenvolverá durante a sua vida e a identidade psicológicas, enfim, é representada pelo eu psíquico. (VERDE; GRAZIOTTIN, 1997, p. 58).

A colocação supracitada revela que a identidade não está isolada no aspecto subjetivo. Existe a contribuição de alguns elementos que se mesclam para geri-la, para dar forma ao sujeito e transformá-lo em um ser único. Segundo a definição, este se totaliza por meio de ingredientes advindos das normas socioculturais, dos caracteres biológicos e da sua psique.

Stuart Hall (2005, p. 08) afirma que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco

<sup>7</sup> MICHAELIS, Dicionário. Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 29.06.2021.

compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Portanto, para ele, o termo em análise sofre alterações conceituais em virtude das mudanças que ocorrem no mundo pós-moderno. A partir dessa avaliação, o sociólogo examinou três definições de identidade, quais sejam: a identidade do sujeito do Iluminismo; a identidade do sujeito sociológico; e a identidade do sujeito pós-moderno.

A identidade do sujeito do Iluminismo baseia-se

[...] numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado da capacidade de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade da pessoa. (HALL, 2005, p. 10-11).

A imutabilidade e a perpetuação são as características essenciais dessa identidade, sendo o sujeito do Iluminismo o centro de si mesmo, existindo de modo racional, em plena consciência de seus atos e autossuficiente. A capacidade cognitiva de se autoidentificar como sujeito de si, lhe confere uma identidade característica da época do Iluminismo, onde o poder concentrava-se na ciência, considerada como sinônimo de racionalidade. Desta forma, autoidentificar-se significava ser dono de si, ou seja, ser sensato e equilibrado consigo.

É importante destacar também que a racionalidade estava concentrada no sujeito masculino, enquanto que a sensibilidade era a característica eminentemente feminina. Ser sensível era fugir da racionalidade e acampar no mundo das emoções, do desequilíbrio e isso não poderia pertencer aos sujeitos do Iluminismo, que detinham a Razão como a Verdade Absoluta. O cientificismo iluminista não deveria ser desarrazoado, tomado por emoções.

A segunda definição de identidade que Stuart Hall apontou foi a do sujeito sociológico, que

[...] refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo entre os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2005, p. 11).

Nesse diapasão, o sujeito do Iluminismo que outrora não permitia sofrer interferências externas em sua identidade, agora já possui uma abertura ao social, à cultura e aos valores advindos do inter-relacionamento com outros sujeitos. Atuar socialmente é interferir na identidade dos outros e ser infiltrado pelas identidades alheias. Isso não quer dizer que o seu núcleo, o seu ‘Eu verdadeiro’ tenha perdido a essência de si, pois o sujeito permanece equilibrado, mas em contato com outras identidades, trocando ideias e valores culturais.

Há ainda, para Stuart Hall (1987 *apud* HALL, 2005), o sujeito denominado pós-moderno, considerado como não possuidor de uma identidade fixa, original ou perpétua. A identidade torna-se considerada como uma ‘celebração móvel’: formada e modificada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam.

Dentro dessa ótica, o sujeito pós-moderno perde a essência da sua identidade, que outrora possuía como sujeito do Iluminismo e como sujeito sociológico, tornando-se totalmente mutável, moldável, de acordo com as relações que estabelece socioculturalmente. Neste novo olhar sobre o sujeito ora citado, o âmago desaparece, dando lugar à mutação, à metamorfose identitária.

Agora que se pautaram diversos conceitos acerca da palavra identidade, adentrar-se-á no sentido do termo ‘identidade de gênero’, tentando compreender o seu significado. Uma definição de Carlos Abib Cury (2012, p. 33) sobre o tema esclarece que “é a manifestação espontânea, seja no sentimento, ou na expressão de pertencer ao sexo feminino ou masculino, independente dos seus cromossomos”.

Isto é, a pessoa ao declarar a sua identidade de gênero, geralmente, deseja ser reconhecida socialmente como alguém pertencente a um dos gêneros impostos como o padrão correto, qual seja, masculino ou feminino. Ao se autodefinir dentro do sistema binário homem-mulher, o sujeito de maneira consciente ou inconsciente almeja não ser recriminado, querendo apenas que o fato de possuir um pênis ou uma vagina não seja o motivo primordial de aceitação ou não no meio social.

Associada à concepção binária da sexualidade, a identidade de gênero é entendida como o senso que o indivíduo tem de sua masculinidade ou feminilidade, desencadeando-se a partir da base anatômica do sexo (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997). É a percepção que o sujeito possui de si mesmo como homem, mulher, de gênero diferente desses ou de nenhum gênero, através de uma experiência pessoal, própria com o seu Eu e com o seu próprio corpo. É se reconhecer e se autoafirmar, tendo a consciência do pertencimento ou não ao binômio feminino-masculino.

O psicólogo Marcelo Toniette (2004) se pronuncia a respeito do tema, dispondo em relevo que

[...] utilizamos o termo **identidade de gênero** para se referir à construção das masculinidades e das feminilidades. Essa ideia se apoia no fato de que temos machos e fêmeas na espécie humana, sendo que a qualidade de ser homem e de ser mulher é condição construída socialmente. A construção dos gêneros está ancorada no sistema particular de valores culturais, a partir de um conjunto de práticas, formas simbólicas, representações, normas e valores sociais, que moldam o corpo humano e suas práticas em noções de masculinidade e feminilidade. (TONIETTE, 2004, p. 01, grifo do autor).

Em tal constatação, encontramos o núcleo essencial da identidade de gênero, qual seja a construção da noção de gênero criada por meio dos valores e práticas socioculturais. Sustentado pelas ideias do que seja feminino e masculino, assim como pelos hábitos

estabelecidos e exercidos através de uma pluralidade de pessoas, o conceito em análise é esculpido socialmente.

Afetado por uma multiplicidade de elementos históricos, culturais e simbólicos, o sentimento individual de identidade é emoldurado no pensamento do ser humano, sendo refletido em suas condutas e em seu próprio corpo. As atitudes e a maneira de lidar com sua própria estrutura corporal, transformam e fabricam os estereótipos conhecidos. Se alguém foge à regra, não seguindo o padrão de gênero legitimado, certamente poderá sofrer com estigmas, estereótipos e a coação social que impõe a heterossexualidade como padrão normativo, constituindo o sistema heteronormativo.

Em razão de serem pré-programados dentro do sistema heteronormativo desde a gênese de suas vidas, esses sujeitos não devem ser condenados de maneira plena como os algozes dos considerados 'diferentes'. Porém, por tal fato não se justifica a perpetuação do preconceito direcionado aos 'diferentes', pois a grande maioria dos seres humanos nasceu com a capacidade de pensar e de ponderar os hábitos que o permeiam. Em face de terem nascido com a habilidade de raciocinar, deveriam verificar que as pessoas são diferentes realmente e, por isso, possuem o direito de vivenciar e de serem reconhecidas em suas identidades de gênero ou de não possuírem uma identidade específica, como almejam os agêneros, de maneira individual e única.

Mesmo configurado com um órgão genital masculino ou feminino, a maioria dos sujeitos possui em si uma essência que se fixa e persiste em seus atos, em suas performances, em seu jeito de ser e de pensar no mundo. Tudo isso está inserido no que denominamos identidade de gênero. Há ainda aquelas pessoas que não possuem esse núcleo fixo dentro de si e não perpetuam em seus corpos algumas marcas de gênero específicas. Essas pessoas são denominadas como agêneros, sendo nômades na questão da identidade de gênero.

Ainda acerca do que fora proposto discutir nesse tópico, a psicóloga Ana Maria Ramos Seixas (1998) explana que

Identidade de gênero se determina por volta dos 04 anos, mas somente se evidencia por completo com o surgimento dos caracteres sexuais secundários na adolescência. É a sensação do indivíduo pertencer ao gênero masculino ou feminino [...]. (SEIXAS, 1998, p. 247).

Como se vê, a psicóloga tenta encontrar o período de eclosão da identidade de gênero no ser humano, pontuando que já na infância a pessoa demonstra possuir o senso de si mesmo e de pertencimento a um gênero. Para ela, há indícios de que nessa fase pueril da vida humana, habitam elementos sexuais primários que se destacam timidamente na criança, vindo a desabrocharem completamente no período púbere do existir humano.

As ciências psíquicas e médicas procuram fórmulas perfeitas para encaixar os indivíduos, traçando idades ou períodos da vida que possam hospedar definitivamente a identidade sexual das criaturas humanas. Neste viés, Rafael Kalaf Cossi (2011) também prescreve que

A identidade de gênero se expressa no indivíduo a partir da convicção que este tem quanto ao pertencimento a este ou aquele sexo. Tal convicção não é inata, mas adquirida – e precocemente: por volta dos dois ou três anos, o sentido de ser homem ou mulher já está estabelecido. (COSSI, 2011, p. 78).

Limitando o sujeito desde cedo, as referidas ciências corroboram com o padrão binário, fazendo das experiências pessoais uma patologia quando elas não se adequam ao molde de gênero justaposto. O discurso biomédico é de que as pessoas são transtornadas mentais por não conseguirem delimitar a identidade de gênero no sistema ramificado em duas vertentes: homem e mulher; macho e fêmea; masculino e feminino.

Esse sistema heteronormativo postula que a genitália é quem define o que o sujeito é, de maneira que este deve harmonizar o seu corpo com a sua identidade sexual, com sua sexualidade e ainda com a orientação afetivo-sexual ditada como ideal. Caso ocorra uma desarmonia de um desses aspectos com os demais, haverá uma sanção moral a ser aplicada para sanar o erro, seja através dos saberes-poderes médico-jurídicos ou da própria sociedade, por meio das instituições e dos seus membros.

Considera-se aqui que não existe fórmula certa para definir a identidade de gênero dos sujeitos, posto que estas classificações se originam de níveis intelectuais e discursivos, ou seja, do plano teórico. No âmbito da prática, tudo se modifica em razão da construção social de cada ser. Portanto, vários aspectos interferem na produção da identidade e esta passa a assumir diferentes vieses.

Freud (1905) já sustentava, em sua fase de pesquisas acerca da sexualidade, que é indispensável se deixar claro que os conceitos de “masculino” e “feminino”, cujo conteúdo parece tão confuso à opinião corriqueira, figuram entre os mais problemáticos da ciência. Deste modo, não nos ateremos de maneira profunda na averiguação dos referidos conceitos em sua inteireza, uma vez que nem mesmo as renomadas ciências encontram um denominador comum acerca do assunto.

## 5. ORIENTAÇÃO OU ATRAÇÃO AFETIVO-SEXUAL

O homem, tradicionalmente, é diferenciado dos animais por sua razão, sendo, inclusive, classificado no mundo medieval como *animal rationale* (BENTO, 2006, p. 121). Somada a essa diferença, a afetividade é outra característica existente que o separa da animalidade. A afetividade está presente na vida dos seres humanos e é uma marca que os diferenciam, pois entre os animais irracionais não se vislumbra a irradiação de emoções positivas - de modo tão cristalino - como na inter-relação dos *homo sapiens*. Adjetivar uma pessoa como afetuosa é traduzir atitudes como a bondade, a benevolência, a inclinação, a devoção, a proteção, o apego, a gratidão, a ternura, etc.<sup>8</sup>

O despertar da afetividade de um ser para com o outro aflora bem cedo, ainda na infância. São notórios os gestos de carinho de uma criança para com os seus familiares,

<sup>8</sup> CORRÊA, Carlos Pinto. **O Afeto no Tempo**. Disponível em: <http://www.cbp.org.br>. Acesso em 29.06.2021.

assim como para colegas de escola, expressando delicadeza no olhar. Contudo, o despertar da afeição ao outro em forma de desejo sexual, ou seja, de modo que queira possuir o outro para realizar a cópula, normalmente só vem a acontecer no período da puberdade. É nesse período que os hormônios emergem de maneira descompassada, causando uma série de alterações físicas e psicológicas no indivíduo.

Destarte,

a orientação afetivo-sexual se constrói até por volta dos 05 anos, mas da qual o indivíduo tem consciência apenas na adolescência, a partir das modificações hormonais e consequente aumento do desejo sexual. É a sensação que o indivíduo tem de ser capaz de se relacionar amorosa ou sexualmente com alguém. O adolescente começa a perceber que suas emoções sexuais e sentimentos amorosos dirigem-se para alguém do sexo oposto, do mesmo sexo ou para pessoas de ambos os sexos. Essa consciência o revela, respectivamente, como heterossexual, homossexual ou bissexual, o que pode ser confirmado ou não mais tarde. (COSSI, 2011, p. 78).

O despertar dessa atração afetivo-sexual geralmente é tardia, intercorrendo entre a infância e a fase adulta, na estação mais turbulenta do ser humano, pois é nela que um torvelinho de hormônios altera o seu estado normal e proporciona a sensação de desejo de um ser pelo outro. É nesse estágio que a maioria das pessoas saem do mero campo afetivo e se estendem ao campo afetivo-sexual, direcionando a atração para outro ser de um modo mais profundo, envolvendo sexualmente os corpos.

O desejo sexual e afetivo pelo outro se apresenta como orientação sexual. Este desejo pode ser por pessoas do mesmo sexo, por pessoas de sexos opostos ou pelos dois (DINIZ, 2014). No caso, quando se menciona que são do mesmo sexo, imagina-se que esteja se referindo ao sexo biológico, ou seja, que são indivíduos que possuem os órgãos genitais semelhantes e se sentem atraídos sexualmente entre si. Este imaginário é dentro do sistema dicotômico que vigora, mas é bom frisar que existe uma diversidade de pessoas não adequadas nesse pensar.

Um ponto a se destacar é que nenhum sujeito elege a sua orientação sexual deliberadamente, como um livre arbítrio. Se assim fosse, provavelmente todas as pessoas que não se encaixam ou não se encaixaram na normativa heterossexual teriam optado pelo caminho menos doloroso e sem preconceitos, algumas evitando até serem violentadas e mortas por serem homossexuais, por exemplo.

Traçando uma pesquisa sobre a homossexualidade, Sigmund Freud (1905) registrou que

há homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher, representa o objeto sexual. Diz-se dessas pessoas que são 'de sexo contrário', ou melhor, 'invertidas', e chama-se o fato de inversão. O número de tais pessoas é bastante considerável, embora haja dificuldade em apurá-lo com precisão. (FREUD, 1905, p. 129).

O perfil da orientação homoafetiva delineado por Freud notoriamente ocorreu dentro do binarismo homem-mulher, não contemplando assim a diversidade de pessoas fora do padrão concebido como o correto.

Também refletindo sobre a atração afetivo-sexual, o filósofo Arthur Schopenhauer (2000, p. 10) frisou que buscamos vivenciar o amor apenas para perpetuar a espécie, porém, seguindo um impulso biológico de maneira inconsciente, o qual ele denominou como “vontade de vida”. Para ele, “o que se vislumbra por trás de cada disputa amorosa, de cada esforço por união com o sexo oposto, é a Vontade de vida, cuja principal manifestação é exatamente a sexualidade”.

Antes mesmo de Freud, ele aludiu o fato dos humanos serem impulsionados biologicamente para a reprodução da espécie, de maneira instintiva. Neste viés, afirmou:

Pensa-se mesmo que o homem quase não tem instinto, quando muito apenas o do recém-nascido, que o faz procurar e agarrar o seio materno. Mas temos de fato um instinto bem determinado, nítido, complicado, a saber, o da escolha tão sutil, séria e obstinada do outro indivíduo para a satisfação sexual. Essa satisfação nela mesma, ou seja, na medida em que é um gozo sensual baseado numa necessidade imperiosa do indivíduo, nada tem a ver com a beleza ou a feiura do outro indivíduo. (SCHOPENHAUER, 2000, p. 16).

No pensar de Schopenhauer (2000), a natureza utiliza os indivíduos como um meio e não como um fim, desejosa apenas de propagar a espécie, de reproduzi-la ao infinito, sem se preocupar com os anseios e emoções deles. Contudo, tal filosofia – originária de um momento histórico do século XIX, no qual a Biologia delimitava como finalidade precípua da sexualidade humana a procriação – não se coaduna com o que ocorre atualmente na prática, pois como poderia ele explicar as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo biológico? Se não há a reprodução da espécie entre dois sujeitos de igual sexo, por que a natureza teria implantado o instinto sexual em ambos?

Vale colocar em relevo que após a propagação da filosofia de Schopenhauer, Freud, já no século XX, lança seus questionamentos sobre ela, tentando visualizá-la por uma nova abordagem teórica. Destarte, observar os indivíduos somente pelo viés da concepção reprodutora e binária da sexualidade não é o melhor caminho à compreensão da orientação afetivo-sexual. Caso se prepondere tal pensar, muitas pessoas permanecem fora desse cômputo, sendo colocadas e sentindo-se à margem do que é considerado natural ou ‘normal’.

Não se pode perder de vista aqueles indivíduos que não se encaixam na heteronormatividade instituída, pois o respeito à diversidade é fundamental para a liberdade de expressão, escolha e afirmação da identidade de gênero das pessoas. A orientação afetivo-sexual se manifesta nas mais diferentes *personas*, de diversos modos, não seguindo o padrão homem-mulher que fora aplicado como o correto, desde a tenra infância.

Há cinco tipos de orientação afetivo-sexual que podem se manifestar nos sujeitos lembrando que este rol não é taxativo! , quais sejam: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade e plurissexualidade. Vejamos cada uma delas.

A heterossexualidade é a mais disseminada e aprovada socialmente, posto que se coaduna perfeitamente com o padrão binário homem-mulher, pênis-vagina, masculino-feminino, macho-fêmea, recorrente nos discursos científicos. Na visão heteronormativa,

aquela pessoa possuidora de um genuíno órgão genital masculino (pênis) que sentir desejo afetivo-sexual por outra pessoa de genuíno órgão genital feminino (vagina) será considerada heterossexual, portanto, uma pessoa 'normal'. A concepção de "genuíno" aparece em virtude de haver o preconceito em relação aos transexuais que realizaram cirurgias de redesignação de sexo vaginoplastia ou a faloplastia, não os aceitando como seres 'originais'.

Outro modelo de orientação sexual é o chamado homossexual. Este é rechaçado devido a não acomodação dentro do sistema binário supracitado. Uma vez que um sujeito sente desejo por outro e este possui sua genitália igual ao parceiro, é negada a autenticidade dessa relação e, com frequência, sofrerá discriminações. A homossexualidade foi considerada uma patologia pela Organização Mundial de Saúde, catalogada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1977, sendo retirada somente em 1990. No entanto, no século XIX, ao analisar a homossexualidade, Sigmund Freud asseverou com convicção que

[...] os homossexuais não devem ser tratados como doentes, pois uma tal orientação não é uma doença. Isto nos obrigaria a qualificar como doentes um grande número de pensadores que admiramos justamente em razão de sua saúde mental [...]. Os homossexuais não são pessoas doentes. (FREUD, 1903 *apud* MENAHEN, 2003, p. 14).

Acerca da bissexualidade, Freud também a classifica como uma possibilidade de o sujeito expressar a orientação sexual, afirmando que é quando o objeto sexual pode pertencer tanto ao próprio sexo como ao sexo oposto (SAMPAIO; COELHO, 2011). Igualmente contestada, aquela pessoa que declara a sua atração sexual direcionada a ambos os gêneros padronizados homem e mulher, não é encarada como alguém 'normal'.

O ser bissexual, ao se sentir atraído pelos dois gêneros-padrão, será julgado socialmente como um alguém indeciso, inseguro e, conseqüentemente, diversas vezes será pressionado a se resolver, a "sair de cima do muro". Portanto, não é admitido que o ser humano seja ambíguo, deixando rastros de indeterminação e dúvida.

Há ainda um quarto tipo de orientação sexual, intitulada de assexualidade. Muito menos aceita que as demais anteriormente apontadas, esta modalidade é listada como algo *sui generis*, isto é, como um caso peculiar de atração entre pessoas de gêneros opostos ou não. É uma nova modalidade cunhada por pessoas que não sentem atração sexual.

A assexualidade caracteriza-se como a orientação sexual do indivíduo despossuído de desejo sexual por qualquer gênero. Em razão do sujeito não optar por ter essa condição, não deverá ser confundido com o celibatário, pois este escolhe viver com a ausência de cópula em função de um bem maior, a sua religião.

Na *homepage* da AVEN (Asexual Visibility and Education Network)<sup>9</sup>, existe uma definição da pessoa assexual, que diz "*An asexual person is a person who does not experience sexual attraction*" (Uma pessoa assexuada é uma pessoa que não sente atração sexual).

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.asexuality.org/home/>> Acesso em: 29.06.2021.



Ou seja, a pessoa que se autodefine assexual está afirmando que há um desinteresse em si para realizar atos sexuais. Não é um conceito totalmente definido, pois há várias nuances que diferenciam um assexuado de um outro.

Mauro Brigueiro (2013) relata que tem encontrado depoimentos que

[...] enfatizam experiências de pessoas que nunca se sentiram interessadas por outra em um sentido sexual, ou que o experimentaram apenas em uma etapa da vida e depois não voltaram a senti-lo; outras expressam sentir habitualmente interesse de tipo romântico, sem qualquer conotação que se entenda como sexual, mas há quem não se interesse por relacionamentos românticos em absoluto; alguns tentaram experimentar contatos sexuais, outros o praticam regularmente, sem um desejo especial, e há também os que relatam jamais terem feito sexo. (BRIGUEIRO, 2013, p. 264).

Através de tais declarações, nota-se que o que prepondera é a ausência de desejo sexual nas pessoas assexuadas. É uma nova maneira de conceber a orientação afetivo-sexual dos sujeitos, porém, ainda não é aceita socialmente de forma plena, posto que predomina a ideia de que os seres humanos são biologicamente preparados para realizarem atos sexuais. Nesta ótica, o sujeito que não desenvolve atração afetivo-sexual por outra pessoa, normalmente não será considerado como alguém sadio ou em pleno gozo de sua sanidade mental.

Por se tratar de algo visualizado de modo incomum, não é muito citada esta modalidade nas discussões sobre orientação afetivo-sexual, restringindo-se os debates apenas às três primeiras mencionadas. Em relação a essas três modalidades, o enunciado de Paulo Roberto Ceccarelli (2008, p. 86) conclui que

as singularidades das manifestações da sexualidade em suas vertentes homo, hétero ou bi – é construída desde os primeiros dias de vida e traz, em sua essência, as marcas do imaginário sexual da sociedade na qual a criança encontra-se inserida. (CECCARELLI, 2008, p. 86).

Há de se destacar, porém, que já se considera também a pansexualidade também denominada “polissexualidade”, “plurissexualidade” ou “multissexualidade” isto é, a orientação afetivo-sexual do sujeito que se atrai sexualmente por outro de qualquer gênero ou de nenhum gênero, estejam ambos inseridos ou não no padrão binário homem-mulher.

O conceito de pansexualidade nasceu no início do século XX, por volta de 1920, com as críticas à, então assim denominada em seu escopo, “teoria pansexualista de Freud”, significando “pansexualismo” uma teoria que reduziria toda explicação de motivações humanas aos instintos sexuais. Posteriormente, em meados do mesmo século, houve um apagamento discursivo da noção, visto que Alfred Kinsey publicou sua tabela para se medir a sexualidade humana, criando, então, o conceito de bissexualidade, que encerrava toda necessidade de conhecimento acerca do tema. Depois, em 1960, com a chamada Revolução Sexual, o advento hippie e Woodstock, voltou-se a falar em uma forma de “amor livre”, o qual dispensaria rótulos. Algumas celebridades da época, como o cantor Serguei, se declaravam pansexuais exatamente por se encaixarem nesse grupo. Dessa forma, resignificava-se o termo. Finalmente, nos dias de hoje, encontram-se, cada vez mais, jovens dispensando rótulos ou evocando noções de

pansexualidade para se definir sexualmente. Com esses enunciados pós-modernos, pôde-se apreender que a pansexualidade se caracteriza discursivamente por um rompimento com o binário masculino/feminino da bissexualidade, partindo do tradicional branco-e-preto até um espectro de cores infindável, tendendo ao infinito, no que se trata de gêneros. (MEDEIROS, 2014, p. 03).

Sob a análise histórica do conceito ‘pansexualidade’, verifica-se que é recente o termo, com pouco menos de um século de existência, assim como pouco discutido em pesquisas e eventos acadêmicos. O que demonstra que cientificamente ainda não despertaram para o debate e para a desconstrução do prejulamento do termo.

No mundo virtual mais especificamente no site do *YouTube* existe um Canal chamado “Canal das *Bee*”, bastante conhecido e visualizado por milhares de pessoas, no qual se exploram assuntos diversos, relacionados ao universo LGBTQIAP+. Nele, encontra-se um vídeo específico que trata da pansexualidade<sup>10</sup>, explorando o assunto e desmistificando a palavra. Lá, explica-se que o pansexual sente desejo por pessoas independentemente de gênero. O que importa é atrair-se por um ser humano, vislumbrando a sua essência e não a sua identidade de gênero.

Obviamente, o indivíduo não será bem quisto socialmente por se autodefinir como pansexual, ou seja, por fugir ao sistema heretonormativo arbitrário. Assim como aqueles que se autodenominam assexuais, bissexuais ou homossexuais, os polissexuais igualmente não serão classificados como pessoas ‘normais’.

Aclaradas as diferenças, finalizamos com o argumento de Paulo Roberto Ceccarelli (2008) acerca do tema proposto, ponderando que

[...] conhecer a ‘orientação sexual’ de alguém em nada nos informa sobre sua saúde, maturidade ou imaturidade psíquica, e, muito menos, sobre seus conflitos internos. A maneira como cada um vive sua sexualidade é, sem dúvida, parte importante de sua identidade subjetiva, ou, se preferirmos, de sua personalidade, mas não a define. O que somos, o que cada um é, vai muito além de sua prática sexual. (CECCARELLI, 2008, p. 82).

Por consequência, faz-se necessário respeitar a sexualidade do outro, ampliando o olhar sobre a diversidade, evitando subjugar os indivíduos e os fatores que estão envolvidos em suas existências. A personalidade de cada ser é repleta de elementos multiformes, portanto, não dá para observá-la a partir de um único prisma.

## CONCLUSÃO

A partir do debate apresentado, apreende-se que a individualidade de cada ser não poder ser traçada, única e exclusivamente, em função de apenas um fator ou apenas em função dos desejos sexuais dos sujeitos. A personalidade de cada indivíduo se sustenta em

<sup>10</sup> CANAL DAS BEE. Pansexualidade: Pergunte Às Bee 48. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nHIL3tqM0rM>> Acesso em: 29.06.2021.

diversos aspectos vivenciados, em diferentes circunstâncias e não só pela sua atração afeti-vo-sexual. Resumir a identidade de uma pessoa, alicerçando-a somente nas suas práticas que envolvem o sexo, é abreviar o leque de características que o circunda e o constitui.

A força motriz que impulsiona o indivíduo na sua sexualidade não é regida apenas pela orientação sexual ou somente pelo sexo biológico. Estas são apenas algumas das rédeas envolvidas, porém, além delas, observam-se as diferenças de identidades de gênero, dos papéis sexuais vivenciados pelos sujeitos, entre outras. A interferência de todos esses fatores citados modifica o processo de construção dos indivíduos e faz com que cada ser humano seja único no mundo.

## REFERÊNCIAS

- ASEXUAL VISIBILITY AND EDUCATION NETWORK (AVEN). Disponível em: <http://www.asexuality.org/home/>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRIGUEIRO, Mauro Martins Costa. **A emergência da assexualidade**: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 14, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Vivência transexual**: O corpo desvela seu drama. Col. Sexualidade & Vida. São Paulo: Átomo, 2003.
- CANAL DAS BEE. **Pansexualidade**: Pergunte às Bee 48. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nHIL3tqM0rM>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da homossexualidade**. 2008. Disponível em: [www.periodicos.ufrn.br](http://www.periodicos.ufrn.br). Acesso em: 29 jun. 2021.
- CORRÊA, Carlos Pinto. **O Afeto no Tempo**. Disponível em: <http://www.cbp.org.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- COSSI, Rafael Kalaf. **Corpo em obra**: contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo. São Paulo: nVersos, 2011.
- COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.
- CURY, Carlos Abib. **Transexualidade**: da mitologia à cirurgia. São Paulo: Iglu, 2012.
- DINIZ, Maíra Coraci. **Direito à não discriminação**: travestilidade e transexualidade. 1. ed. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014. (Coleção para entender direito).
- FREUD, Sigmund. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA. **How do I know if I have an intersex condition?** Disponível em: <http://www.isna.org/faq/conditions/know>. Acesso em: 29 jun. 2021.

KAPLAN, Harold.I.; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack. A. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Tradução de Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEDEIROS, Raphael Carlos Cesar. **A resignificação do discurso pansexual: o jogo do também**. 2014. Universidade Estadual de Maringá, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MENACHEM, Ruth. **Désorientations sexuelles: Freud et l'homosexualité**. Revue Française de Psychanalyse. v. 67, n. 1, jan. 2003.

MICHAELIS, Dicionário. Editora Melhoramentos. 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MONEY, John; TUCKER, Patrícia. **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOUAMMAR, Christiane Carrijo Eckhardt. A importância da definição freudiana do conceito de pulsão sexual para a compreensão do conceito de sexualidade humana. **Revista AdVerbum**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://www.psicanalisefilosofia.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS); ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Promoción de la salud sexual:** Recomendaciones para la acción. Antigua Guatemala, Guatemala: 2000. Disponível em: <http://www1.paho.org>. Acesso em 29 jun. 2021.

SAMPAIO, Lílana Lopes Pedral; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **Corpo e Identidade das pessoas transexuais.** 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Metafísica do amor, metafísica da morte.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SEIXAS, Ana Maria Ramos. **Sexualidade feminina:** história, cultura, família, personalidade & psicodrama. São Paulo: SENAC, 1998.

TONIETTE, Marcelo A. Sexualidade...ou sexualidades? **Boletim Informativo CEPCoS – Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade**, São Paulo, ano X, n.3, p.1, mar. 2004.

VERDE, Jole Baldaro; GRAZIOTTIN, Alessandra. **Transexualismo:** o enigma da identidade. São Paulo: Paulus, 1997.

# “Fiquei com abuso dele”: conversas com mulheres em situação de violência em Apodi/RN

I WAS ABUSED BY HIM: CONVERSATIONS IN WOMEN SITUATIONS OF VIOLENCE IN APODI/RN

Priscila Vieira Ferreira<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-2894-9819>

Lore Fortes<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0001-5784-4333>

## RESUMO

A partir da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Apodi/RN, este artigo traz conversas com mulheres na forma de Discurso do Sujeito Coletivo, técnica de análise de dados que busca compreender como as representações individuais refletem as representações coletivas, reunidas de modo a expressar o que pensa a coletividade. Reproduzidas nas falas dos atores sociais pela sua agregação e categorização a ferramenta possibilita o entendimento da realidade investigada, compreendendo as práticas sociais como um jogo social, no qual as representações coletivas revelam as maneiras de agir e de pensar de cada pessoa. Assim, foi possível concluir que os discursos dominantes de gênero atuam nas relações de poder e compõem os elementos que legitimam e naturalizam a violência de gênero.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Discursos; Representações Sociais; Discurso do Sujeito Coletivo.

## ABSTRACT

This article is part of the work of the dissertation research developed with women in situations of gender violence, in the city of Apodi/RN in 2016 and 2017. Based on semi-structured interviews, this article brings conversations with women in the form

<sup>1</sup> É Escrivã de Polícia Civil do Rio Grande do Norte (PCRN), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente”. Tem especialização em Ciências Criminais (PCU/Minas) e graduação em Ciências Sociais (UFRN).

<sup>2</sup> É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCSUFRN), coordenadora do grupo de pesquisa do CNPq Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Tem Pós-Doutorado pelo CSIS Espanha. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB).

Discourse of Collective Subject, a data analysis technique that seeks to understand how individual representations reflect collective representations, gathered in order to express what the collectivity thinks. Reproduced in the speeches of social actors by their aggregations and categorization, the tool enables the understanding of the investigated reality, understanding social practices as a social game where collective representations reveal each person's ways of acting and thinking. Thus, it was possible to conclude that the dominant gender discourses act in power relations and compose the elements that legitimize and naturalize gender violence.

**Keywords:** Gender Violence; Discourses; Social Representations; Collective Subject's Discourse.

## INTRODUÇÃO

Bastante recorrente na sociedade brasileira a questão da violência de gênero está enraizada nos processos sociais, históricos e culturais que estruturam as relações pessoais e sociais entre homens e mulheres, resultando em atos de violência que colocam o Brasil na 5ª posição do *ranking* mundial, em número de crimes cometidos contra as mulheres quando comparado com outros oitenta e três países (FRAGOSA, 2018).

O relatório de 2018 apresentado no Atlas da Violência pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que 16 milhões de mulheres no Brasil com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência, e quando se refere ao autor da violência, o relatório aponta que 76,4% das mulheres indicaram que conheciam seu agressor e que o ato violento teria ocorrido dentro de casa, foram 42%. Quando perguntadas se procuraram uma delegacia para prestar queixa, apenas 10% das mulheres entrevistadas responderam que sim.

Em relação aos dados da violência de gênero no estado do Rio Grande do Norte (RN), também encontramos números preocupantes. O anuário de 2018, apresentado pelo FBSP revelou que 149 mulheres foram mortas em 2017, sendo 23 casos registrados como feminicídio, crime definido como assassinato de mulheres em razão do gênero. Esses dados colocaram o RN entre os quatro estados mais violentos do país no ano de 2017, segundo a pesquisa.

O presente artigo se propõe a apresentar os resultados de uma pesquisa de campo realizada com dez mulheres em situação de violência na cidade de Apodi, localizada na região oeste do estado do Rio Grande do Norte.

Metodologicamente a pesquisa foi dividida em duas fases: a fase exploratória e a fase de campo. A fase exploratória incluiu leitura de artigos publicados em revistas, além de teses, dissertações e livros, buscando compreender e relacionar os conceitos e teorias sobre o tema em foco; a pesquisa documental foi realizada a partir da escolha de inquéritos policiais e processos judiciais, registrados entre os anos de 2016 e 2017, na Vara Criminal de Apodi/RN, que tratavam de crimes oriundos de violência de gênero,



cometido contra mulheres no âmbito doméstico e familiar e a caracterização do campo, a partir da preparação da documentação para realizar a pesquisa, junto com a elaboração de um roteiro de entrevista.

Na fase de campo, foram tratadas as entrevistas semiestruturadas com mulheres e situação de violência de gênero, bem como a ordenação, classificação e análise dos dados, utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A escolha do DSC se deu por se tratar de uma técnica que busca a identificação das representações sociais dos agentes em suas práticas sociais individuais orientadas pelo *habitus*, enquanto esquema cognitivo (BARBOSA, 2014; BOURDIEU, 2018), e por se tratar de uma ferramenta que utiliza o método qualitativo de análise do discurso que está revestido de signos e se torna visível pelas palavras (FOUCAULT, 2014), representando, assim, a dimensão simbólica, com ênfase na percepção dos entrevistados sobre o tema.

Por meio do DSC, buscou-se compreender como as representações individuais refletem as representações coletivas, reunidas de modo a expressar o que pensa aquele pequeno grupo de mulheres em relação a um determinado tema, separado em categorias de análise. Como técnica de análise, identifica as opiniões expressas e captura as múltiplas dimensões que lhe são constitutivas, reproduzidas nas falas dos atores sociais pela sua agregação e categorização (BEZERRA; FORTES, 2018).

Assim, o DSC permite obter dados quantitativos da fala de um sujeito, buscando a aproximação e o entendimento da realidade investigada, compreendendo as práticas sociais como um jogo social, no qual as representações coletivas revelam as maneiras de agir e de pensar de cada pessoa que, por sua vez, é influenciada pela realidade exterior (BEZERRA; FORTES, 2018).

Baseado nisso, Silva (2018) afirma que o DSC é um instrumento de resgate das representações sociais, como uma reconstrução do pensamento social enquanto depoimento coletivo, levando a uma dimensão objetiva e subjetiva na composição da realidade social humana. Dessa forma, favorece novas possibilidades de diálogos, entre “o todo e as partes, entre a síntese e a análise, entre o paradigma e o sintagma, entre o qualitativo e o quantitativo” (SILVA, 2018, p. 72).

Explicam Lefevre e Lefevre (2006) que, enquanto técnica de pesquisa empírica, o DSC tem como objeto o pensamento das coletividades e permite iluminar o campo social da pesquisa, através do resgate das diferenças e semelhanças entre as visões dos sujeitos coletivos.

Como sistemática, o DSC compreende os seguintes níveis: 1) produção individual das representações sociais (entrevistas); 2) produção coletiva das representações sociais e 3) a interpretação das representações sociais, através da análise e discussão das evidências que constituem os discursos dos sujeitos.

Outro argumento que contribuiu para a escolha do DSC como técnica de análise e coleta de dados é que esta ferramenta permite a preservação total e o sigilo acerca da identidade dos entrevistados, utilizando a dimensão quantiqualitativa para coleta, organização e análise dos dados. Na medida em que reúne trechos das falas dos entrevistados,

intituladas expressões-chave, de modo a apresentar na primeira pessoa do singular, como se fosse uma pessoa representando aquele grupo de pessoas, não se pode identificar os entrevistados individualmente.

Os sujeitos vão aparecer com trechos de suas falas individuais no discurso coletivo, aqui chamado de Discurso do Sujeito Coletivo. Assim, as representações sociais reveladas por suas falas se manifestam coletivamente através do DSC, como resgate da linguagem e do pensamento das ações do mundo cotidiano (BEZERRA; FORTES, 2018), constitui uma qualidade e uma quantidade coletiva.

Em suma, a proposta da utilização da técnica analítica do DSC visa unir os métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa social atribuindo à experiência humana valores mensuráveis através do raciocínio dedutivo e pretende conhecer os argumentos, os significados das experiências, os símbolos justapostos nos valores e padrões dos atores envolvidos.

A partir da técnica do DSC, foi utilizado o Programa DSCSoft *software* para o tratamento dos dados. Trata-se de um programa elaborado pela Sales e Paschoal Informática, desenvolvido através da parceria com a Universidade de São Paulo (USP), e a Faculdade de Saúde Pública, que teve como pesquisadores responsáveis e criadores da técnica os professores Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre (2010).

Uma vez estabelecidas as categorias de análise, a técnica do DSC propõe a identificação das opiniões expressas individualmente pelas representações sociais dos sujeitos sociais e suas práticas na sociedade, permitindo visualizar as representações sociais individuais, reunidas de maneira a expressar o que pensa uma coletividade, e assim, capturar as múltiplas dimensões que lhe são constitutivas, articulando o método qualitativo de análise do discurso que permite obter dados quantitativos da fala de um sujeito.

Por meio de entrevistas, são selecionadas as expressões-chave, que são os segmentos de cada depoimento que melhor descrevem o conteúdo. Em seguida, são identificadas as Ideias Centrais, juntamente com as Ancoragens, que agrupadas irão expressar uma soma qualitativa dos discursos individuais (LEFEVRE; LEFEVRE, 2010). O objetivo da operação é obter informações qualitativas sobre as representações sociais da coletividade, efetuando-se a análise das sínteses.

Com o propósito de viabilizar a coleta de dados, foi desenvolvido um questionário dividido em duas partes elaborado de modo a apresentar para cada questão seu respectivo objetivo. A primeira parte do questionário contém em suas questões as informações para a identificação do perfil das mulheres entrevistadas.

A partir destas reflexões iniciais, foi possível perceber que seria necessário conhecer as características do fato criminoso ocorrido, bem como conhecer o contexto geral sobre os relacionamentos em que estavam envolvidas, trazendo ao escopo do trabalho categorias sociais, econômicas, familiares e principalmente as relações de gênero.

Após a elaboração do questionário, o próximo passo foi a coleta de dados junto aos Inquéritos Policiais (IPs) que apuravam crimes cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, instaurados na Delegacia Municipal de Apodi/RN. Em seguida, foi realizado um levantamento dos processos judiciais que tramitavam na Vara

Criminal de Apodi/RN entre os anos de 2016 e 2017 e que já haviam sido julgados, relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e com as respectivas mulheres em situação de violência.

**Tabela 1:** Ocorrências na Delegacia Municipal de Apodi/RN – 2016/2017

Delegacia Municipal de Apodi			
Ano/Ocorrências	Boletins de Ocorrências	Inquéritos Policiais	Processos
2016	27	20	22
2017	47	18	20
Total	74	38	42

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora, Priscila Vieira Ferreira, a partir do levantamento das ocorrências registradas na Delegacia de Apodi/RN (2018/2019).

Estes dados compõem o conjunto de informações coletadas entre os meses de outubro de 2018 a março de 2019, quando foram realizadas vinte entrevistas em Apodi/RN. Sendo inicialmente entrevistados os homens autores de violência de gênero e as mulheres e ex-mulheres destes homens, que são as interlocutoras desta pesquisa.

Os dados mostravam a diminuição no número de boletins de ocorrências registrados naquela unidade policial, mas não significa dizer, no entanto, que houve uma diminuição no número de casos ocorridos, uma vez que muitas mulheres deixam de prestar queixa.

Estabelecidas e apresentadas as ferramentas da pesquisa, seguimos para conhecer as interlocutoras completando os elementos etnográficos, de modo que se propõem realizar um diálogo entre as estruturas conceituais, os discursos, as observações e descrições coletadas em campo para a elaboração de uma análise capaz de interpretar as informações obtidas, buscando atribuir significações às representações e práticas das sujeitas envolvidas.

## PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Este tópico é dedicado à realização da caracterização das entrevistadas, no qual apresentamos o perfil das mulheres que estiveram envolvidas em situações de violência de gênero na cidade de Apodi/RN.

A utilização da entrevista como ferramenta de comunicação e de coleta de dados teve como objetivo reunir informações favoráveis ao objeto da pesquisa. Do tipo semiestruturada, combinou perguntas fechadas e abertas, através das quais as entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender necessariamente às

perguntas formuladas, a fim de se alcançar as opiniões, crenças, sentimentos, condutas, de determinados comportamentos e atitudes, estabelecendo uma interação social entre a entrevistada e a entrevistadora.

As entrevistas tiveram início com a coleta de dados referentes aos aspectos gerais de cada mulher entrevistada, como nome, idade, escolaridade, profissão. Em seguida, foram feitas perguntas abertas que buscavam conhecer a estruturação da subjetividade das sujeitas em busca de uma objetividade científica do objeto da pesquisa.

A elaboração do perfil das mulheres entrevistadas auxiliou como forma de observarmos a construção dos papéis de gênero que resultam na promoção de situações de conflitos e de atos de violência doméstica e familiar contra às mulheres.

Observou-se a partir dos dados colhidos que a prisão, no entanto, ainda é entendida como a maneira mais eficiente de punição, de forma que todos os homens que praticaram o crime de lesão corporal foram condenados e apenas nos casos de ameaça, os agressores receberam como punição a pena alternativa, na forma do cumprimento de serviço comunitário.

**Tabela 2:** Crimes por tipo de pena –  
Delegacia Municipal de Apodi/RN – 2016/2017

Crimes	
Lesão (leve)	7
Ameaça	3

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora, Priscila Vieira Ferreira, a partir do levantamento das ocorrências registradas na Delegacia de Apodi/RN (2018/2019).

Quanto às entrevistas, ocorreram nas casas das entrevistadas. Alguns dados chamaram a atenção no desenvolvimento do perfil das interlocutoras, entre eles a grande diferença do tempo de relacionamento nos casos analisados. Por exemplo, havia casais que estavam juntos há apenas quatro meses e outro com 27 anos de convivência.

Em todos os casos, no entanto, foram as mulheres que decidiram terminar o relacionamento. Isso demonstra que geralmente têm sido as mulheres quem decidem o momento de mudar suas vidas e sair do ciclo de violência. Além disso, outro dado relevante sobre os relacionamentos dos envolvidos é que em 50% dos casos, o casal já estava separado e nos outros 50% ainda estavam vivendo juntos.

Chama-nos a atenção ainda que entre os casos selecionados para esta pesquisa, 6 ocorreram em via pública, e os outros 4 dentro de casa, o que possibilita pensar que, para além do espaço físico onde a violência é cometida, as dimensões da vida social, público e privada, estão recheadas de conflitos e tensões, reproduzindo as relações sociais hegemônicas que refletem o processo histórico de subordinação da mulher. Mesmo quando

a mulher consegue escapar do ambiente doméstico ao qual ela está literalmente presa e desprotegida, o homem extrapola o espaço das quatro paredes com o objetivo de afirmar sua dominação sobre a mulher, e não apenas sobre ela, mas também contra quem se aproximar dele.

Porém, devemos considerar que, muitas vezes, vizinhos e familiares se recusam em ajudar a mulher, sob a máxima popular de que “em briga de marido e mulher, ninguém se mete”. No entanto, essa “briga” deixou de ser assunto privado, “coisa de casal”, e passou a ser responsabilidade do Estado que deve agir em casos de violência de gênero, seja dentro ou fora de casa.

Os atos de violência de gênero que geralmente permaneciam ocultos, escondidos no âmbito das relações familiares têm comumente se caracterizado por um padrão repetitivo, de controle e dominação, estabelecido através da reprodução de papéis sociais em que homens e mulheres desempenham na sociedade e cujos valores estão ligados ao gênero. Por sua vez, estes papéis sociais estabelecem os comportamentos e práticas sociais que perpetuam as práticas abusivas no ambiente familiar, reunindo assim, as condições para o exercício da dominação masculina, o *habitus* da violência (BOURDIEU, 2018), que toma as ruas, os becos, as praças, praias e supermercados. Não há lugar seguro para as mulheres.

Nesse contexto, a violência de gênero é compreendida como uma manifestação radical da relação entre os sexos, em que o homem, por deter o poder do mando, faz valer sua autoridade para exigir, impor, ameaçar, punir, vigiar, e em muitas ocasiões, como as relatadas através das entrevistas, agredirem suas companheiras, ultrapassando o espaço físico do lar, o ambiente doméstico, chegando às vias públicas onde já não é mais possível esconder o fato criminoso.

Quanto à escolaridade das entrevistadas, cinco delas, com orgulho relataram que “terminaram os estudos”, o que significa para elas que completaram o Ensino Médio.

Os dados referentes à profissão e à escolaridade permitiram inferir sobre a importância da educação e do trabalho, especialmente na zona rural, onde estão concentradas parte das interlocutoras. Percebeu-se entre as entrevistadas que todas faziam parte da classe social e econômica mais pobre, sendo dependentes de programas do Governo Federal, como o Bolsa Família, entre outros programas assistenciais disponibilizados pela Prefeitura de Apodi/RN, que representa um grupo de mulheres vivendo em situação de pobreza.

A baixa qualificação inserida em um contexto de pouca demanda de empregos reflete a capacidade de rendimentos das famílias que passam a encontrar dificuldades na manutenção do lar. É importante notar que mesmo apresentando melhor nível de escolaridade as mulheres não estão vinculadas à atividade profissional. Observou-se que a maioria delas tem como principal ocupação as atividades “do lar”, e mesmo assim, durante as entrevistas foi possível perceber o desejo das mulheres de mudar suas vidas, cada uma na sua realidade individual, determinadas a não mais se submeter a qualquer situação de humilhação ou violência.

## “FIQUEI COM ABUSO DELE”

A seguir, partimos para análise das falas das sujeitas entrevistadas, quando foi possível conhecer as individualidades objetivas e subjetivas de cada uma e como estas falas estruturam o discurso na construção de gênero, presentes nas relações conjugais entre homens e mulheres em situações de violência de gênero.

Com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pretendeu-se capturar as dimensões que são constitutivas das estruturas mentais que formam a totalidade das falas das entrevistadas e que se manifestam através de suas práticas sociais e dão sentido a suas vidas.

A pesquisa de campo apresentou um grande desafio para o trabalho, de forma que o ambiente socialmente construído revelou diversas complexidades daquilo que o constitui, e justifica o lugar das metodologias qualitativas na produção científica e do fazer científico, que admite a possibilidade de que, partindo de elementos indicativos, seja plausível tornar cognoscíveis os processos sociais, isoladamente e/ou de modo complementar às metodologias quantitativas (BARBOSA, 2014).

Desta forma, a seguir, serão apresentados e comentados os resultados obtidos em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em um discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular composto por expressões-chave organizadas em categorias a partir dos depoimentos colhidos.

Passamos adiante a conhecer os resultados trazidos a partir das entrevistas com as mulheres, momento da pesquisa que revela, inicialmente, os benefícios individuais e coletivos alcançados com o advento da Lei Maria da Penha. A fim de conhecermos melhor o perfil dessas mulheres, coletamos informações que ajudam a descrever o contexto pessoal, social e familiar de cada uma.

Inicialmente, quanto ao nível de escolaridade nos chamou atenção que, mesmo possuindo um grau de escolaridade maior que os homens, a maioria das mulheres entrevistadas não trabalhava ou não tinha profissão, sendo a atividade doméstica a principal ocupação entre elas. A prevalência do trabalho doméstico tem tradicionalmente relacionado a divisão sexual do trabalho como compreensão funcionalista de que a vivência da mulher deve estar vinculada aos afazeres domésticos como forma de inferiorização da mulher.

No entanto, mesmo estando em situação de dependência financeira, elas decidiram romper com o ciclo de violência, buscando mudar suas vidas, como de fato ocorreu. A denúncia, contudo, não significou o fim do sofrimento, como pudemos perceber durante a pesquisa.

A experiência de campo através do contato com mulheres em situação de violência de gênero, seja por ocasião desta pesquisa, seja por ocasião do meu trabalho profissional, permitiu compreender que os papéis sociais marcados pelo gênero estão sendo constantemente reescritos, reconstruídos.

O entendimento que ressalta que os indivíduos nascem em culturas e que são entidades cujo comportamentos estão dados, como resultado de categorias biológicas, dá lugar à compreensão de que os indivíduos são sujeitos multiplamente compostos e não estão

engessados em posições sociais, mas podem agir no mundo social a partir dos discursos e das práticas sociais, como se pode ver a seguir.

Vamos apresentar as questões colocadas às entrevistadas e analisá-las a partir de categorias identificadas em cada uma delas, acompanhadas dos respectivos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) construídos através das falas das entrevistadas e apresentados aqui como se fosse uma sujeita representando aquele coletivo correspondente àquela categoria.

**Questão 1** - *Como ocorreu o fato que a levou a denunciar seu companheiro ou ex-companheiro?*

Com o objetivo de “Conhecer o contexto em que ocorreu o crime”, foram colhidos depoimentos que respondem à pergunta acima colocada. As categorias identificadas, seguidas dos resultados em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), são as seguintes:

**A - Bebida, agressões, medo e droga;**

**B - Bebida, agressões, ciúme;**

**C - Bebida, agressões, ciúme e dano material.**

## **Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A – Bebida, agressões, medo e droga**

Nossa relação sempre teve problema, eu não aguentava mais a situação, ele não ajudava em nada, nas atividades domésticas. Às vezes eu chegava em casa e ele não falava nada, de repente vinha e já começava a me agredir. [Ele] saía para beber e quando chegava metia o braço em mim. Eu morria de medo dele, não quis denunciar porque ele ameaçava, fiquei com muito medo porque ele usava drogas e eu não sabia o que ele poderia fazer, fiquei muito assustada, ele veio para cima de mim tentando me matar. As outras agressões foram em casa, mas dessa vez ele perdeu o controle e me bateu no meio da rua [e] fiquei com vários hematomas. Eu acho que ele estava drogado porque ele não escutava ninguém, estava furioso, mesmo assim não fiz a denúncia porque eu tinha medo dele. Foi um relacionamento cheio de brigas e discussões. **DSC, estruturado através dos depoimentos M5, M6, M8, M9.**

## **Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria B – Bebida, agressões, ciúme**

A gente se separou porque ele curtia um ciúme “deu”. Ele era muito ciumento, e nossas brigas eram sempre por causa dos ciúmes dele. Ele me pegou de surpresa, ele veio de repente por trás, me puxou pelos cabelos, arrancando com as mãos. E ele passou a me agredir, me jogou no chão. Ele bebia muito e estava bêbado quando veio me agredir e transtornado porque ele era muito ciumento. Eu me assustei quando vi aquilo acontecendo, minha família insistiu para eu prestar queixa [e] foi comigo para Delegacia. Para mim o defeito dele é o ciúme. **DSC, estruturado através dos depoimentos M2, M4, M10.**

## **Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria C – Bebida, agressões, ciúme e dano material**

A gente teve várias discussões e sempre era o mesmo motivo, a bebida dele, ele veio para cima de mim, me empurrou e me agrediu. Ele chegou a rasgar minhas roupas porque achava muito curta, e fica implicando quando eu corto o cabelo ou faço a sobancelha. Ele é muito ciumento e fica pior quando bebe. Não gostava quando eu falava com os vizinhos. Naquela noite começou a quebrar o que via pela frente. Ele me ameaçou várias vezes e a última vez ele quebrou tudo e disse que iria tocar fogo na casa. Aí eu não aguentei mais, fui para Delegacia prestar queixa. **DSC, estruturado através dos depoimentos M1, M3, M7.**

Lembrando que a primeira pergunta tratava do fato que as fizeram denunciar a violência sofrida, verificou-se que as três categorias geradas a partir das respostas para essa pergunta, apontam o uso de bebida alcoólica como o elemento comum presente na maioria dos casos escolhidos. Estão presentes nestas três categorias, situações comuns que se repetem nos espaços das microrrelações estabelecidas entre homens e mulheres e que acabam por naturalizar a dominação masculina, da qual ambos padecem.

Quem atua de alguma forma no atendimento às mulheres em situação de violência chega a reconhecer como natural as falas transcritas em forma de DSC. Os contextos que envolvem o uso de bebida alcóolica, agressões, dano material e uso de droga se revelam no aspecto do medo como fator que irá manter a mulher dentro do ciclo de violência por muitos anos, começando no namoro, demonstrando um dos principais elementos de desvantagem do feminino diante do masculino: a força física que representa a forma de dominação e que legitima os padrões e tipos de conflitos (SAFFIOTI, 2013, p. 109).



A violência física está entre as cinco formas de violências mais comuns sofridas pelas mulheres no ambiente doméstico e familiar, descrita no artigo 7º da Lei Maria da Penha que elenca além da violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral. Para Tiburi (2018), no entanto, a forma física da violência é um ato de linguagem e comunicação que manifesta o discurso de ódio dos homens sobre as mulheres e aciona o dispositivo do poder da dominação masculina patriarcal<sup>3</sup>, poder que se exerce na subjugação do outro, transformando o outro em objeto. De modo que a violência é o fenômeno “sofrido” pelas mulheres, enquanto o poder é o dispositivo “exercido” pelos homens e a violência é o que resta para quem não tem poder, afirma a filósofa.

É comum que muitas mulheres suportem por muitos anos a violência de seus companheiros, até chegar o momento em que elas não suportam mais, prestam queixa ou através de uma terceira pessoa próxima a ela, seja familiar ou amigos, decidem fazer a denúncia, pois é habitual que as mulheres carreguem o pesado fardo da tradição da “subalternidade como reflexo da sua condição feminina” (SAFFIOTI, 2013, p. 132).

Algumas mulheres suportam por muito tempo e, até por toda vida a violência de seus companheiros. São, no dizer de Saffioti (2004, p. 84), codependentes da compulsão do macho. A violência nesses casos se torna inerente à relação. Já outras mulheres expressam capacidade de resiliência, não se deixam abater por condições adversas. Umam apanham e se rebelam; outras não. Algumas denunciam, mesmo que recuem; outras calam. (OSTERNE, 2006, p. 180).

No momento em que a mulher toma a decisão de prestar queixa, ela assume o protagonismo de sua própria história, mesmo sem ter a total consciência sobre isso, ela tem a oportunidade de transformar sua vida, possibilitando que saia da situação de sofrimento em que esteve submetida. Ao prestar queixa, está realizando um movimento contrário àquele que se espera das mulheres de se manter calada e não causar problemas, porque essencialmente é o que se espera das mulheres que carregam o pesado fardo da subalternidade como condição de ser mulher (SAFFIOTI, 2013).

As mulheres entrevistadas ficaram bastante surpresas com o convite para participarem da pesquisa. Com algumas delas foi necessário um pouco mais de dedicação para conseguir a atenção e a confiança para tratar do assunto. Algumas por timidez, outras por desconforto em tratar o assunto novamente, sendo necessário estabelecer um contato mais formal. Ao longo da conversa, no entanto, as relações foram ficando mais amistosas e, em algumas situações, toda família se sentou à mesa para conversar e tomar café, ocasião em que se falou abertamente sobre o tema da violência sofrida pela entrevistada.

<sup>3</sup> O patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder. É também uma forma de poder. Ele é como uma coisa, uma geringonça feita de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade. O feminismo é o contra dispositivo, uma espécie de agulha que fura essa bolha, capaz de modificar tanto a microfísica quanto a macroestrutura da sociedade que foi alicerçada no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres. (TIBURI, 2018, p. 40-41).

O pai de uma das mulheres chegou a sentar ao meu lado no sofá e passou a relatar o ocorrido com sua filha na noite em que o ex-namorado a agrediu com um golpe de faca, desferido nas costas dela, em plena via pública, contou ainda que estava ao lado da filha quando a agressão ocorreu e que foi ele juntamente com um irmão que prestaram socorro à vítima. E acrescentou que não sabia o que teria acontecido se ela estivesse sozinha com ele.

Foi possível perceber entre as entrevistadas um verdadeiro alívio pelo fato de a relação ter chegado ao fim, elas afirmavam a necessidade de sair daquela relação de conflito constante, mesmo que em algumas situações a denúncia ter sido feita devido à intervenção da família ou de um amigo, ou como no caso da entrevistada M9, socorrida por policiais militares. A entrevistada M9 relatou na Delegacia que estava em um bar com amigos quando seu companheiro chegou e passou a agredi-la com socos e chutes. Porém, devido ao estado alterado do ex-companheiro as pessoas que estavam no bar nada fizeram para ajudá-la e se não fossem os policiais terem chegado naquele momento, ela poderia ter morrido.

Ela relatou ainda que vinha tentando terminar o relacionamento, pois seu companheiro estava desempregado e passava o dia embriagado e quando chegava em casa passava a agredi-la e que, por muitas vezes, procurava abrigo na casa da mãe. No dia em que foi entrevistada, contou que estava em outro relacionamento e que o ex-companheiro depois que saiu da prisão nunca mais a procurou e que agora ela estava em paz e feliz.

Outra história que nos chamou a atenção foi da entrevistada M2, agredida pelo ex-companheiro porque estava conversando com um amigo em uma lanchonete. Ela frisou que o relacionamento havia terminado fazia um mês e mesmo assim ele continuava a procurando. Na ocasião da agressão, ela conta que foi arrastada pelos cabelos e agredida com socos em via pública e que havia várias pessoas próximas ao local e que nada fizeram. Na entrevista, ela relata que após ir ao hospital da cidade para ser atendida, foi prestar queixa na Delegacia, mas só foi possível fazer o boletim de ocorrência no outro dia, pois a Delegacia já havia encerrado o expediente.

Um ano após o fato, a entrevistada M2 conta que voltou a se relacionar com o ex-companheiro, mas não retirou a queixa e quando foi ouvida pelo Juiz da Vara Criminal de Apodi/RN afirmou que iria até o final do processo. Quando perguntei sobre a prisão do companheiro, ela respondeu: “foi ele quem procurou isso”. Ao final da entrevista, ela falou: “eu gosto dele, mas se eu retirasse a queixa ele iria fazer novamente, e o juiz ia achar que eu estava mentindo, e eu não sou uma mulher de mentir. Ele que se vire agora pra resolver o problema dele na justiça”.

As histórias descritas trazem à pesquisa a importância do relato das experiências individuais das mulheres de modo a se poder contrapor com o depoimento dos homens. É importante compreender as personagens e as cenas onde os fatos ocorreram, pois não se pode cometer o erro de considerar a violência de gênero como via de mão única, da generalidade, pois é “na pluralidade que estão as preciosas significações” (OSTERNE, 2006, p. 181), e é na pluralidade revelada na individualidade das histórias que se encontra

a possibilidade de transformações na estrutura social. Estas histórias de vida são um documento que são por si só um aspecto que não se pode negligenciar em busca de generalizações (PATAI, 2010).

Cada mulher entrevistada, a sua maneira, com sua narrativa de vida, consegue produzir e reproduzir as dimensões culturais, sociais e até mesmo políticas e econômicas que, uma vez adquiridas e vividas no mundo social, são rompidas e transformadas pela dinâmica de produção e reprodução da estrutura social onde é estabelecido o *habitus* que ajuda a moldar as práticas sociais atuais e futuras, funcionando como o elo, entre o presente, passado e futuro, entre o coletivo e o individual, entre o objetivo e o subjetivo, transcendendo a dicotomia entre estrutura e ação, esclarece Maton (2018).

As duas próximas questões foram elaboradas com o objetivo de compreender as dinâmicas existentes entre o casal, bem como as dinâmicas presentes no contexto familiar. Ambas propõem conhecer o histórico de violência sofrido seja pelas mulheres, seja por seus parentes. Essas duas questões complementam a análise realizada a partir da primeira questão e dos DSCs construídos com base na fala das entrevistadas.

**Questão 2:** *Foi a primeira vez que ocorreu este fato? Caso já tenha ocorrido antes, quando aconteceu e quantas vezes?*

### **Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A**

Ele bateu em mim várias vezes, com socos e murros. Eu me escondia na casa da minha mãe. Ele vivia me ameaçando e quebrava as coisas em casa. Era ciumento, ficava muito alterado. Não foi a primeira vez que ele me agrediu chegou o dia e tive que ir para Delegacia, foi o jeito fazer, né. Ou eu fazia a denúncia ou ele fazia um “desmantelo” maior comigo. Ele era muito ciumento e a gente vivia brigando. Era um tormento. **DSC, estruturado através dos depoimentos: M2, M3, M4, M6, M8, M9, MA1.**

**Questão 3:** *Houve casos de violência contra mulher na sua família? Com quem?*

### **Discurso do Sujeito Coletivo da Categoria A**

Meu pai agrediu minha mãe várias vezes por causa da bebida. Todo dia ele bebia cachaça aquele homem. Morreu de câncer. Era uma vida atormentada naquela casa, eu presenciei várias brigas. Já houve casos de agressão na família com minha mãe e tias, mas elas não foram fazer a denúncia. **DSC, estruturado através dos depoimentos: M2, M3, M8.**

Em continuidade à apresentação dos resultados das entrevistas com as mulheres, é necessário retornar aos elementos presentes nas três categorias da primeira questão que são a bebida alcoólica e a agressão (lesão corporal) e o ciúme. Na questão 2, a violência causada pelo ciúme se estende ao patrimônio. Na questão 3, verificou-se que essas mulheres, muitas vezes, já têm a presença de violência na sua formação familiar, uma vez que já vêm de lares em que as mães foram agredidas pelos pais e elas quando crianças passaram a naturalizar essa violência.

Quando se fala de lesão corporal, os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública em 2018 mostram que foram registrados mais de 600 casos de lesão corporal por dia no país, sendo este o crime prevalente contra as mulheres. Com as mulheres entrevistadas em Apodi/RN não é diferente, sete entre os dez processos analisados foram registrados como o crime de lesão corporal, sendo os outros três, situações de ameaça.

As respostas atribuídas à questão dois demonstram que a maioria das mulheres já vinham sendo vítimas de situações de violência. Mesmo resultado para a questão três, em que sete das dez mulheres entrevistadas informaram que suas mães haviam passado por situações de violência com seus companheiros.

A primeira vez que tive contato com a M5, percebi como pode ser fácil manter uma mulher em situação de violência. Ao chegar na Delegacia, M5 caminhava com dificuldade. Com parte do corpo paralisado devido um AVC sofrido quando tinha vinte e cinco anos, ela conta que vinha sendo ameaçada pelo ex-companheiro que mesmo depois de separados continuava a procurando, insistindo que ela voltasse para ele, ocasião em que ele fazia as ameaças contra ela. A entrevistada M5 disse que nunca foi agredida fisicamente por seu ex-companheiro, mas que vivia com medo dele fazer algo grave contra ela, pois era descontrolado, principalmente quando bebia.

Quando estive na casa da entrevistada M5 a encontrei ainda mais debilitada, pois fazia alguns meses que ela havia sofrido outro AVC. Ela me recebeu muito animada e conversamos na cozinha enquanto ela preparava um café. Durante a entrevista, ela contou que precisava sair daquela situação, pois o ex-companheiro queria mantê-la em casa como uma empregada e vivia farreando nas festas com os amigos e ficava com outras mulheres. Ela disse que aproveitou um dia que ele não estava em casa, pegou o filho e foi morar com os pais. Quando seu ex-companheiro voltou para casa e não a encontrou, foi procurá-la, relatando a entrevistada M5 que ele passou a ameaçá-la de morte na frente da família dela e que chegou a pegar uma “foice” para tentar agredir seu pai e irmão. Ela disse: “agora a senhora imagine, eu nesse estado tentando fugir dele, com certeza ele ia me matar”. Morando com um filho de sete anos, a entrevistada contou que prefere não ter qualquer contato com o ex-companheiro e que quando sai de casa está sempre acompanhada do filho, pois tem medo de encontrar o ex-companheiro e que ele tente agredi-la.

O discurso da entrevistada M5 é inspirador, pois representa um processo emancipatório (GREGORI, 2012) que não tem mais volta, e soa em alto e bom som como um grito de mudança, revelando que a interiorização da dominação sofrida pelas mulheres vem sendo decomposta e que não é natural que as mulheres se mantenham no espaço da opressão e da submissão.

Podemos estar falando de um processo de transformação de consciência que se estabelece na vida prática em ações como sair de casa para romper com o ciclo da violência, representando, assim, a força transformadora dos desejos, das motivações e das práticas de pessoas reais no processo social.

O que não significa dizer, segundo Ortner (2008), que a entrevistada M5, assim como as demais mulheres entrevistadas tenham metas conscientes mantidas enquanto desenvolvem suas atividades, mas diz, sobretudo, que todos os seres humanos têm a capacidade de agência que assume formas específicas em diferentes tempos e lugares. Agência é a capacidade de afetar as coisas (ORTNER, 2008) e está equiparada à ideia de resistência e que revela uma dimensão de como o poder e a dominação operam nos sistemas sociais que, incorporados pelas estruturas sociais, reforçam as desigualdades de gênero e alimentam as diferenças constitutivas do masculino e do feminino, presentes em todas as culturas e sociedades, culminando em situações de violência e coerção.

No contexto das relações de gênero “o poder atua como uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência” (ORTNER, 2008, p. 58). De modo que quando uma mulher decide sair de casa e prestar queixa contra o companheiro, ela está rompendo com as estruturas de poder e dominação que operam na sociedade. Mesmo em virtude de coisas ruins que lhes aconteceram, as mulheres tomaram a iniciativa das ações para mudar suas vidas.

Para Saffioti (1994), essa mudança do comportamento feminino é um fator desencadeador da capacidade socialmente legitimada de os homens converterem a agressividade em agressão, o que não deve constituir a razão da violência contra as mulheres. Porém, ajuda a compreender como a violência do homem macho é constitutiva na organização social de gênero no Brasil, dando à violência de gênero um caráter quase rotineiro com status de patrimônio cultural, gestada pelo ordenamento patriarcal (SAFFIOTI, 1994).

Agindo individualmente cada mulher acaba por influenciar outras mulheres a tomarem o controle sobre os acontecimentos das suas vidas e o advento da Lei Maria da Penha, juntamente com a criação de órgãos que dão suporte às mulheres em situação de violência, atendem aquelas que não conseguem agir sozinhas e que precisam de apoio de familiares, amigos e do Estado, formando-se uma teia de relações de afeto, solidariedade e justiça.

Por fim, ao unir os discursos e histórias através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), foi possível conhecer os parâmetros que atuam na construção do gênero, e revelam que as culturas não têm um modelo único de gênero, sendo necessário considerar a multiplicidade dos discursos e as diferentes formas e relações de gênero. Reunidas as falas das entrevistadas na forma de DSC foi possível ver claramente similaridades nessas situações apresentadas pelos fatos vivenciados por essas mulheres de Apodi/RN.

Através das histórias dos homens e de mulheres em situação de violência aqui apresentadas, foi possível compreender, sobretudo, que o discurso dessas sujeitas traduz além das lutas e dos sistemas de dominação, algo pelo que se luta (FOUCAULT, 2014). Ao analisar esses casos apresentados, pode-se verificar a resistência dessas mulheres, e a luta pela superação dessa condição de violência vivenciada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado pela pesquisa realizada com mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Apodi/RN, e a partir dos estudos sobre gênero, a pesquisa levou à reflexão sobre os processos de construção das identidades de gênero, partindo da compreensão das diferenças sociais que criam hierarquias, e dão significados às relações de poder como um organismo em que feminino e masculino são estabelecidos não apenas como marcações, mas principalmente como constituições subjetivas.

É possível concluir que a prática da violência nas relações de gênero é como “um jogo”, no entanto, as regras deste jogo precisam garantir a homens e mulheres as mesmas probabilidades no exercício do poder, na aquisição das habilidades como cidadãos e como seres humanos. Enquanto estas relações estiverem marcadas pela hierarquia e não pela homogeneidade nas categorias de gênero, o combate à violência contra as mulheres será apenas um conjunto de tentativas parcialmente bem-sucedidas, nunca plenamente atingidas.

Agindo individualmente cada mulher acaba por influenciar outras mulheres a tomarem o controle sobre os acontecimentos das suas vidas e o advento da LMP, juntamente com a criação de órgãos que dão suporte às mulheres em situação de violência, atendem aquelas que não conseguem agir sozinhas e que precisam de apoio de familiares, amigos e do Estado, formando-se uma teia de relações de afeto, solidariedade e justiça.

Por fim, ao unir os discursos e histórias através do DSC, foi possível conhecer os parâmetros que atuam na construção do gênero, e revela que as culturas não têm um modelo único de gênero, sendo necessário considerar a multiplicidade dos discursos e as diferentes formas e relações de gênero.

Os discursos dominantes de gênero que atuam nas relações de poder compõem os elementos que legitimam e naturalizam a violência de gênero, de maneira que é necessário ampliar a reflexão quanto às práticas e representações sociais que atuam na construção desses discursos, uma vez que estes discursos se reproduzem historicamente nas relações sociais e nas instituições, promovendo relações de dominação que favorecem os homens e mantêm as mulheres em condição de vulnerabilidade e violência.

Homens e mulheres são capazes de resistir aos padrões impostos socialmente, à medida em que procuram agir conscientes das possibilidades de interferir no meio de sua ação, orientando-se por práticas do cuidado de si como um modo de vida, onde são capazes de refletir e criar novos caminhos reestruturando o próprio *habitus*, que pode gerar novas práticas e representações sociais e a transformação na vida dessas mulheres e na vida de seus filhos e filhas.

A pesquisa apresentou um reflexo da sociedade em que vivemos. Uma sociedade que procura resolver os conflitos por meio da violência, tanto na esfera institucional quanto na esfera pessoal. Por esse motivo, é urgente falarmos sobre a implementação de políticas públicas para homens, visando o combate e enfrentamento à violência de gênero, sabendo que não será o fim da violência e sim mais uma importante ferramenta em busca de uma cultura de paz.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Anna Christina Freire. **Lei Maria da Penha**: da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, UFRN, Natal, 2014.
- BEZERRA, Tiago S.; FORTES, Lore. **O simbolismo do Morro do Careca**. Natal: EDUFRN, 2018.
- BOURDIEU, P. **Conceitos fundamentais**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- FONSECA, Arlindo Martins. **Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil**. São Paulo: Revista Saúde Pública, 2009, p. 743-749.
- FRAGOSA, Vani. **Violência doméstica contra a mulher**: da invisibilidade à luta pela superação. Natal: Offset Editora, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 2012.
- LEFEVRE, A. M. C.; LEVEFRE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo**: uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Editora EDUC, 2010.
- LEFEVRE, A. M. C.; LEVEFRE, Fernando. O sujeito coletivo que fala. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.10, n. 20, p. 517-524, 2006.
- MATON, Karl. Habitus. *In*: GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.
- MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.14, 2000.
- ORTNER, B. Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre agência. *In*: 25ª Reunião Brasileira de Antropólogos. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 2008, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Nova Letra, 2008.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Violência contra a mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 8, 2006.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência e assédio: violência de gênero no Brasil atual. **Estudos feministas**. São Paulo, ano 2, 1994.

SILVA, Arkley Xênia Souza da. **A mediação no campo jurídico**: arte e técnica como alternativa à resolução dos conflitos familiares. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.



# A MULHER-PROFESSORA BAIANA DIANTE DA FORMAÇÃO IMPOSTA EM SERVIÇO – RESISTÊNCIA E EMBATES DISCURSIVOS

THE WOMAN-TEACHER FROM BAHIA BEFORE THE TRAINING IMPOSED  
IN SERVICE – RESISTANCE AND DISCURSIVE STRUGGLES

Gláucia Rejane da Costa<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-4860-5661>

## RESUMO

No presente estudo discutimos a formação continuada de professores de Língua Portuguesa em serviço, proposta no Pacto pelo Ensino Médio, como parte de um projeto para a sua domesticação. Tal discussão, apoiada em Geraldi (2015) e Louro (2001), entre outros, comporta a feminização da docência. Apoiados na Análise de Discurso Francesa (AD), analisamos os discursos das professoras, objetivando verificar como se constituem esses sujeitos e os efeitos de sentido produzidos, na sua relação com a formação proposta. Para análise dos textos, coletados em entrevistas semiestruturadas, procedemos, conforme Orlandi (2001), a sua dessuperficialização e os reportamos à exterioridade. Em seguida, esse discurso é remetido a uma Formação Discursiva das quais derivam os seus sentidos. Finalmente, compreendidas a produção dos sentidos e a constituição dos sujeitos, atingem-se os processos discursivos. Nesse percurso metodológico, verificamos no discurso desses sujeitos-professoras o efeito de resistência e rejeição à atividade formativa proposta. Constituem-se, desse modo, maus-sujeitos, segundo a classificação Pecheutiana, nessa relação conflituosa.

**Palavras-chave:** Sujeitos-professoras; Discurso; Formação continuada; Domesticação; Resistência.

---

<sup>1</sup> Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco, Mestrado em Estudos da Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutorado em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora de Ensino Médio da Rede Estadual da Bahia e Metodologia do Trabalho Científico e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). E-mail: grcosta0408@hotmail.com.

## ABSTRACT

The present study discusses the continued formation of Portuguese language teachers in service, proposed in the Pact for High School, as part of a project, for their domestication. This discussion, supported by Geraldi (2015) and Louro (2001) among others, involves the feminization of teaching. Supported by the French Discourse Analysis (AD), the teachers' discourses were analyzed, aiming to verify how these subjects are constituted and the meaning effects produced in their relationship with the proposed formation. For the analysis of the texts, collected in semi-structured interviews, their desuperficialization was proceeded, according to Orlandi (2001), and these texts were reported to exteriority. Then this discourse is referred to a Discursive Formation from which their senses derive. Finally, with the production of the senses and the constitution of the subjects, the discursive processes are reached. In this methodological path, we verified the effect of resistance and rejection to the proposed formative activity, in the discourse of these subjects-teachers. Thus, they constitute bad subjects, according to the Pecheutian classification, in this conflicting relationship.

**Keywords:** Subjects-teachers; Discourse; Continued education; Domestication; Resistance.

## INTRODUÇÃO

No presente estudo abordamos a formação continuada de professores de Língua Portuguesa em serviço, proposta no Pacto pelo Ensino Médio. Trata-se de um processo formativo que se constitui um dos elementos centrais na Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2016 pelo ex-presidente Michel Temer.

Para esse fim, situamos historicamente o encaminhamento da atividade de qualificação docente, vinculado à proposta do Ministério da Educação para o ensino em questão. Nesse contexto, é indispensável uma análise crítica da formação continuada desses docentes, com destaque para o fato de ser essa categoria constituída majoritariamente por mulheres no Estado da Bahia, onde se verifica a feminização da docência.

Reconhecemos, portanto, a formação dos/das docentes e a Reforma do Ensino Médio como partes de um projeto, uma espécie de rede, para a domesticação dos professores e estudantes e, assim servir aos interesses neoliberais.

Sendo assim, a formação continuada, a feminização da docência e a resistência das professoras de Língua Portuguesa ao processo formativo a que são submetidas constituem-se assuntos centrais do nosso estudo. São elas os sujeitos deste estudo cujos dizeres serão analisados à luz da Análise de Discurso Francesa, a partir das postulações de Michel Pêcheut (1975, 1988), seguidas das contribuições de Eni Orlandi (2001), Maria José Coracini (2011) e outros de igual importância.

## 1 FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO DOMESTICAÇÃO

Parece-nos indispensável atrelarmos as práticas de formação continuada dos professores de Língua Portuguesa às práticas de sala de aula, atentando cuidadosamente para os documentos que as norteiam. Fazê-lo requer inseri-las no contexto neoliberal em que ocorrem. José Wanderley Geraldi e Corina Geraldi (2012), num artigo intitulado *A domesticação dos agentes educativos: há alguma luz no fim do túnel*, vinculam ambas as práticas à política econômica que arrasta consigo a educacional.

Para ilustrar tal relação, os autores destacam os primeiros passos realizados no governo Fernando Henrique Cardoso, sob o comando do ministro Paulo Renato Souza: a) a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais; b) a implantação dos sistemas de avaliação em todos os níveis de ensino: SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes); c) política de arrocho [e quase estrangulamento] das universidades públicas federais; e d) abertura para exploração do capital privado do nicho de mercado da educação. Essas medidas articuladas atuam sobre os principais sujeitos do processo educativo, para a sua domesticação.

O termo domesticação é utilizado por Geraldi e Geraldi (2012) para denominar o processo a que os professores são submetidos, a fim de garantir resultados considerados positivos nas avaliações externas. Isso em busca da eficiência e da qualidade do sistema educacional. Dá-se, portanto, por meio dos PCN aos quais os professores deverão adaptar o seu ensino. A essa composição agregam-se os programas de formação continuada, acreditando-se, supostamente, serem úteis para que o corpo de professores pudesse atender aos objetivos estabelecidos nesses documentos. Vejamos a sua definição:

Sobretudo nas últimas décadas, as políticas públicas de currículo nacional, avaliações nacionais e programa de aquisição de livros didáticos de pacotes pedagógicos, produziram uma domesticação dos agentes educativos que passaram a nortear seu ensino pelas exigências postas pelo sistema como um todo, com perda quase total de autonomia. (GERALDI; GERALDI, 2012, p. 38).

Assim, associam-se nessa busca: as avaliações externas, também chamados exames padronizados (ENEM, Prova Brasil, Avalie), cujo objetivo principal é diagnosticar a Educação Básica do Brasil. Somem-se a eles os PCN, as formações continuadas e o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) como esforços necessários ao ancoramento do trabalho docente. Esses livros são selecionados a cada dois anos por uma comissão de professores universitários, indicados pelo MEC e, em seguida, encaminhados para escolha pelos professores. Sobre a articulação de tais esforços, explicam Geraldi e Geraldi (2012):

Como a formação continuada não tinha continuidade – como sempre, a formação continuada é descontínua – a ancoragem no livro didático achatou praticamente toda a autonomia do professor. Este ficou encurralado: pela frente, a avaliação de desempenho do aluno (o conhecimento retido por ele e supostamente transmitido pela escola); por um lado os livros didáticos gratuitamente distribuídos – qualquer pedido de outro material ou a recusa em usar o que o

governo dá sempre traz consequências para o professor; de outro lado os parâmetros curriculares a indicarem o que deve ser ensinado e mesmo como deve ser ensinado [...]. (GERALDI; GERALDI, 2012, p. 42).

Desse modo, ignorando questões substanciais, relativas às condições sociais de acesso aos bens culturais por parte dos alunos e dos próprios professores, o governo brasileiro sugere acreditar – e pior que isso – quer fazer acreditar ser possível promover avanços na Educação Básica. Esse processo de domesticação dos professores e alunos convoca-nos a discutirmos sobre “[...] a tendência à homogeneização de tudo e de todos e assim abrir brechas para possíveis deslocamentos, possíveis rupturas” (CORACINI, 2011, p. 11).

A essas questões acrescentem-se a formação universitária deficitária dos docentes e a precariedade da infraestrutura das unidades de ensino, a escassez de recursos didáticos, ausência de laboratórios e bibliotecas, além da falta de acesso à internet, até mesmo para os professores.

Objetivando a sua qualificação, têm sido implementados programas de formação continuada de professores de Língua Portuguesa, apoiados nos PCN e em parceria com universidades públicas e os governos estaduais. Tais programas propõem a atualização dos saberes, por meio do acompanhamento da ação do professor no seu local de trabalho e declaram como finalidade elevar a competência dos professores e alunos, para a compreensão e intervenção sobre a realidade. Assim se apresenta a atividade formativa vivenciada pelos professores do Ensino Médio da Rede Pública da Bahia, na cidade de Juazeiro.

## 1.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PACTO PELO ENSINO MÉDIO

O Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio foi instituído por meio da portaria 1.140, de 22 de novembro de 2013, e ao declarar seus objetivos atrela avanços no Ensino Médio à qualificação docente, nos seguintes dizeres: “com vistas a garantir a qualidade no Ensino Médio [...] contempla dentre outras, a ação de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos de Ensino Médio, por meio da colaboração entre Ministério da Educação, secretarias de Educação e universidades” (BRASIL, 2014, p. 4).

Logo, a sua implementação se dá em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e universidades públicas, associada à implantação da Reforma do Ensino Médio, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012 (BRASIL, 2012).

Apresenta-se, portanto, como uma ação cujo objetivo central, segundo o seu Caderno I, Etapa 2, é “contribuir para o aperfeiçoamento da formação continuada de professores, a partir da discussão das práticas docentes à luz das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio” (BRASIL, 2014, p. 4). Teve seus materiais destinados ao estudo pelos professores (denominados cadernos) produzidos pela Universidade Federal do Paraná, presença determinante no encaminhamento da proposta.

Nesse sentido, insere-se entre as diversas iniciativas para corrigir ou minimizar os problemas decorrentes das deficiências da formação inicial dos professores e os efeitos sobre o seu fazer docente. No entanto, o que se tem observado ao longo dos anos é, ironicamente, a descontinuidade desses processos formativos cuja implementação ocorre sempre sem uma pesquisa dirigida aos professores ou sequer uma consulta prévia aos seus prováveis partícipes. A importância de escutá-los se explica por acreditarmos serem os seus posicionamentos e a sala de aula o ponto de partida e de chegada de qualquer formação docente.

O Pacto instituiu-se, associando o aperfeiçoamento da citada formação à ação de redesenho curricular nas escolas públicas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012 (BRASIL, 2014, p. 4). A citada formação declara priorizar o ensino de leitura e escrita, sua fundamentação e desdobramentos em sala de aula.

Essa associação entre a qualificação docente e as reformulações curriculares do ensino público é acentuadamente reveladora. É assim, por dizer respeito aos interesses dos poderes hegemônicos referentes a sua ação pedagógica e à formação do aluno das camadas sociais menos favorecidas economicamente. Tal relação se explica por ser esse processo constitutivo de um mecanismo de controle dos saberes autorizados a circular na sala de aula.

Tal configuração é observada, quando nos termos colocados pelo Governo Federal, o profissionalismo do professor é posto de forma predeterminada. E, dessa forma, propõe-se a alcançar esse docente, informando-o, orientando a constituição de sua identidade profissional para um determinado fim: o seu ajustamento e o de seus alunos aos interesses neoliberais. Tais esforços são dissimulados num discurso pela promoção da educação para o mundo no século XXI, ao mesmo tempo em que destitui o professor de sua função de produtor de conhecimento.

Assim, o docente sofre cobranças de permanente (re)qualificação, a qual para operacionalizar-se, tem se dado em caráter complementar, o que pressupõe a existência de lacunas na sua formação inicial. Convém destacar a forma aligeirada como, já há alguns anos, os cursos de licenciatura têm sido oferecidos, sobretudo a partir da abertura para exploração do capital privado no mercado da educação. O “aperfeiçoamento da formação continuada”, segundo dizeres do Ministério da Educação, anteriormente mencionado, apresenta configuração complementar, e destina-se ao atendimento às avaliações externas e às demandas do mercado. Tal formato e propósito são denunciados por Geraldi e Geraldi (2012):

Pode-se situar, então, os PCNs como parte necessária da política de avaliações do sistema, em busca da eficiência e qualidade. Parâmetros e avaliação caminham juntos para construir outra domesticação: aquela dos professores. Estes deverão adaptar todo seu ensino aos parâmetros para que, nas provas nacionais, seus alunos consigam obter resultados positivos. (GERALDI; GERALDI, 2012, p. 41).

O programa em questão, uma forma de intervenção no ensino, alcançando os principais sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem: professor e aluno. Surge num contexto histórico-social em que a formação e qualificação dos professores, a qualidade do ensino e os seus desdobramentos sobre a formação do aluno são questionados, numa sociedade norteada pelos valores neoliberais, determinantes na constituição da educação no Brasil.

Creemos ser possível, a partir de tais ponderações, produzir algumas reflexões sobre esse sujeito professora, sua profissionalização e as forças empregadas sobre ela, a fim de torná-la ou mantê-la vulnerável à domesticação. No presente estudo serão elas os sujeitos cujos dizeres constituirão a materialidade discursiva, uma vez que constituem maioria do corpo docente e cujo discurso é objeto de análise aqui. A feminização da docência é, portanto, um aspecto que julgamos importante abordar a seguir.

## 2 A NATURALIZAÇÃO ATRIBUÍDA À RELAÇÃO MULHER-ENSINO

Para Mariano Enguita (1991, p. 51), sociólogo da educação espanhola, uma análise da categoria docente não pode se restringir à perspectiva de classe, mas também e na mesma medida a uma questão de gênero. E isso se aplica a essa categoria especialmente por ser majoritariamente constituída por mulheres.

A tabela a seguir retrata a sua presença acentuadamente expressiva no país, e foi extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um estudo realizado pela Nota Técnica, publicado em revista eletrônica número 48.

**TABELA 1:** Professores das redes estaduais e municipais de acordo com o gênero no Brasil – 2002 - 2013

Ano	Sexo				Total
	Masculino		Feminino		
	N°	%	N°	%	
2002	254.575	13.9	1.570.730	86.1	1.825.305
2006	264.218	13.9	1.637.292	86.1	1.901.510
2011	367.175	16.2	1.900.210	83.8	2.267.385
2013	418.538	16.9	2.059.947	83.1	2.478.485

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados. Anos de 2002, 2006, 2011 e 2013

O estudo esclarece que a profissão de docente é majoritariamente exercida por mulheres, e a formação profissional em magistério ainda está socioculturalmente arraigada nos grupos femininos. Embora no período de 2002 a 2013 tenha havido crescimento de 64,41% no quantitativo de homens no magistério, o percentual de mulheres já alcançava 83,1%.

Nesses últimos dados, tem-se uma configuração bastante semelhante àquela da década de 1980, discutida por Guacira Lopes Louro (1991, p. 29). A autora apoia-se em estudos realizados por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, segundo os quais a participação da mulher no magistério corresponde a 87%, conforme o censo de 1980.

Anteriormente a Mariano Enguita, nessa mesma época, estudiosos como Michael Apple e Guacira Lopes Louro denunciam a naturalização atribuída à relação mulher-ensino/educação e conduzem o debate na mesma direção que o primeiro sobre a necessária associação entre classe e gênero. Declara ela:

Há necessidade de se articular classe e gênero. Um aporte que incorpore essas duas dimensões pode ser feito pela história, se se interroga sobre a transformação histórica do magistério, já que essa atividade não foi sempre exercida do mesmo modo ou pelos mesmos sujeitos. Não foi primordialmente exercida por mulheres (e sim por homens) e nem pelas mesmas mulheres (quanto à origem de classe). (LOURO, 2001, p. 448).

Até os anos finais do século XIX, era vista como uma profissão masculina. A esse respeito Louro (2001, p. 449) esclarece que os homens a exerceram com mais frequência, tanto na ministração das “aulas régias” – oficiais – quanto como professores autônomos (LOURO, 2001, p. 449). As mulheres passam a tomar lugar na educação, quando os valores morais da época julgavam inadequada a educação das meninas pelos professores homens. Esse processo evoluiu para a feminização da docência no século XX.

## **2.1 A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA – PERCURSO E PERCALÇOS**

São dois os motivos para essa inserção das mulheres no magistério, conforme Almeida (1998, p. 65): o “repúdio à co-educação liderado pela Igreja Católica” e a “necessidade de professoras para reger as classes femininas.

No mesmo século foi registrado um aumento considerável nas matrículas de mulheres nas escolas normais brasileiras e, ao mesmo tempo, a saída dos homens das salas de aula, fato que pode ser associado à demanda de mão de obra no setor industrial brasileiro em ascensão.

Ainda de acordo com Louro (2001, p. 449), objetivava-se, com a criação das escolas normais, formar professoras e professores, entretanto não se atingiu o objetivo do modo esperado. Explica: “pouco a pouco os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens”.

No século XX, a feminização se consolidou, e as mulheres começaram a trabalhar como professoras sob a mesma condição de missão e apostolado. Na década de 1960, em seu livro *Magistério primário numa sociedade de Classes*, publicado em 1969, Luiz Pereira apresenta a docência primária como uma ocupação quase exclusivamente feminina cujos índices chegavam, em 1964, a 93,4% das 289.865 pessoas filiadas a tal atividade no Brasil.

Segundo o autor, os argumentos que justificam esses dados são de dois tipos: a) traços da personalidade marcados por docilidade, paciência, abnegação e dedicação e b) fatores típicos do funcionamento do ensino: salário considerado baixo, carga horária reduzida e prestígio ocupacional insatisfatório. É interessante destacar que as características apontadas no primeiro tipo estão relacionadas à passividade, que expunham as mulheres a condições desvantajosas diante dos sistemas urbano-industriais acentuadamente competitivos.

Na década de 1980, o quadro descrito se mantém: as mulheres representam 87% do corpo docente, conforme o censo de 1980. Hypólito (1991, p. 30), utilizando-se de dados apresentados por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, retrata a participação majoritária das mulheres no magistério entre os anos de 1970 e 1980, nos quais o corpo docente feminino aumentou em 47% contra 40% do masculino.

Esse foi um período rico em produções acadêmicas em que as questões de gênero e educação se articularam, ainda que com pouca profundidade. Como exemplo, temos o artigo de Cristina Bruschini e Tina Amado, publicado em 1988, intitulado *Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*, com o objetivo de avaliar a intersecção dos estudos sobre mulher com aqueles realizados na área da educação. As autoras criticam a postura de alguns autores (homens e mulheres) para quem a profissão docente se apresenta neutra do ponto de vista do gênero.

Os dados referentes à presença da mulher na docência atualmente, mais especificamente na Bahia, assemelham-se àqueles dos anos 80 do século anterior. Observa-se, porém, uma redução acentuada de homens no magistério.

Ao lado da natureza e da posição de classe social, as relações de gênero figuram entre as três categorias utilizadas por Hypólito (1991), para interpretar o trabalho docente. Postula, pois, que a proletarização é advinda do processo de assalariamento e precarização profissional. Tomando por base as análises de gênero, o autor destaca a categoria dos professores do Ensino Fundamental como a principal a sofrer um processo de feminização e a isso atribui a sua desvalorização.

Ao tentar explicar o aumento da presença feminina, Enguita (1991, p. 53) apresenta como primeiro argumento ser o ensino uma das atividades extradomésticas aceitas pela ideologia patriarcal como adequada para as mulheres, além de ser vista como uma ocupação provisória e preparatória para a maternidade. A realidade específica da Espanha, por ele apresentada, não difere da brasileira, se considerarmos as ponderações de Almeida (1996):

Portanto, ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério. (ALMEIDA, 1996, p. 74).



Convém destacar como um dado bastante relevante a mudança relativa à participação das professoras na renda familiar, tendo no magistério a sua principal fonte. Na Bahia, a participação das mães, com filhos menores de 14 anos, na renda familiar era de 69% passando a 76%. Com esses dados do IBGE, de pesquisa realizada em 2013, o lugar ocupado pelas professoras, antes caracterizado como complementar, torna-se nitidamente determinante na economia das famílias.

Para finalizar essa discussão, importa destacar pretensões políticas ao ampliar a participação das mulheres no magistério, posto que ganhavam menos, o que viabilizaria o acesso ao ensino a todos, com custos reduzidos para o governo. Assim elas assumiriam uma função recusada pelos homens, não por motivação salarial, mas por uma suposta vocação. Esse raciocínio assim se explicita:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia — procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres. (CATANI, 1997, p. 28-29).

Reconhecemos nas postulações discutidas ambos os fios do poder e do saber, percorrendo a trama da desvalorização do trabalho dessas professoras e da sua domesticação. Este último integra um projeto de alijamento dos (as) docentes dos próprios processos de formação continuada, com desdobramentos prejudiciais à formação do(a)s estudantes.

Sendo assim, temos de um lado as instituições promotoras dos programas de formação continuada em serviço, responsáveis pela sua implementação e, do outro, o corpo docente a quem cabe decidir pela resistência ou a rendição. Ambos se encontram inscritos numa relação mediada pela linguagem, caracterizada pelo exercício de poder entre sujeitos ideologicamente marcados, enunciadores de discursos também atravessados pela ideologia.

Entendemos que linguagem e ideologia suscitam a construção de sentidos, o imaginário, as representações dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a sociedade. Por esse motivo, procederemos à análise do *corpus*, apoiados nos procedimentos metodológicos da Análise de Discurso Francesa (AD). Para tanto, tomaremos como categorias o sujeito, o discurso, o interdiscurso, o intradiscurso e as Formações Discursivas (FDs).

### **3 A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

A AD surge em um período marcado por conflitos socioeconômicos, históricos e políticos, e da necessidade de superação de uma linguística frasal, incapaz de dar conta do texto na sua complexidade. Nessa busca, elege o discurso como objeto de estudo, inserindo-o na relação da língua com a história, com o sujeito e com a ideologia.

A solidez dessa nova disciplina deve-se a Michel Pêcheux, linguista, lexicólogo, para quem ela representa uma ruptura epistemológica, por inserir o estudo do discurso num campo em que se articulam questões relativas ao sujeito e à ideologia (MALDIDIER, 1997).

Para Pêcheux (1975, 1988), o sentido relaciona-se ao histórico, ao ideológico. Logo, a significação, por ser da ordem da fala e do sujeito, não pode ser sistematicamente apreendida, uma vez que o sentido pode sofrer alterações, conforme as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam. Assim, Pêcheux concebe os sujeitos e o discurso como históricos e ideológicos, transferindo os processos de significação para um novo terreno.

No lugar de uma semântica da língua, a semântica do discurso por ele proposta traz em seu interior a convergência entre elementos linguísticos, históricos e socioideológicos. Dessa forma, associa língua e sociedade, pois considera as condições sócio-históricas em que os discursos são produzidos constitutivas de suas significações. Tem-se nesse quadro teórico o conceito de condições de produção, advindo do marxismo, em que o discurso se apresenta afetado pela exterioridade.

Em sua obra *Por uma Análise Automática do Discurso*, Pêcheux (1975) discute a teoria do discurso, propondo-se a investigar como se relacionam a língua e a história nos processos discursivos.

As condições de produção compreendem, portanto, as circunstâncias de enunciação, a relação entre os interlocutores e o contexto sócio-histórico-ideológico. Esse último reúne elementos da sociedade com suas instituições, indo muito além do contexto imediato. Desse modo, as condições de produção correspondem à situação, no seu sentido amplo e a relação entre os sujeitos, e esses caracterizam o discurso – objeto de estudo da AD, Amaral (2016) explica de forma precisa:

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas à totalidade de um processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, sociedade e a economia, tudo isso constituindo a substância da história. (AMARAL, 2016, p. 39).

Sendo assim, elas são constitutivas da significação daquilo que é dito. A autora esclarece ainda não se tratar da situação empírica, mas da sua representação no imaginário histórico-social, ou seja, a exterioridade constitutiva do discurso. Essa, por sua vez, “[...] corresponde aos discursos já existentes e com os quais o discurso se constitui como um outro discurso; trata-se do processo entre discursos – o interdiscurso” (AMARAL, 2016, p. 40).

### 3.1 O INTERDISCURSO, O INTRADISCURSO E O DISCURSO

O interdiscurso – o já dito e esquecido, com um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação – é considerado um conceito-chave da AD, por designar:

[...] esse ‘todo complexo dominante’ das formações discursivas. [...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que dela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1988, p. 16).

Assumindo o ponto de vista enunciado por Pêcheux, Orlandi (2001) refere-se ao interdiscurso como o saber discursivo que torna possível todo dizer, o já dito capaz de sustentar cada tomada da palavra. São formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Elas são indispensáveis para a compreensão do funcionamento do discurso e a sua relação com a ideologia e os sujeitos; enfim, para a construção dos sentidos. Esses últimos são sempre determinados ideologicamente. Por isso, o intradiscurso, o fio do discurso, só pode ser entendido na sua relação com o interdiscurso.

De conformidade com Orlandi (2001, p. 33), o intradiscurso designa “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas”. O interdiscurso tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Sendo assim, o sentido de um texto é, então, apreendido no espaço interdiscursivo entre as Formações Discursivas (FDs) em questão num discurso.

Pêcheux (1988, p. 160) assim define a FD: “[...] aquilo que numa dada formação ideológica, numa conjuntura dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”. Trata-se de um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos os quais refletem um modo de relacionar-se com a ideologia em vigor.

Qual seria então o conceito de discurso? Vejamos, nos dizeres de Amaral (2016, p. 40): “O discurso, assim compreendido, se revela como uma particularidade que cumpre a sua função no processo de constituição, produção e reprodução da vida em sociedade.” Aponta assim o quanto a língua e a história são indissociáveis.

Tal perspectiva está vinculada aos pressupostos teóricos pecheutianos, uma vez que o discurso é considerado por Pêcheux (1988) como efeito de sentido, que revela a ideologia funcionando a partir da materialidade linguística, o texto. Brandão (2002) define-o como toda atividade comunicativa entre dois interlocutores, no mínimo; sendo, portanto, uma atividade produtora de sentidos entre falantes. Acrescente-se a essa definição que esses interlocutores se situam num determinado tempo histórico, num espaço geográfico, carregam consigo a ideologia do grupo a que pertencem. Para nós, tem-se o discurso na remissão do texto a fatores sócio-históricos e ideológicos, ou seja, à exterioridade.

A AD objetiva, portanto, a compreensão de como se produzem os efeitos de sentido e como ocorrem os processos de constituição dos sujeitos envolvidos numa determinada situação de interação. Posiciona-se assim por entender que são esses dois elementos (sujeito e sentido) que instituem o funcionamento discursivo de qualquer texto. Para tanto, parte do texto, assim percebido por Orlandi (2006, p. 116): “[...] visto, pois, como unidade de significação, é o lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem”.

## 3.2 SUJEITO, DISCURSO E HETEROGENEIDADE

A concepção de sujeito apresentada na terceira fase, por seu turno, corresponde a uma noção de discurso marcado pela heterogeneidade, reconhecendo numa formação discursiva sempre a presença do outro, pois é assim que aquela se define. É a chamada fase do Primado do Interdiscurso.

Se a noção de sujeito decorre da noção de discurso, tem-se na terceira fase da AD, então, um sujeito heterogêneo, clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Ele é impossibilitado de definir-se consciente do seu dizer; descentrado, porque partilha com o outro o espaço discursivo. E agora se define como a relação entre o “eu” e o outro, uma vez que o outro, o inconsciente é constitutivo de sua identidade.

Na releitura que Lacan (1966) faz de Freud, suas postulações permitem assumir que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. O conceito de sujeito lacaniano interessa à AD, porque ele se define em função do modo como se estrutura na relação que mantém com o inconsciente, com a linguagem (MUSSALIM, 2006).

Ora, se é no inconsciente que repousa o discurso da família, da igreja, enfim, do outro, é em relação a estes que o sujeito se define, adquire identidade. Logo, pode-se entendê-lo como uma representação a partir desses discursos, revelando-se, assim, ser da ordem da linguagem. É, pois, a partir dela que esse sujeito lacaniano (dividido, clivado) se estrutura.

A validade do conceito lacaniano de sujeito para a AD está no fato de aquele fornecer a esta uma teoria de sujeito compatível com a sua forma de conceber os textos como produto advindo de um sujeito que se encontra entre o consciente e o não consciente. Essa condição se evidencia na ilusão discursiva desse sujeito afetado por dois esquecimentos: o primeiro, acreditando ser criador do seu próprio discurso, esquecendo-se da sua condição de assujeitado pela formação discursiva em que está inserido. E o segundo diz respeito à escolha do que é dito e o que não é dito, acreditando ter plena consciência do que diz e controle dos sentidos daquilo que enuncia. Ele é, portanto, interpelado pela formação ideológica, pela formação discursiva e pelos esquecimentos 1 e 2, fazendo a língua funcionar

Feitas essas considerações sobre o outro como elemento constitutivo do sujeito, abordamos o conceito de heterogeneidade e as formas sob as quais pode ser apontada a presença do outro. A heterogeneidade “mostrada” e a “constitutiva” são postuladas por Authier-Revuz (1990). Os trabalhos dessa autora incorporam os pressupostos das teorias do inconsciente, segundo as quais o sujeito se apresenta dividido entre o consciente e o inconsciente. É, portanto, um sujeito descentrado, que se define na relação entre o “eu” e o “outro”. Desse modo, afigura-se constitutivamente heterogêneo, como ocorre com o discurso. A própria autora explicita tais postulações:

Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso com produto de interdiscurso ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado apoiar-me-ei na abordagem

do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25).

A heterogeneidade constitutiva, por sua vez, tal como a denominação revela, é constitutiva do discurso. Encontra-se, portanto, sob a forma do interdiscurso, dos esquecimentos 1 e 2, da ideologia, da memória discursiva. A referida heterogeneidade repousa no não consciente do sujeito.

Os analistas do discurso, portanto, recorrem a Authier-Revuz, a fim de recuperarem a noção de historicidade encontrada no conceito de polifonia de Bakhtin. A essa noção de um discurso heterogêneo atravessado pelo outro, o inconsciente, relaciona-se a “teoria do descentramento” do sujeito do enunciado, segundo a qual o sujeito se caracteriza por ser clivado, descentrado e ser efeito de linguagem. Clivado, porque dividido na interação com o outro e agora com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano, concebido como um elemento de subversão causador da cisão do eu (BRANDÃO, 2002); descentrado, por não ser mais o centro, origem e fonte do sentido e; efeito de sentido, porque visto enquanto representação.

O percurso traçado até aqui nos possibilita ver que esse sujeito, submetido a sua natureza inconsciente, é dominado por uma formação discursiva que determina, estabelece previamente os sentidos possíveis do seu discurso. Daí, podemos afirmar que, a partir do lugar do qual fala, o sujeito se constitui enquanto tal.

Conforme dissemos, as formulações referentes às modalidades das tomadas de posição do sujeito e todas as que as precederam são indispensáveis à nossa pesquisa. E assim o são porque o seu foco repousa sobre a constituição dos sujeitos do discurso dos professores, partícipes da formação continuada em serviço já descrita. Para a sua realização faremos uso do dispositivo analítico da AD, por meio de uma descrição sucinta, a seguir.

## 4 A BUSCA PELA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Procederemos à análise da materialidade dos discursos dos referidos sujeitos, atendendo para o seu enunciador, o que foi dito por ele e o modo como o fez. À medida que remetermos o dito na atualidade – o Intradiscurso –, às formulações feitas e já esquecidas – o Interdiscurso – construiremos um objeto discursivo.

Na busca pela produção dos sentidos, Orlandi (2001) sistematiza em etapas a análise discursiva cujo propósito é verificar como o objeto simbólico (o texto) produz efeitos de sentido. Esse percurso compreende o estabelecimento do *corpus* e da pergunta que o organiza até o alcance dos processos discursivos, responsáveis pelo modo como o texto significa.

A primeira etapa consiste na dessuperficialização, na transformação da superfície linguística (o *corpus*, o material bruto, o texto) em objeto discursivo. O objeto de análise passa a ser o discurso, deixa de ser o texto, considerado “um exemplar do discurso” (ORLANDI, 2001, p. 65). Para a construção dos sentidos, é preciso referir esse texto à

exterioridade, à discursividade, reportá-lo ao saber discursivo, ao já dito independentemente. E ao fazê-lo, consideramos que todo dizer se situa na confluência do eixo da memória e da atualidade.

Na segunda, remete-se o discurso a uma ou mais FDs da qual derivam os seus sentidos e relacionam-se as diferentes FDs com a formação ideológica que interpela essas relações. Assim realiza-se o recorte.

A terceira etapa se realiza quando o analista atinge os processos discursivos nos quais os efeitos de sentido foram produzidos. O objeto de análise é o interdiscurso, cuja relação com o intradiscurso propicia ao analista compreender a produção dos sentidos. Logo, tem-se como produto da análise a compreensão dos processos de produção dos sentidos e a constituição dos sujeitos em suas posições.

Duas outras perguntas seguem-se a essa: Como se constitui o sujeito-professor inscrito na formação proposta no Pacto pelo Ensino Médio? Quais as suas formações imaginárias sobre tal formação?

A fim de responder tais questionamentos, demos voz a esses professores por meio de entrevista semiestruturada. As perguntas tratavam sobre os encontros de formação, a sua condução pelos formadores, o comportamento dos professores nessas situações de interação e a sua avaliação sobre a formação em questão. Foram entrevistados, portanto, 20 (vinte) professores de LP de Colégios de diferentes portes, gerenciados pelo NTE 10 (antiga DIREC 15), situado em Juazeiro (BA).

Interessa-nos, inicialmente, apresentar as suas representações sobre essa formação, às quais a AD denomina formações imaginárias ou imagens. Convém considerar que a sua realização se dá nos horários destinados semanalmente às atividades de planejamento das aulas, elaboração e correção de atividades. São chamadas Atividades Complementares (ACs). E a isso destinaremos o tópico seguinte.

## 5 O SUJEITO-PROFESSOR ENTRE O SABER E O DEVER

Há cerca de 15 anos, o Governo da Bahia estabeleceu que as ACs, antes denominadas aulas-atividade, deveriam ocorrer agrupando os professores por área do conhecimento, nos dois turnos de um único dia. Os de Linguagens reúnem-se nas quartas-feiras. Nos seus respectivos dias, os professores devem estar na escola para as atividades já referidas no parágrafo anterior. Foi, portanto, no horário destinado a elas que se introduziu a formação do Pacto.

Importa aqui destacar a ausência de qualquer consulta prévia aos professores ou coordenadores a esse respeito. No entanto, o uso do horário das ACs para os encontros do Pacto está presente nos dizeres desses sujeitos, como um aspecto relevante. Vejamos:

**Informante 4**

Esses encontros aconteciam nas ACs, então, assim ... era problemático, porque a gente usa as ACs para preparar as aulas, aí quando tinham esses encontros, que se eu não me engano era uma vez por mês... Não eram todas as ACs não, porque a gente não...os professores não queriam, porque atrapalhava um pouco, porque apesar de ter um material muito bom, proveitoso, mas terminava atrapalhando, então eu mesmo não abracei muito assim o programa, devido o (sic) horário.

**Informante 8**

A formação foi boa, mas pra mim foi cansativa. [...] É porque o tempo para a formação dedicado era o tempo da AC. E além da formação, nós temos as outras coisas, as outras demandas da escola, que não era possível você se dedicar ao curso, à formação, por causa das ... do trabalho em si, das aulas, porque você não tinha uma redução de (risos), de carga horária, você não era liberado de aulas para realizar o estudo. Então ficou difícil nesse sentido, então muita gente não aproveitou o curso, por causa disso [...] Por que eu vou me dedicar a isso aqui e vou deixar de corrigir minhas atividades, de preparar minhas aulas, de preencher meu diário? Enfim...

**Informante 12**

[...] A gente questionava muito a questão de pegar a aula atividade (AC) (risos)... porque a gente tem tanta coisa pra fazer, a gente era obrigado a fazer o Pacto e deixava de corrigir atividade, deixava de preparar aula, de corrigir prova pra isso.

Nos enunciados dos dois primeiros sujeitos, temos a qualificação dos encontros da formação no uso dos adjetivos “problemático” e “cansativa” respectivamente. Embora o sujeito do informante 8 inicie o seu enunciado com uma apreciação positiva (“foi boa”) sobre a formação, o raciocínio e expectativa produzidos por tal avaliação são interrompidos pelo operador argumentativo “mas”. Ambos, em seguida, por meio do articulador causal “porque”, estabelecem uma relação lógico-semântica entre as qualificações atribuídas ao programa e o motivo da resistência (oposição/rejeição) ao uso das ACs, para a realização desses encontros.

As causas apontadas por eles são verificadas em: “[...] porque a gente não...os professores não queriam, porque atrapalhava um pouco (informante 4); [...] porque você não tinha uma redução de (risos), de carga horária, você não era liberado de aulas para realizar o estudo (informante 8); “[...] A gente questionava muito a questão de pegar a aula atividade (AC) (risos)...porque a gente tem tanta coisa pra fazer[...] (informante 12)”.

Como se pode ver, os sujeitos consideram tal medida prejudicial ao seu planejamento particular. Assim, a imagem da formação, no que diz respeito ao tempo a ela designado, é de inadequação, transtorno, sobrecarga para o planejamento do trabalho cotidiano docente.

O que nos parece mais grave se encontra nos enunciados a seguir, por denunciar a falta de identificação com o processo formativo. Além disso, o uso das ACs pelo programa é apontado como elemento importante, para explicar a resistência (reação negativa) dos sujeitos-professores. Vejamos:

**Informante 4**

“[...] então eu mesmo não abracei muito assim o programa, devido o (sic) horário.”

**Informante 8**

“[...] então muita gente não aproveitou o curso, por causa disso [...] Por que eu vou me dedicar a isso aqui e vou deixar de corrigir minhas atividades, de preparar minhas aulas, de preencher meu diário?”

**Informante 12**

“[...] a gente era obrigado a fazer o Pacto e deixava de corrigir atividade, deixava de preparar aula, de corrigir prova pra isso.

Entendemos ser indispensável que os professores se identifiquem com as teorias e se reconheçam nesses processos formativos, a fim de se constituírem dialogicamente nessa relação. Considerando os enunciados em análise, além das teorias, tal identificação contempla também as condições nas quais essas situações interativas se estabelecem. O uso do tempo das ACs, além de inadequado, é considerado pelos sujeitos como uma das causas de sua dificuldade de interação com a proposta.

Para o informante 4, a pouca interação materializa-se na frase declarativa negativa “não abracei”, cuja forma verbal é intensificada pelo modificador “muito”. Em seguida, vincula o horário (tempo dedicado às ACs) como sua causa, pelo indicador de causalidade “devido”. Já o informante 8, após referir-se ao uso do tempo em questão, e classificar difícil o percurso formativo, desenvolve: “[...] então muita gente não aproveitou o curso, por causa disso”. Assim, estabelece a mesma relação lógico-semântica de causalidade, por meio do articulador “por causa disso”.

O questionamento final no enunciado do informante 8 e a declaração do informante 12 apresentam como excludentes a atividade de formação e aquelas do seu cotidiano escolar. Esse efeito de sentido ocorre com o uso do marcador de pressuposição e indicador de mudança de estado – o verbo deixar. Na fala do informante 8, esse verbo tem como complementos atividades docentes diárias: “[...] deixar de corrigir minhas atividades, de preparar minhas aulas, de preencher meu diário?” Essa forma verbal é, então, colocada em contraste com: “dedicar a isso aqui”. Logo, pressupõe-se que as atividades citadas eram feitas antes da adesão à proposta do Pacto, e já não mais ocorrem como em período anterior ao programa.



Além desses, há outros elementos linguísticos os quais apontam para as formações imaginárias desses sujeitos sobre a formação – o emprego dos pronomes possessivos. Eles são utilizados como determinantes dos elementos próprios do seu fazer docente nos sintagmas: “meus diários”, “minhas atividades”, “minhas aulas”. Com o uso dos possessivos, os sujeitos apontam para um vínculo de apropriação, compromisso com essas tarefas.

No entanto, na progressão referencial do enunciado, para retomar os encontros de formação, a informante 8 recorre ao termo referencial “isso”. O emprego desse pronome neutro é geralmente utilizado para referir-se a qualquer elemento não especificado, situado mais próximo do enunciatário que do enunciador. Desse modo, quando o citado pronome demonstrativo é colocado numa situação de contrapartida com as atividades docentes, conforme analisamos, tem-se o efeito de distanciamento do enunciador em relação à atividade formativa.

Assim, produz-se o efeito de minimização da formação do Pacto. E, se atentarmos para as condições de produção nas quais ocorre a enunciação, verificamos até mesmo hostilidade, uma vez que já se verificou o efeito de sentido de resistência, rejeição: “[...] porque a gente não...os professores não queriam, [...]” (informante 4); “[...]que não era possível você se dedicar ao curso [...]” (informante 8).

Já nos enunciados do informante 12, o efeito de sentido de resistência às condições de realização dos encontros, materializa-se na forma verbal “questionava”, seguida do modificador “muito”. Com esse advérbio intensifica-se a ação de inquirir sobre tal imposição. O teor impositivo atribuído pelo sujeito se confirma na forma passiva analítica “era obrigado”. De modo semelhante ao que ocorre com os informantes 4 e 8, observa-se uma relação conflituosa desse sujeito-professor com a formação proposta.

Nos dizeres dos três sujeitos tem-se a perspectiva daquilo que enunciam, a sua tomada de posição. Eles assumem uma contraposição a um aspecto da formação relativo ao tempo a ela dedicado. Isso ocorre, por tratar-se do horário regularmente destinado ao planejamento das aulas, conforme as suas necessidades particulares. Constituem-se, desse modo, maus-sujeitos, segundo a classificação Pecheutiana.

Feitas tais análises, deparamo-nos com o efeito de sentido de deslocamento ou deslizamento da palavra Pacto, uma vez que ela sugere uma convocação pactuada, caracterizada por decisões acordadas, discutidas. Isso implica escuta, posicionamento e contemplação de interesses das partes envolvidas. Assim, entendemos serem constitutivas dessa relação a resistência e a ausência de identificação.

Ao tratarmos sobre resistência, é inevitável a remissão a Foucault (1995, p. 244-248), para quem “não há relação de poder sem resistência”, e “toda a relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta”.

A esse respeito, Pêcheux (1975, p. 304) partilha do pensamento de Foucault, ao declarar: “[...] Não há dominação sem resistência [...] é preciso ‘ousar se revoltar’ [...] é preciso ousar pensar por si mesmo”. Em seu texto intitulado *O sujeito e o poder*, o filósofo afirma existirem três tipos de lutas: 1. contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); 2. contra as formas de exploração que separam os indivíduos do que eles produzem; e

3. contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Esse terceiro tipo parece-nos ser aquele em que se encaixaria a luta a ser travada pelos sujeitos professores e professoras submetidos à formação do Pacto, em condições que desfavorecem o exercício do seu trabalho. Esse sujeito da nossa pesquisa encontra-se dividido, inserido em práticas de resistência. Dadas as características, temos uma relação poder-saber que se articula no discurso, definida por esse mesmo autor como:

[...] um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, espora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe. Delimita e permite barrá-lo. (FOUCAULT, 1988, p. 96).

São, portanto, muitas as configurações do discurso em meio a tamanha complexidade e instabilidade da relação poder-saber.

## CONSIDERAÇÕES (SEMI)FINAIS

O percurso empreendido até aqui nos permitiu situar o sujeito-professora numa relação de poder-saber de acentuada complexidade cujo discurso se apresenta como instrumento de poder, de resistência, capaz de estabelecer limites à ação do outro. São sujeitos que assumem um lugar de contraposição a um discurso formador a eles imposto.

Tal relação se insere, portanto, num projeto muito maior, nutrido pela ideologia neoliberal, que afeta diretamente as relações de trabalho imbricadas nos processos formativos dos professores e professoras. E se a feminização da docência é um fato, convém tratar tais relações de poder na perspectiva de gênero. Os sujeitos discursivos desse estudo são professores que não se reconhecem numa atividade formativa que lhes subtrai o tempo destinado ao planejamento e produção da sua atividade por eles definidos.

Tem-se do outro lado o discurso formador, enunciado pelo Pacto (MEC), que funciona como uma verdade coletiva, acolhido pela sociedade que o faz circular como verdadeiro. Desse modo, é inevitável verificar que todo discurso está ligado a efeitos de poder, os quais constituem uma “política de verdade”, em cada sociedade.

Os efeitos de sentido de resistência produzidos no discurso desses sujeitos denunciam a sua não identificação com o processo formativo vivenciado. E eles vão além disso, quando ao enunciar de um lugar de resistência, anunciam a sua resposta negativa à domesticação subjacente a tais programas. O poder público, por sua vez, ao elaborar tais programas para os docentes, fazem-no sem antes promover a sua escuta, alijando-os dos processos relativos a sua própria formação profissional. Certamente, há muito o que construir entre adesões e resistências, no exercício da docência pública e da sua qualificação.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria V. B. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2016.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *In*: ORLANDI, E.P.; GERALDI, J.W. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas: UNICAMP/ IEL, n. 19, jul./dez. 1990.
- BRANDÃO, Maria Helena. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio: Etapa II - Caderno IV: Linguagens**. Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2014.
- BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação – Algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 64, p. 04-13, 1988.
- CATANI, Denice. et al. História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação. *In*: CATANI, Denice *et al.* (org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CORACINI, Maria. José (org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- COSTA, Aurea; FERNANDES NETO, Edgar; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sandermann, 2009.
- ENGUITA, Mariano Fernández. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: Pannonica, n. 4. p. 41-61, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- GERALDI, Corina; GERALDI, José Wanderley. **A domesticação dos agentes educativos: há alguma luz no fim do túnel?** Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/18867/11239](http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/18867/11239). Acesso em: 03 out. 2014.

HYPOLITO, Álvaro. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. **Teoria e educação**, n. 4, p. 02-21, julho 1991

LOURO, Guacira. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. *In*: CATANI, D. *et al.* (org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. *In*: ORLANDI, Eni. (org.). **Gestos de leitura**. Campinas, São Paulo: Pontes - Editora da UNICAMP, 1997. p. 15-25.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). *In*: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PEREIRA, L. **O magistério primário numa sociedade de classes**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1969.

# GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUSSÃO SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E ANTIRRACISTA A PARTIR DA ENTREVISTA COM PROFA. DRA. MÁRCIA DOS SANTOS MACEDO (UFBA)<sup>1</sup>

Anna Christina Freire Barbosa<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0001-5307-0828>

Heloisa de Sousa<sup>3</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-6522-1360>



A entrevista realizada em novembro/2021 com a Profa. Dra. Márcia dos Santos Macedo seguiu perguntas sobre Gênero e Sexualidade, de modo a buscar registrar sua ampla experiência nessa temática, o que fica claramente evidenciado em sua introdução, em que ela faz um retrospecto de sua experiência profissional na UFBA. No decorrer da entrevista – que foi gravada e depois transcrita –, muitas vezes, Márcia já adaptava a nossa questão ao que ela pretendia responder, ou seja, interligando a sua experiência profissional nesse campo. Suas respostas estão relacionadas às questões que nós da Cronos a ela formulamos, e respondidas com base na experiência coletiva da UFBA.

**Márcia dos Santos Macedo:** Pensei em iniciar me situando em termos da minha área de formação (como socióloga) e da minha inserção profissional (o NEIM). Eu brinco e digo que tenho “dupla personalidade” porque fiz Serviço Social e, no processo dessa graduação, me apaixonei pelas Ciências Sociais e, então, fiz graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais. Mas, desde a graduação eu me encontrei com os Estudos de Gênero e com o Feminismo, mais especificamente com o NEIM, ou melhor, com o *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher*, da Universidade Federal da Bahia. O NEIM foi fundado em 1983 e cheguei por lá em 1992, ainda na graduação e, então, estou caminhando para 30 anos de NEIM. Agora estou pronta para as perguntas.

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), licenciada em Ciências Sociais, bacharel em Sociologia, mestre e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, coordenadora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBA). Leciona disciplinas de Introdução aos Estudos de Gênero, Teorias Feministas, Gênero e Geração e Pedagogias Feministas. <https://orcid.org/0000-0001-7892-9918>. E-mail: [mismacedo@ufba.br](mailto:mismacedo@ufba.br), <https://orcid.org/0000-0002-4860-5661>.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia/FACAPE. Líder do grupo de pesquisa Direito e Sociedade. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [acbarbosa@uneb.br](mailto:acbarbosa@uneb.br).

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq, Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. E-mail: [heloisadesousa@hotmail.com](mailto:heloisadesousa@hotmail.com).

**Cronos:** Pergunta 1 - *Como alguém das Ciências Sociais, que tem trabalhado dentro da questão de gênero e feminismo, vê essa questão dos temas relacionados a gênero, alteridade e desigualdades sociais e raciais? Como você vê dentro do dia a dia do trabalho as interconexões entre patriarcado e racismo estrutural?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Vou começar falando como alguém que pertence a um coletivo, pois gosto sempre de pensar a minha história e a minha inserção institucional como produto disso. Particularmente, essa minha posicionalidade acadêmica tem a ver exatamente com o fato de eu ser parte de um coletivo feminista que se posicionou como um coletivo acadêmico feminista. Passei a ser membro do NEIM ainda como estudante de iniciação científica. Fui aluna da professora Alda Britto da Motta – uma das fundadoras do NEIM, socióloga brilhante e a quem devo muito da minha formação profissional – em 1992, em um curso monográfico que se chamava “Teoria Sociológica e realidade social” em que ela trabalhava com “a questão da mulher” a partir da leitura dos Clássicos das Ciências Sociais até autores/as contemporâneos/as. Foi uma experiência muito iluminadora e um grande divisor de águas para mim, despertando a minha paixão pelas questões de gênero. Então, é como integrante do NEIM e, hoje, como pesquisadora permanente, que sinto que grande parte do que tenho a dizer ganha significado exatamente a partir desse pertencimento. Penso que, sozinha, sou apenas uma professora que assume cargos e tarefas institucionais e que não tem um grande destaque enquanto pesquisadora, a não ser como membro dessa coletividade. O NEIM é o terceiro núcleo feminista criado no país e, talvez, um dos que mais tenha insistido, digamos assim, no investimento em sua institucionalização. O NEIM foi criado a partir do Mestrado em Ciências Sociais, da FFCH/UFBA, quando, um grupo de mulheres docentes de áreas Sociologia, Antropologia e Ciência Política se encontra e decide criar esse núcleo e a partir daí, vai incorporar professoras/pesquisadoras de outros departamentos como Letras, Enfermagem, Música, Biologia, Educação, Serviço Social e docentes/pesquisadoras de outras universidades como pesquisadoras associadas. Uma das questões importantes a destacar é que o NEIM surge em uma época em que ainda não se falava em estudos de gênero – pelo menos não com essa força – e o Núcleo acabou insistindo em manter o nome “Estudos sobre a Mulher”, embora, depois, vá fazer uma série de problematizações, inclusive a questão do plural “mulheres” e, no contexto das teorias feministas, a ênfase no debate da “questão de gênero”, mas nisso tudo, sempre foi fundamental a fidelidade a um ideário feminista. Nessa trajetória, o NEIM buscou insistentemente trabalhar essa questão do “tripé” ensino/pesquisa/extensão, ofertando cursos de extensão e realizando pesquisa e parte da experiência de ensino vindo da oferta, pelas docentes, de várias disciplinas de graduação e pós-graduação, além de cursos diversos sobre teorias feministas. Foi assim que, no início dos anos 2000, o NEIM oferece um curso de Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional – uma experiência em parceria com a REDOR, uma Rede de Núcleos Feministas de várias Universidades Federais do Norte e Nordeste – e, através do financiamento da Fundação Ford, conseguiu disponibilizar bolsas de estudo para pessoas de vários estados

do Norte e Nordeste para a realização de pesquisas na área dos estudos de gênero e feminismo. Essa talvez tenha sido, digamos assim, a semente que vai fazer com que, em 2005, o NEIM proponha para a CAPES a criação do primeiro Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, e acaba, muito oportunamente, dando o nome de PPGNEIM. Vale destacar que nosso programa já nasceu como Mestrado e Doutorado e ainda permanece como o único Programa de Pós-graduação no Brasil na área dos Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismos visto que, em algumas universidades, existem programas que têm uma linha de pesquisa nessa área – como é o caso do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Um outro momento importante nessa trajetória aconteceu em 2008, com a proposição, pelo Governo Federal, do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, o REUNI. Com o apoio do Departamento de Ciência Política, o NEIM vai propor para a UFBA uma graduação na área de Gênero e Diversidade e que, obtendo aprovação, tem sua primeira turma em 2009 e se torna o primeiro Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade no país. Trata-se de um bacharelado de progressão linear e que fez, pela primeira vez, na universidade brasileira, um concurso público para docente em Teorias Feministas – e que eu tive a felicidade de ser aprovada! É um curso noturno com duração de quatro anos e que visa formar profissionais para a proposição e gestão de políticas de equidade. O curso, a princípio, começa vinculado ao Departamento de Ciência Política e, em 2015, passa a ter o seu próprio departamento com a aprovação, pela UFBA, da criação do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, do qual, atualmente, eu assumo a chefia no biênio 2021-2023. É importante dizer que nem todas as pessoas que estão no Departamento são pesquisadoras do NEIM, pois existem outros núcleos no campo dos estudos de gênero e diversidade na UFBA. Para concluir essa trajetória, gostaria de salientar que o próprio NEIM cresceu muito e se tornou muito mais plural. Hoje somos mais de 30 pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento e, com isso, ficou muito difícil manter o NEIM como um grupo unificado dentro do diretório do CNPq. Assim, acabamos criando, a partir das linhas de pesquisa do NEIM, novos grupos de pesquisa. É daí que vem minha ligação ao grupo GAD – Gênero, Alteridades e Desigualdades e que tem hoje duas linhas de pesquisa: uma que trabalha com a questão das “Interseccionalidades, Modos de Vida e Processos de Subjetivação” – que é a linha a qual estou vinculada – e a segunda que se chama “Gênero, Gerações e Sociabilidades” – essa é a linha através da qual, historicamente, a profa. Alda Britto da Motta vem trabalhando o estudo das gerações. Então, realmente finalizando agora: eu fiz todo esse esforço de situar a minha fala por achar importante dizer o lugar “desde onde” são produzidas as reflexões que faço nessa conversa com vocês – realmente acho que tudo que eu penso tem a ver com essa trajetória, isto é, a forma como nos construímos enquanto um coletivo, bem como as escolhas teóricas e políticas que vamos fazendo nesse contexto.

**Cronos:** Pergunta 2 - *Márcia, você estava falando que foi criado o mestrado e o doutorado ao mesmo tempo. Isso é uma coisa rara. Acho que isso aí já vem de toda uma força e reconhecimento que vocês já tinham criado antes e que vocês tiveram ali naquele momento, não?*

**Márcia dos Santos Macedo:** O fato de sermos um grupo interdisciplinar, isso traz uma força. Diria que parte dessas companheiras, “que já estavam na estrada”, já eram pessoas com uma trajetória dentro dos seus respectivos campos. Isso possibilitou a proposta de um programa interdisciplinar, mas que tinha pessoas com experiência consolidada nas suas áreas e, ao mesmo tempo, abertas ao diálogo. Então, o projeto pedagógico do programa pode contar com docentes doutoras há algum tempo – pois na década de 1990 todas/os foram pressionadas/os a fazerem os seus doutorados – e com uma trajetória consolidada nos seus respectivos programas de pós-graduação e, inclusive, com experiência de orientação em nível de doutorado e, pelo menos, cinco das proponentes já eram professoras do Doutorado em Ciências Sociais. Um outro fator importante era o fato de que, naquele momento, a pós-graduação e o campo dos estudos interdisciplinares também se ampliavam no país. E acredito que havia um argumento muito importante: o fato de não existir nenhum doutorado, naquele momento, na América Latina, no campo dos Estudos de Gênero, pelo menos especificamente em Gênero e Feminismo não havia. Mas nem tudo foi tão simples assim: tivemos algumas grandes personalidades, inclusive dentro da CAPES, dizendo que isso era um modismo e logo ia passar. Felizmente não passou.

**Cronos:** Pergunta 3 - *Como é a relação do PPGNEIM, que tem em sua maioria mulheres, com os outros Programas de Pós-graduação e com a Universidade?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Primeiro, acredito que o fato de o NEIM ser um grupo tão antigo na UFBA – a gente vai fazer 40 anos! – cria, dentro da Universidade, eu diria que uma certa pressão por mais aceitação. Se somos tão longevas creio que é porque a gente tem conseguido lidar bem com a adversidade. Não gosto de trabalhar com essa ideia de culto à personalidade, mas acho que uma outra questão é que nós tivemos a felicidade de termos mulheres muito aguerridas do ponto de vista da proposição e do enfrentamento. Para além de um grupo de pesquisa, o NEIM sempre teve muita disposição para trabalhar de uma forma que articulava bem ensino, pesquisa e extensão. Então, nesse processo, desenvolveu inúmeros projetos, inclusive projetos de extensão de assessoria a organizações da sociedade civil e estatais, também na área de desenvolvimento rural, inserindo a questão de gênero em projetos rurais, pesquisa com sindicatos e associações de mulheres. O NEIM aceitou desafios como, por exemplo, com a Câmara de Deputados – fizemos uma capacitação para técnicos e técnicas do Legislativo –, trabalhamos nas Conferências de Políticas para Mulheres, inclusive aqui na Bahia assumimos a elaboração do texto dos Planos Estaduais de Políticas para Mulheres I e II, demos assessoria em determinados momentos à Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM/PR, o NEIM tem assento a várias



gestões no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia. Na década de 1990, uma das nossas colegas foi Secretária Executiva do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, ainda naquela primeira formação antes da Criação da SPM e da SEPIR. Todo esse envolvimento evidenciava uma postura, também internamente dentro da UFBA, de valorização da ocupação de espaços pelas mulheres. Então, penso que essa iniciativa acabava, digamos assim, senão eliminando a resistência, mas pelo menos evidenciando uma proatividade que dava mais trabalho para a recusa de determinadas propostas que vinham do NEIM. Então, quando a proposta do programa de pós-graduação foi apresentada, ela estava “alicerçada” por toda essa atuação, inclusive do ponto de vista do impacto regional daquele grupo, não apenas dentro da Universidade. Além disso, mesmo com a aprovação da pós-graduação, o Núcleo continuava desenvolvendo um trabalho de extensão intenso, inclusive participando de processos formativos oferecidos através de editais do MEC/SECADI – como o GDE/Gênero e Diversidade na Escola e o GPP- GER/Gestão de Políticas Públicas, Gênero e Raça –, quando, durante vários anos, percorremos diversas regiões da Bahia ofertando centenas de vagas de cursos de aperfeiçoamento e especialização. Vale a pena destacar ainda que, em 2007, o NEIM ganhou uma concorrência junto ao DFID (*Department for International Development*), do Governo Britânico. Tratava-se de um consórcio de 13 países – Paquistão, Índia, Bangladesh, Serra Leoa, Gana, Egito, entre outros – e o NEIM representava o Brasil nesse projeto chamado “Pathways” ou Trilhas do Empoderamento das Mulheres, visando a construção de uma rede de pesquisa para influenciar a construção de políticas para favorecer a equidade de gênero nesses países. Então, creio que esse lastro de atuação “aparou” um pouco as resistências às propostas apresentadas pelo NEIM – obviamente que houve alguma oposição e ainda hoje há quem conteste a cientificidade dos estudos feministas. Um exemplo disso é o questionamento da validade acadêmica de uma graduação em gênero, pois a ideia de gênero como uma área de atuação transversal acaba, em alguns momentos, dando argumentos para a tese de que não haveria um espaço de formação específica em gênero por se tratar de um tema que deveria estar em todas as formações. Trata-se de uma premissa falaciosa, pois a defesa da transversalidade pressupõe, estrategicamente, um ponto focal inicial de onde essa proposta da transversalidade possa acontecer, isto é, um curso, um departamento que seja o ponto de irradiação desse debate e que possa oferecer disciplinas para outros cursos da Universidade. Para nós, a proposição de uma graduação foi fundamental, inclusive porque permitiu nossa ampliação e, de certa forma – sempre brinco dizendo que *somos feministas que tivemos êxito na reprodução em cativeiro* – uma renovação inclusive geracional. Hoje temos colegas com idades de 37 até 90 anos. Uma das pesquisadoras, autoras do projeto original do NEIM, tem 90 anos e continua lecionando e realizando pesquisa em plena sintonia com o tempo social – inclusive é bolsista de produtividade do CNPq. Então, minha hipótese é de que parte do êxito de ter conseguido vencer a resistência no nosso entorno decorre dessa atitude sempre propositiva do Núcleo. Obviamente que há outros fatores, porque senão fica parecendo que nós temos uma realidade especial e uma história diferenciada dos outros... Penso que temos um

conjunto de circunstâncias que nos favoreceu e, nesse sentido, também tivemos a oportunidade de ter eleições livres na Universidade e reitorias com comprometimento com as questões dos direitos humanos e alguma capacidade de diálogo. Durante algum tempo, inclusive, o NEIM foi um órgão suplementar da Universidade Federal, o que representava ter assento na Congregação da Faculdade, cargo de direção (com função gratificada), um/a funcionário/a e um pequeno recurso orçamentário. Posteriormente, perde-se esse estatuto jurídico e essas prerrogativas e o NEIM, compulsoriamente, se torna um órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ainda assim, o Núcleo continua buscando projetos para sua autossustentação e a universidade tem mantido um certo compromisso com o nosso funcionamento enquanto estrutura física: temos um prédio próprio com salas e equipamento para as pesquisadoras, uma portaria com vigilância, manutenção das instalações e assento na Congregação da FFCH.

**Cronos:** Pergunta 4 - *O fato de vocês terem uma graduação, e depois mestrado e doutorado, você considera que houve aí um aprofundamento maior? O que vocês fazem na graduação, é o que vocês teriam feito anteriormente no mestrado?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Foi o inverso. Primeiro surgiu o mestrado e o doutorado.

**Cronos:** Cont. Pergunta 4 - *Sim, mas eu estou dizendo agora, atualmente?!*

**Márcia dos Santos Macedo:** Gostaria de iniciar pontuando uma questão: hoje, a graduação, o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade se tornou, eu não diria maior, mas independente do NEIM – embora faça parte da história do Núcleo e vice-versa, já que foi proposto pelo NEIM através do Departamento de Ciência Política. Agora, primeiro veio o desafio de criar uma pós-graduação que visava formar pessoal capacitado não apenas para a atuação na Universidade, mas para a atuar na sociedade. Isso é muito importante, inclusive, quando a gente refletia, para fazer os relatórios para a Capes, sobre a necessidade de avaliar o impacto social da formação desses recursos humanos qualificados nesse campo do conhecimento. Acho que propor um curso de graduação nos permitiu dar uma ênfase ainda maior do ponto de vista dessa dimensão instrumentalizadora para a intervenção social – e não apenas para a formação de pesquisadores/as. Sempre tivemos uma preocupação em não dissociar a capacitação em pesquisa da formação voltada para uma intervenção comprometida com a transformação da sociedade. Nessa perspectiva, o/a graduando/a tem uma formação pensada para uma inserção propositiva em termos de políticas estatais e de projetos para atuação em organizações da sociedade civil – por isso um Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade com concentração na área de políticas públicas. Obviamente que essa formação está embasada em uma leitura crítica e interseccional da realidade social, na questão da instrumentalização para a pesquisa

e para a intervenção social. O curso exige a realização de estágio e a construção de uma monografia como trabalho de conclusão de curso. É muito importante permitir ao/à discente a experiência de conhecer a atuação de instituições que trabalhem nas áreas de gênero e diversidade e direitos humanos em geral – como Ministério Público, Secretarias de Políticas para Mulheres ou de Equidade Racial, Defensoria Pública, Centros de Referência LGBTQIA+, Secretarias de Educação, organismos de combate à violência contra a mulher, ONGs, entre outras.

**Cronos:** Pergunta 5 - *E qual o perfil das pessoas que se inscrevem para o curso?*

**Márcia dos Santos Macedo:** É um curso noturno, o que significa que ele é procurado, prioritariamente, por trabalhadoras/es, em sua grande maioria. Parte dessas pessoas possui uma trajetória ou alguma forma de militância com a luta feminista, combate ao racismo, ação sindical e luta LGBTQIA+. Assim, tem uma predominância de pessoas negras e, principalmente, de mulheres negras de diversas faixas etárias, mas também há homens e população LGBTQIA+, inclusive algumas pessoas não binárias e pessoas trans. Já tínhamos uma certa demanda por parte de pessoas oriundas de outros estados, mas com a pandemia e o ensino remoto essa busca cresceu, afinal, somos a única graduação nesta área no país. O fim da pandemia coloca para nós uma questão sobre como essas pessoas de outros estados seguirão no curso quando voltarmos ao presencial. Mas, a grande maioria é de pessoas da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador e que possuem uma certa trajetória com os ativismos.

**Cronos:** Pergunta 6 - *Como, a partir dessa participação profissional, você reconhece que na origem dos problemas relacionados à essa temática estariam o patriarcado e o racismo estrutural? Dentro dessa sua trajetória no NEIM e graduação e pós-graduações que você participa, como você caracterizaria, considerando que a maioria que você descreveu dos alunos seriam negros?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Essa é uma realidade mais evidente na graduação desde o seu início em 2009. Na pós-graduação, essa composição tem se alterado mais nos últimos anos e tem crescido muito o número de mulheres negras no mestrado e no doutorado – inclusive, desde 2019, já temos cotas para estudantes negras/os e também LGBTQIA+, aldeados e quilombolas. Essa demanda crescente, para mim, consolida nosso esforço para nos constituirmos enquanto um espaço de formação não apenas feminista, mas também antirracista. Nesse sentido, o PPGNEIM e o Bacharelado em Gênero e Diversidade, possuem uma expertise dentro da temática dos estudos feministas que, historicamente, optou por tomar como foco a compreensão e a denúncia da questão da ordem patriarcal de gênero. Escolhi um termo que a Heleieth Saffioti usa, “ordem patriarcal de gênero”,

porque ele permite fazer essa denúncia acerca de como todas as estruturas da nossa sociedade, desde a máquina capitalista até o Estado, estão impregnadas disso que ela vai chamar de ideologia do sistema patriarcal. Confesso que me sinto mais confortável com essa opção ao invés de usar o termo patriarcado – pura e simplesmente. Como docente da área das teorias feministas, acho importante falar um pouco sobre a necessidade de problematizar o uso de alguns conceitos como o de patriarcado ou mesmo questionar essa hegemonia quase absoluta do conceito de gênero. Como professora de Teorias Feministas na Graduação e no PPGNEIM, vivencio os dois lados: o de quem está chegando na discussão e o de quem já consolidou a discussão a ponto de automatizar alguns conceitos. Então, considero importante primeiro destacar que gênero não é um conceito inocente, pois não é um termo que por si só explique/desnude a engrenagem capitalista, sexista e racista desta sociedade. Por isso acho importante associar o conceito de gênero ao conceito de patriarcado – é uma perspectiva que precisa ser valorizada – exatamente porque Saffioti tem uma ideia de que o simples uso da categoria gênero não ataca o coração da engrenagem da exploração e da dominação. Em certo sentido, gênero seria um conceito muito mais neutro – até porque é possível pensar em uma sociedade que tem gênero, mas não uma ordem de gênero patriarcal, como ela vai qualificar em vários momentos de sua obra. Então, penso que, como alguém que trabalha com teorias feministas, preciso reconhecer o mérito crítico dos estudos feministas, em especial do feminismo radical dos anos 1970, com as teorias do patriarcado e, mais adiante, também tenho uma grande simpatia com relação à forma como o feminismo materialista fez avançar essa discussão. Eu brinco e sempre e digo assim: se “me apertam muito numa esquina” – naquela situação limite – digo “sim, sou feminista materialista!”, embora haja algumas tensões nessa relação, como em relação à resistência da maioria ao uso do conceito de gênero... Acho que o feminismo materialista foi muito feliz ao explicitar como se produz a dominação/apropriação das mulheres enquanto classe de sexo. Por outro lado, gosto muito da posição da Heleieth Saffioti quando ela defende que não é preciso desistir da categoria gênero e nem de patriarcado porque ambos persistem com uma utilidade teórica e política. Gênero é um conceito mais amplo que patriarcado, permitindo entender que a gente pode viver diferentes ordens de gênero em diferentes momentos da história, inclusive essa ordem de gênero patriarcal que a gente vive hoje – aí fica evidente a utilidade do conceito de patriarcado para qualificar/denunciar essa ordem de gênero que precisa ser superada. Voltando à questão do patriarcado e racismo estrutural na atual sociedade capitalista, a agudização das desigualdades neste momento histórico mostra a pertinência de pensarmos na ideia da simbiose ou ainda do “nó”, isto é, das imbricações das relações entre capitalismo, racismo e patriarcado. Precisamos entender como é estruturante para a sociedade capitalista a persistência das desigualdades de raça e de gênero e vice-versa. Mas, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer – e aqui expresso um momento de autocrítica em relação à nossa trajetória no NEIM –, que parte dessa trajetória (e da minha própria trajetória) manteve a centralidade no debate gênero e classe e apenas recentemente tem enxergado a questão do racismo estrutural. É evidente que estamos falando da posicionalidade do

feminismo hegemônico em face à discussão do racismo e o simples fato de se poder “escolher” que oprimido priorizar já é por si só resultado de privilégios. Então, importa reconhecer que boa parte dessas feministas, inclusive desse núcleo do qual eu sou parte, acaba se tratando, majoritariamente, de um grupo composto por mulheres brancas, cis, heterossexuais e de classe média. E, no meu caso, embora não possa ser considerada uma mulher branca, sei que não sou racializada da mesma forma que uma mulher preta, então, por estar na classificação do IBGE como uma mulher “parda” sei que usufruí de uma possibilidade que só tardiamente me levou a me preocupar com as interseções entre gênero, raça e classe e a descobrir o feminismo negro. Assim, na minha dissertação de mestrado, defendida em 1999, e ainda sem o conceito de interseccionalidade, é quando começo a trabalhar com essa ideia das interconexões de gênero, raça, classe e geração. Tive a felicidade de ter a socióloga e intelectual negra Luiza Bairros na minha banca de mestrado e foi fundamental porque ela me sacudi em relação à questão do racismo que, no meu trabalho, ainda se apresentava como questão de fundo, sem a centralidade necessária.<sup>4</sup> Voltando mais uma vez a sua pergunta: “o que o contato com essas estudantes negras, com esses estudantes negros vai trazer para vocês?” Esses/Essas estudantes vão trazer a constatação e confronto de que nós não tínhamos enegrecido esse currículo e que nós não tínhamos problematizado as nossas referências em termos do racismo estrutural. Quando o curso de pós-graduação foi criado em 2005, já havia uma disciplina que se chamava “Dinâmicas de Gênero, Raça e Classe” – que existe até hoje – e que tinha esse papel de pensar as interseccionalidades, sem necessariamente dar esse nome. Desde os anos 1990 vários/as autores/as já vinham problematizando essa ideia da interconexão de marcadores sociais, mas, frequentemente, priorizando uma dupla – gênero e classe, gênero e geração, gênero e sexualidade –, mas, o que vai acontecer a partir daí: a entrada de estudantes negras na graduação e, mais tarde, também na pós-graduação, vai trazer uma contestação da insuficiência do nosso currículo em termos daquilo que nós chamamos de Diversidade. Enfim, era uma Graduação em Gênero com algumas “pitadas” de Diversidade! Então, foi preciso fazer uma autocrítica e repensar isso. Desde os semestres iniciais, o curso tinha uma única disciplina (no terceiro semestre) para discutir racismo – que se chamava “Gênero e Relações Raciais” – e, por fim, a nossa constatação: no estado brasileiro com maior contingente de população negra, não tínhamos sequer uma disciplina de introdução ao debate sobre raça, racismo e antirracismo e, assim, passamos a ministrar esse componente,

<sup>4</sup> Nesse trabalho, discuto a falsa homogeneidade criada em torno do rótulo mulheres chefes de família exatamente por não se problematizar as imbricações de gênero, raça, classe e geração e em como elas produzem oportunidades e constrangimentos que levam a diferentes experiências e trajetórias. No doutorado, dou continuidade a essa pesquisa, contestando a ideia simplista de feminização da pobreza das chefes de família, pois, na visão corrente, o fato de se tornarem chefes de família gerava mais empobrecimento e, assim, se culpabilizava as mulheres por não conseguirem cuidar de suas famílias. Os achados da pesquisa mostram que se tornar chefe de família, para as mulheres, muitas vezes é um indicativo de melhoria das condições de vida. Inclusive, se questiona a idealização da figura masculina e o mito do alto investimento da renda dos homens nos domicílios – algumas famílias, ao perderem a renda masculina, melhoraram a qualidade de vida pela melhor distribuição dos recursos que permanecem, e não necessariamente pelo montante de renda do núcleo duplo, inclusive porque, parte dela, muitas vezes, não era dirigida ao grupo doméstico. Enfim, pensar gênero, raça, classe e geração, como categorias de análise e numa perspectiva interseccional teve um papel iluminador no meu olhar enquanto mulher racializada e pesquisadora feminista.

posteriormente, ainda na graduação, passamos a oferecer uma terceira disciplina, intitulada “Pensamento do Feminismo Negro”. Logo em seguida, essa disciplina passará a ser oferecida na Pós-graduação e, posteriormente, passará a ser ministrada com o nome de “Feminismos Negros Decoloniais”. Para além dessa questão curricular na graduação e na pós-graduação, as/os estudantes negros questionavam o número reduzido de docentes negros/as na pós-graduação e também no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade. Com a realização de novos concursos e transferência de docentes, tivemos a entrada de mulheres negras como professoras na graduação e na pós-graduação – mulheres que se assumem como mulheres negras e com um forte protagonismo na questão racial. Vale destacar a realização do primeiro concurso para Gênero e Relações Raciais em 2015, foi importantíssimo! Assim, hoje temos três professoras que trabalham com questões de gênero e raça, tivemos estudantes nossos da pós-graduação que são ativistas negras e que deram aulas como docentes substitutos/as e que se preparam para ocupar espaço como docentes e pesquisadoras nessa área. Por fim, merece ainda um breve comentário, a decisão do NEIM, em 2020, em começar um grupo de estudos sobre raça e antirracismo e um outro dado importante, a questão da ampliação do número de mulheres negras como pesquisadoras permanentes e associadas que já se mostra dando os primeiros resultados, após se tornar objeto de discussão e ação em anos recentes.

**Cronos:** Pergunta 7 - *Teoricamente, você acha que o conceito de interseccionalidade, porque é um conceito que você, inclusive, assume nas suas disciplinas, ele realmente está na base dessa discussão?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Primeiro, é preciso assumir que essa postura tem que ser consenso entre as feministas, temos que reconhecer a importância estratégica de pensar o feminismo articulado ao enfrentamento do racismo estrutural. Não dá mais, para quem se diz feminista falar: “ah, é importante, mas...”. Essa postura – de privilegiar exclusivamente o debate de gênero – tem reforçado o que as mulheres negras têm chamado de epistemídio, isto é, um apagamento estrutural dos conhecimentos produzidos por sujeitos que estão distantes do referente homem-branco-cristão-cisgênero-europeu-ocidentalizado. Então, temos que reconhecer que as teorias consideradas “diversas” vinham sendo negadas e subutilizadas ou, às vezes, – como nos lembra Audre Lorde – se colocava uma “pitada” dela inserindo a fala de uma mulher negra em um evento, um texto de uma intelectual negra em um curso, mas raramente se assumiu sua importância. Então, vocês perguntam: **Como a interseccionalidade ajudou a pensar a desigualdade sob a perspectiva de gênero e qual a importância do conceito para o avanço dos estudos feministas?** Acho que já começo a responder nessa introdução ao defender que devemos ao feminismo negro a noção de interseccionalidades exatamente porque as mulheres negras precisaram explicitar que havia limites no conceito de gênero tomado de per se. Mais que propor um conceito, a interseccionalidade se mostra extremamente útil como um ângulo

crítico de compreensão de realidade. Por isso, é importante que seja entendida como lentes analíticas que vão trazer uma radicalização da noção que as Ciências Sociais traziam em termos de “dimensões da existência” ou “marcadores da vida social” que se interconectam. A perspectiva das interseccionalidades vai radicalizar essa perspectiva, mostrando que esses marcadores ganham significado a partir do entendimento dos sistemas de opressão e de que eles operam de forma profundamente articulada. Nesse sentido, é que, paradoxalmente, o conceito de gênero perde parte de sua força explicativa quanto mais seja tratado de forma dissociada de outros marcadores. Ao contrário, vejo o debate de gênero ganhando monumental importância à luz das interfaces com outros sistemas de opressão, por ter sua dimensão heurística ampliada pela possibilidade de compreender uma gama crescente de relações mutuamente constituídas também pela classe, raça, sexualidade, geração e por aí vai. Óbvio que a necessidade de compreender as teorias de gênero persiste. Por exemplo, como deixar de lembrar a importância da Joan Scott ao apresentar a ideia de gênero como uma das primeiras “formas” de dar significado às relações de poder no Ocidente e, portanto, como uma categoria de análise fundamental? Como alguém que vem do campo das teorias feministas, não tenho como deixar de reconhecer a importância da compreensão de como gênero marca as relações sociais, as diversas institucionalidades, as ideologias, nosso dia a dia, indo desde as dimensões mais micro da existência às grandes estruturas da sociedade, inclusive, na própria forma como o capitalismo se reproduz. Então, essa ideia de gênero como um elemento recorrentemente estruturante do poder, acho isso genial – exatamente porque nos deixa entrever que não existe um aspecto da experiência humana que não tenha esse “colorido”, esse tom de gênero. Mas, o que é que acontece daí em diante? Eu gosto de brincar com as alunas, dizendo que a “linha” de gênero costura tudo, mas que esse fio que segura gênero é um fio de teia de aranha. Sempre faço essa pergunta: existe algo que liga todas as mulheres e que possa ser explicado só pelo gênero? Sim, existe, é exatamente esse fio de teia de aranha, que sustenta essa realidade do gênero (do “nós mulheres”) por um milésimo de segundo e depois ele se parte – exatamente pelo fato de que gênero é importante, mas sozinho não tem consistência para dar conta dessa multiplicidade da existência humana dentro de sistemas de opressão e privilégios. A própria teoria feminista já dava um pouco essa pista, quando alertava para o fato de que gênero não é o único campo e nem o mais importante, e que nem tudo é uma questão de gênero. Me encanta ver como essas teorias questionaram estruturas de poder que são construídas por meios complexos e múltiplos, a implosão dos modelos binários, a ruptura com a ênfase na diferença sexual – em especial, à ideia do dimorfismo sexual, essa fixação numa suposta complementaridade macho/fêmea – e toda a crítica à heterossexualidade compulsória através da imposição de uma inteligibilidade padronizada de sexo, gênero e desejo cis-heteronormativo, como nos mostrou a Judith Butler. Tudo isso foi importantíssimo, mas essa teoria não pode nos levar a “estacionar” nesse sujeito padrão mulher-branca-cis-hétero-classe média do feminismo hegemônico. Mais uma vez, peço ajuda a Audre Lorde, quando ela nos lembra que “não existe hierarquia de opressões”, portanto, gênero tem um lugar importante, mas, repito, é

apenas um fio nessa “tapeçaria das opressões”. Se escutarmos com atenção a voz de mulheres negras como Sojourner Truth, as ativistas do Combahee River Collective, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez e tantas outras, vamos perceber que a história da luta das mulheres negras tem se constituído, num certo sentido, como a história da construção da perspectiva da interseccionalidade. Óbvio que a disseminação na academia do debate sobre interseccionalidade vai favorecer um uso do conceito que não é o mesmo do feminismo negro, como alerta a Sirma Bilge num artigo que foi traduzido na Revista Feminismos do PPGNEIM. Bilge vai mostrar que há praticamente um rapto intelectual da interseccionalidade por parte de uma série de autores/as eurocentrados/as, tomando o conceito como uma grande solução mágica e que, de repente, basta colocar esse “toque interseccional” e que tudo está resolvido para compreender a complexidade do mundo. Ledo engano. Para mim, o feminismo negro pensa (e vive) a interseccionalidade muito além de uma teoria: é um modo de compreensão do mundo e simultaneamente uma ferramenta de luta política e que não precisou aguardar a criação do conceito acadêmico para poder existir – li essa frase em algum lugar e concordo plenamente com ela, pois a perspectiva interseccional é muito maior do que o próprio conceito. Para concluir, vejo o feminismo negro decolonial com sua perspectiva interseccional como a mais efetiva crítica às limitações do uso hierarquizante do conceito de gênero como uma categoria explicativa central. Na verdade, pensar as interconexões de gênero com outras hierarquias sociais e, mais ainda, compreendendo o *modus operandi* dos sistemas de opressões e privilégios através do uso da interseccionalidade possibilita, ao fim e ao cabo, intensificar a potencialidade disruptiva do próprio gênero. Como já diziam as intelectuais ativistas no documento do Combahee River Collective, em 1977: somos mulheres negras, somos atingidas por múltiplas discriminações, por toda a parte do globo nós estamos sendo atingidas e não temos como continuar lutando contra uma opressão dissociada da outra. Somos atingidas por opressão de raça, por opressões sexuais, por opressões heterossexuais, por opressão de classe. Se a realidade funciona dessa forma, a gente precisa de um processo de teorização e de uma prática que seja igualmente múltipla para compreender esses sistemas e para enfrentá-los e destruí-los de maneira simultânea. Esse texto parafraseado por mim, coloca em evidência como o feminismo negro fez o que podemos chamar de uma “jogada de mestras” ao denunciar a impossibilidade de uma compreensão compartimentalizada da experiência de determinados sujeitos e chama nossa atenção para o fato de que é preciso ver isto também do ponto de vista dos privilégios e não apenas das discriminações. Que ideia é essa de que raça é só para quem sofre o racismo? Não, todos somos racializados, mas quem é racializado na dimensão do privilégio, não precisa problematizar isso, pois pode se “dar ao luxo” de abstrair/ignorar o processo de racialização. Outra questão: até que ponto os movimentos feministas devem se voltar apenas para enfrentar o sexismo? Óbvio que não. Grada Kilomba relata uma situação de discriminação de uma jovem negra, em seu livro *Memórias da Plantação*, e lança uma pergunta que vai nessa direção: Isso é racismo ou isso é sexismo? Ela vai dizer: olha a minha pergunta não faz sentido. Trata-se de um racismo genderizado, pois só pode ser compreendido através da



imbricação das duas opressões. Então, volto a minha fala no início desta pergunta: pode a luta feminista deixar de perceber a importância do racismo estrutural? Certamente que não! O feminismo que faz isso, o faz devido a seus próprios privilégios de classe, de raça, de gênero. Grada Kilomba vai ainda alertar para o fato de que alguns sujeitos habitam num espaço vazio e que se sobrepõe às margens da raça e às margens do gênero – ela vai chamar de um terceiro espaço e diz que é onde habitam as mulheres negras. Então, para mim, esse feminismo negro, tecido coletivamente por Grada Kilomba e tantas outras mulheres insubmissas, é muito pertinente e vai ao ponto central do debate interseccional quando rompe com esse vácuo, com o apagamento da contradição do “isso ou aquilo?” e mostra que essa polarização de mundos é exatamente um privilégio que alguns sujeitos não têm o direito de exercitar e de usufruir dessas possibilidades (*e passabilidades*, com perdão do trocadilho), exatamente porque é constituído mutuamente através do racismo gendrado. Agora, concluindo de verdade: para mim, a interseccionalidade a partir desse olhar provocativo produzido pelos feminismos negros decoloniais é uma chave importantíssima de leitura do mundo e simultaneamente uma potente ferramenta de transformação social, obviamente que consegue sê-lo por ser fruto de uma vinculação orgânica com as lutas por equidade e justiça social e não apenas como um mero exercício de conceituação acadêmica.

**Cronos:** Pergunta 8 - *Você tem mais alguma coisa para colocar?*

**Márcia dos Santos Macedo:** Sim. Gostei da provocação feita por vocês através de uma pergunta sugerida em torno das contribuições do feminismo para se pensar o futuro da democracia. Primeiro, acho que é preciso falar em feminismos com um “S” no final, pois o grande desafio desse debate das interseccionalidades vai nessa direção de pluralizar mesmo. Não dá mais para falar em feminismo no singular, inclusive entre os grupos do espectro político que chamamos de Feminismos Negros, existem aqueles que recusam a identidade política de “feminista” – por vários motivos, mas principalmente, pela origem eurocentrada do movimento e pela resistência do feminismo hegemônico em reconhecer o racismo como contradição fundamental na vida das mulheres negras e da população negra – e preferem se autodenominar de Mulheristas Africanas ou mesmo de Movimento de Mulheres Negras. No atual momento político em que vivemos, um contexto de agudização do conservadorismo e de ataque generalizado a direitos sociais, sentimos que estamos enfrentando uma força esmagadora que busca estreitar os limites de a quem podemos chamar de humano. Dessa forma, defendo enfaticamente a construção de alianças em torno de projetos que vão ao encontro da ampliação da diversidade humana. A perspectiva interseccional fornece, neste sentido, ferramentas teóricas e políticas aos feminismos e outros movimentos em direção ao elastecimento dessa noção de dignidade humana. Penso em várias direções, desde as chamadas dissidências sexuais e de gênero, envolvendo pessoas não binárias ou de gênero fluido, pessoas trans, travestis e toda uma

gama de identidades, afetividades e sexualidades múltiplas e contestadoras do cis-heteropatriarcado. Também do desejo de pluralização das vivências assinaladas pela diversidade de geração (e também pelo preconceito etário), pela necessidade premente de superação do capacitismo e até mesmo do especismo (antes que consigamos destruir o planeta!). Então, considero que os feminismos e, inclusive, gosto de usar a expressão “feminismos interseccionais”, estimulam essa abertura para pensar a multiplicidade da existência humana e a diversidade dos sujeitos que assumirão seu protagonismo a partir de diferentes lugares de enunciação. É bell hooks quem elabora, de uma maneira exemplar, esse chamamento para perseguirmos a luta coletiva quando diz que não precisamos erradicar as diferenças para sentir solidariedade, mas que podemos dividir a mesma luta, a partir do reconhecimento de privilégios e da construção de políticas de coalizão. Para materializar essa política, não apenas devemos tentar escapar das situações opressivas, mas é preciso buscar “aquele pedaço do opressor” que está em nós. Acho esse um grande desafio para nós, as feministas que estão dentro da academia – como é o nosso caso no NEIM, na Graduação em Gênero e Diversidade e no PPGNEIM – e que estão também vivenciando uma série de privilégios, muitas vezes, encasteladas nas sofisticadas teorizações e que se arriscam a um afastamento do cotidiano da luta política. Para finalizar (mesmo), acredito que autorreflexividade requer também autocrítica, isto é, pensar na própria questão dos privilégios e também aprender com quem faz esse caminho “cujos passos vêm de longe”, cheio/a de uma alegria libertadora de poder dizer que “o feminismo é para todo mundo”, como lembra bell hooks. É preciso ter orgulho desse lugar e acreditar nas potencialidades, tanto do ponto de vista das teorias e epistemologias, quanto do ponto de vista da materialização disso na luta cotidiana e acho que os feminismos interseccionais – como o feminismo negro – têm muito a ensinar.

# HÁ MUITAS MANEIRAS DE NARRAR A HUMANIDADE: POR OUTRA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA POSSÍVEL

## THERE ARE MANY WAYS OF NARRATING HUMANITY: FROM ANOTHER POSSIBLE ANTHROPOLOGICAL APPROACH

Karlla Christine Araújo Souza<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-3992-2163>

Ozaías Antônio Batista<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-1351-9728>

### RESUMO

Objetivando colocar em xeque o paradigma científico Ocidental Moderno, o presente texto apresenta outra abordagem antropológica a partir do método de observação inspirado pela etologia e no diálogo com a biologia. Tal método viabiliza pensar a constituição humana por um prisma não disjuntivo, mas compreendendo o homem a partir das múltiplas dimensões que o constituem: biológica, social, cultural e psicológica. Para tanto, se tomou de empréstimo as reflexões teóricas dos seguintes autores: Almeida (2010), Cyrulnik (1993), Lévi-Strauss (1982), Antônio Damásio (2008), Humberto Maturana e Francisco Varela (1997) e Sigmund Freud (2016). Tal antropologia traz consigo uma proposta epistemológica fundamentada em uma ecologia dos conhecimentos (Almeida, 2010), entendida enquanto estratégia cognitiva voltada para a conjunção dos saberes da tradição e o conhecimento científico. Trazendo, por consequência, outras interpretações para a cultura, a humanidade e a sociedade.

**Palavras-chave:** Etologia; Biologia; Antropologia; Natureza-Cultura; Complexidade.

<sup>1</sup> Professora adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – DCSP/UERN, e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH/UERN onde exerce a função de coordenadora. Membro dos grupos de pesquisa Mythos-logos: imaginário e parcerias do conhecimento (UFRN/CNPq) e Grupo de Estudo do Pensamento Complexo (GECOM/UERN/CNPq).

<sup>2</sup> Professor de Sociologia na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI - Bom Jesus). Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Mestre e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Coordenador do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES) - UFPI e vice coordenador do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos: imaginário e parcerias do conhecimento, sendo este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN).

## ABSTRACT

Aiming to call into question the Modern Western scientific paradigm, this text presents another anthropological approach based on the observation method inspired by ethology and the dialogue with biology. This method makes it possible to think about the human constitution through a non-disjunctive prism, but understanding man from the multiple dimensions that constitute him: biological, social, cultural and psychological. Therefore, the theoretical reflections of the following authors were borrowed: Almeida (2010), Cyrulnik (1993), Lévi-Strauss (1982), António Damásio (2008), Humberto Maturana and Francisco Varela (1997) and Sigmund Freud (2016). Such anthropology brings with it an epistemological proposal based on an ecology of knowledge (Almeida, 2010), understood as a cognitive strategy aimed at bringing together traditional knowledge and scientific knowledge. Consequently, bringing other interpretations to culture, humanity and society.

**Keywords:** Ethology; Biology; Anthropology; Nature-Culture; Complexity.

## CIÊNCIA REORGANIZADA

A formação do pensamento científico moderno é marcada pela disjunção e hierarquização dos saberes, que ganhou força com a fragmentação entre as culturas científica e humanista iniciada no século XVI, adensada no século XX. Dessa forma, os saberes filosófico, artístico e literário foram relegados à cultura humanista e a ciência ficou pautada na especialização dos conhecimentos (MORIN, 2012; ALMEIDA, 2010).

A gradativa valorização dada ao conhecimento produzido pela ciência trouxe consigo a fragmentação dos saberes, os quais foram divididos em compartimentos desconexos que não levam em consideração a integralidade do *antropos*. Ou seja, o indivíduo foi esvaziado de sua composição bioantroposocial em favor de leituras fragmentárias que tendem a interpretar os fenômenos por referenciais metodológicos limitados por barreiras disciplinares (MORIN, 2012; ALMEIDA, 2010).

Diante dessa realidade, que prima pela fragmentação do sujeito e a valorização do conhecimento científico, Morin (2012) apresenta uma reforma do pensamento a fim de suscitar outra proposta concomitantemente epistemológica e política, uma vez que tal reforma fomenta um ideal de civilidade conduzido pelo respeito à diversidade cultural e de saberes, próximo a um paradigma científico que vê a ciência enquanto construção socio-histórica, fruto dos pressupostos inerentes à dimensão subjetiva pertencente ao humano.

A mudança paradigmática proposta por esta reforma do pensamento dar-se-á através da valorização dos saberes produzidos nas Universidades, mas também dos conhecimentos elaborados pelo “homem comum”, o qual faz uso de uma observação metódica do seu cotidiano para construir os saberes necessários para realização de suas práticas socioculturais (ALMEIDA, 2010).

Essa aproximação entre o conhecimento acadêmico e da tradição garante a constituição de uma realidade social mais democrática, seja no plano cognitivo ou político (ALMEIDA, 2010), pois deixa de existir uma relação hierárquica entre os saberes tradicionais e acadêmicos na leitura da cultura. Sabendo que essa aproximação em nada contribui para que tais saberes percam suas características *sui generis*; visa apenas uma maior abertura epistêmica na leitura da realidade.

Tal reforma do pensamento poderá trazer outra compreensão antropológica, através da qual o sujeito passará a ser visto não apenas enquanto detentor da dimensão racional, mas também o imaginário será assumido na interpretação e produção do sociocultural. Compreendo as faculdades racional e imaginária enquanto os fios do prosaico e poético que tecem o viver, faço uso das palavras de Morin para subsidiar minha interpretação do homem e da vida: “Poesia-prosa constituem, portanto, o tecido de nossa vida” (1998, p. 36).

Tal reforma do pensamento se torna necessária, porque, reitero, o conhecimento produzido pela ciência moderna ocidental foi colocado em uma posição superior frente a outros saberes, que passaram a ser vistos com inferioridade por utilizarem outros modelos de racionalidades distintas das adotadas pelo conhecimento científico (ALMEIDA; 2010). Por consequência, foi emergindo o epistemicídio de saberes, fenômeno que se caracteriza pela extinção de conhecimentos alternativos à ciência, os quais detêm uma narrativa própria no tocante à interpretação da sociedade e da cultura.

Assim, ao serem desvalorizados, esses saberes caem no campo da invisibilidade epistemológica, principalmente por lhe serem imputados o descrédito no tocante a interpretação dos fenômenos sociais – uma vez que tais conhecimentos trazem em sua estrutura elementos que destoam do modelo de racionalidade científica.

Tais saberes extra científicos se caracterizam por conhecimentos produzidos em espaços não necessariamente acadêmicos e/ou enquanto narrativas que utilizam outra lógica para construção do pensamento, como é o caso, por exemplo, da narrativa oral, que aciona elementos linguísticos e imaginários para produzir uma interpretação da cultura e sociedade.

Porquanto, Almeida (2010) apresenta a ecologia dos conhecimentos enquanto proposta epistemológica e política que visa à aproximação dos conhecimentos a fim de se ter uma interpretação ampliada dos fenômenos socioculturais. Isto é, uma leitura da realidade que não esteja limitada a monocultura do saber científico, mas que dialogue de forma não hierarquizada com distintas propostas metodológicas, visando uma interpretação ampliada do real.

Para tanto, se faz necessário um paradigma científico assumidamente autobiográfico, detentor de uma racionalidade subjetivamente orientada. Tal modelo coloca em xeque os pressupostos matemáticos que acompanham o rigor científico moderno, abrindo brechas para a superação das dicotomias existentes entre ciências sociais/ciências naturais, objetividade/subjetividade, sujeito/objeto, neutralidade/parcialidade.

Esse paradigma científico une sujeito e objeto de pesquisa, colocando o pesquisador em uma dimensão analítica de intimidade, onde o indivíduo está no objeto e o objeto integra o indivíduo. Consequentemente, fazemos uso de uma transgressão metodológica

para articular as distintas narrativas, objetivando imprimir uma compreensão antropológica não disciplinar para o pensamento.

Trata-se de uma transgressão metodológica<sup>3</sup> porque aproximamos, não hierarquicamente, os conhecimentos científicos e não científicos na tentativa de ler os fenômenos socioculturais para além de uma perspectiva unidisciplinar. Tendo em vista que na mesma proporção da ciência, os saberes da tradição (ALMEIDA, 2010) também trazem uma interpretação autônoma acerca da realidade, fazendo uso de pressupostos que lhe são singulares para construção de sua narrativa.

## INTRODUÇÃO AO MÉTODO ETOLÓGICO

As lentes utilizadas para se elaborar certas leituras da realidade sempre estarão condicionadas pelos pressupostos socioculturais construídos a partir da interação e estado no mundo dos sujeitos. Assim, será possível o engendramento de cosmovisões para os fenômenos que circundam o real construído, estando estas apreensões fundamentadas por princípios míticos, científicos ou políticos.

Com esta perspectiva, se pode afirmar que a cultura pode ser entendida enquanto um operador lógico, através do qual os sujeitos atribuem nomes – e, por consequência, interpretação e sentido – as coisas e aos objetos, que passam a possuir o *status* de familiar. Entendendo, dessa forma, o fenômeno da cultura enquanto comunicação, o qual viabiliza estabelecer a troca simbólica que mantém a coesão e a interação social entre os indivíduos.

Tal conceito de cultura também dialoga com a abordagem lévi-straussiana (1982), que aponta a inexistência do fosso que segrega o estado de cultura e o estado de natureza inerente à constituição humana. O autor argumenta que não se pode encontrar o homem em estado natural, nem mesmo fazendo uso das emblemáticas narrativas das crianças selvagens. Isso se dá em decorrência dos seres humanos não constituírem para si comportamentos que pudessem caracterizá-los enquanto pertencentes a um estado pré-cultural. De modo que, em nossa constituição antropológica os seres humanos se configuram enquanto sujeitos de natureza e cultura, sendo inviável estabelecer a fenda que separa tais dimensões na constituição do *antropos*.

A abordagem antropológica adotada neste texto toma de empréstimo os pressupostos metodológicos derivados da etologia (CYRULNIK, 1993), a fim de problematizar a condição humana de forma mais profícua, isto é, negando modelos binários com caráter oposicionistas: indivíduo/sociedade, biológico/cultural, psicológico/social.

Por certo a etologia se debruça nos aspectos comportamentais de uma espécie animal, buscando identificar singularidades que viabilizem identificar nuances da sua interação com o meio, sobretudo mediante o método comparativo. Nesse sentido, a etologia se caracteriza enquanto ciência que propõe uma interpretação genérica, não segregando o ser vivo do habitat possuído, muito menos negligenciando elementos que constituem

<sup>3</sup> Transgressão se entendermos o método enquanto estratégia (ALMEIDA 2009).

seu aparato biológico. Esses princípios metodológicos irão nortear uma interpretação antropológica alternativa, fugindo dos parâmetros científicos disjuntivos elencados pela ciência moderna. Nas palavras do autor:

Já não se trata de encarar a psicologia do homem isolado, como no século XIX, mas de procurar compreender as interações do homem no seu meio e na sua história. Ao estudar o homem em relação, funcionando dentro de um conjunto, a etologia participa no movimento ecológico. (CYRULNIK, 1993, p. 29).

Embora o etólogo tenha enquanto campo empírico o comportamento animal, não se trata de traspor as interpretações comportamentais oriundas deste, no intuito de explicitar pressupostos constitutivos da interação humana, ao contrário. Por se observar os animais, tornou-se possível aferir que os seres humanos não podem ser considerados como tais. E sim, através do desenvolvimento da linguagem, os mesmos puderam construir códigos culturais que possibilitaram a construção de outras formas de interação.

Consequentemente, os homens superaram os animais, deixando poucos indícios de animalidade em suas manifestações comportamentais. Dessa forma, a etologia auxiliará na compreensão da totalidade humana – apagando os traços que dicotomizam natureza/cultura. Assim, sabemos que “Como muitas vezes acontece em etologia, o facto de um comportamento se basear no domínio biológico não o impede de sofrer as pressões do ambiente. Ou seja, esta fisiologia do espaço não exclui a sua socialização” (CYRULNIK, 1993, p. 108).

Não se tratando de compreender em que medida os seres humanos são majoritariamente regidos por aspectos que remetem ao estado natural, psicológico ou cultural, mas abordar os mesmos a partir destas múltiplas dimensões que os constituem, não os colocando em dimensões opostas, e sim em complexa interação.

## UMA “VIRAGEM EPISTEMOLÓGICA”

Pensar essa concepção antropológica como uma “viragem epistemológica”, uma nova maneira e saber.

Boris Cyrulnik

Essa outra abordagem antropológica requer um esforço epistemológico e político, na medida em que se trata de uma concepção de ciência fundamentada por um paradigma conjuntivo (distinto do modelo adotado pelo pensamento científico moderno). Tal paradigma é capaz de abordar um mesmo fenômeno pelas múltiplas dimensões que o constituem, não o esfacelando com uma leitura apenas sociológica, antropológica, psicológica, biológica, literária, política ou artística. Mas, estabelecendo parâmetros

metodológicos que possibilitem certa dialogia entre as diversas singularidades deste mesmo fenômeno.

A forte resistência diante das propostas voltadas para um modelo de ciência aberta – complexa, portanto, – se instituem em decorrência dos espaços de produção do conhecimento acadêmico se configurar por intensas disputas, as quais legitimam certos saberes em decorrência do esquecimento ou descrédito de outros. Entretanto, o modo como está sendo produzido e disseminado o conhecimento científico não corresponde mais com os anseios existentes na conjuntura atual. A ciência academicista está cada vez mais se distanciando dos outros saberes, se colocando enquanto detentora de asserções que melhor trazem respostas para os questionamentos produzidos pelos sujeitos na atualidade.

Tal postura traz sérias implicações culturais, sociais e políticas, uma vez que o sujeito da ciência produzida no laboratório se coloca em um patamar superior ao sujeito da ciência construída na mata. Com tal postura o primeiro desconsidera o saber produzido por este último, enquadrando-o enquanto senso comum. Imprimindo, nesse sentido, uma interpretação verticalizada para os aspectos culturais e sociais; como se apenas os cientistas formados na academia estivessem condicionados a intervirem na realidade.

Todavia, Almeida (2010) contrapõe esta concepção verticalizada de intercâmbio de saberes, apresentando a imagem do intelectual para além do sujeito que detém os elementos da cultura científica, caracterizando-o como qualquer indivíduo que observa os fenômenos ao seu redor de forma detida, construindo métodos de elucidação. Sendo um equívoco caracterizar os saberes da tradição enquanto senso comum, pois os saberes da tradição e os saberes da cultura científica são frutos da mesma capacidade cognitiva do homem, estando os primeiros mais próximos à “lógica do sensível”, conforme apresenta Lévi-Strauss (1986).

Porquanto a leitura que o “intelectual da tradição” constrói em torno da realidade a sua volta (fenômenos físicos, fauna, flora) não deve ser abordada pela perspectiva da tradução, a qual, tomando como parâmetros os pressupostos pertencentes à ciência moderna, tenta averiguar a potencialidade analítica de tal saber – chegando a classificá-lo enquanto saber não científico (por isso devendo ser traduzido para uma linguagem científica).

Portanto é preciso compreender os princípios que estruturam o saber da tradição, estabelecendo certo diálogo com o conhecimento elaborado pelo “pesquisador da ciência”. Essa aproximação torna possível tal afirmação: a mesma curiosidade que move os cientistas naturais formados nas universidades também impulsiona os intelectuais da tradição (ALMEIDA, 2010).

Ambos os intelectuais não estão em posições antagônicas, mas se diferenciam por utilizar estratégias cognitivas díspares, não excludentes reciprocamente. Sabendo que o “pesquisador da ciência” está mais distante do objeto de experimentação, procurando construir postulados com parâmetros que levem a um conhecimento objetivado, enquanto o “intelectual da tradição” opera com uma proximidade do objeto experimentado. O primeiro trabalha no laboratório acadêmico, o outro no laboratório da mata. O “pesquisador da ciência” prima pelas técnicas investigativas, longe de impossibilidades



ou surpresas no processo de elaboração do seu estudo, ou seja, com um projeto previamente definido, já o “intelectual da tradição” atua como *bricoleur*, dispensando um projeto construído anteriormente, fazendo uso de objetos que estão ao seu alcance, os quais irão adquirir uma organização complexa (ampliada) ao término da análise.

Essa outra proposta epistemológica abarca o processo de dessacralização dos saberes, seja ele científico ou da tradição, pois esse processo culminará na construção de uma ciência aberta, capaz de estar em constante auto-organização, bem como uma nova concepção de cultura e sociedade.

Juntamente com essa dessacralização Almeida (2010) defende que a pluralidade social e cultural só se concretizará mediante a consolidação de uma ecologia dos conhecimentos:

Uma ecologia dos conhecimentos, isto é, uma operação do pensamento que leva em conta a cadeia de múltiplas correlações, determinações, aproximações e também distintos padrões de auto-organização dos fenômenos se configura como um dos metaprincípios para a comunicação interna aos saberes científicos, e destes com outras formas de saberes. (ALMEIDA, 2010, p. 151).

Esta ecologia traz em sua estrutura pressupostos que igualam a limitação analítica entre os saberes, distinguindo-os, mas não os separando. Estando os intelectuais, sejam da mata ou do laboratório, em posições de igualdade, podendo dialogar, tomando como referência elementos que constituem seus saberes e cosmovisões.

## DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Mediante um novo paradigma, um novo modo de reler os já existentes, há discussões intermináveis sobre a origem da vida, origem da consciência, da sexualidade, da linguagem, todas com respostas incertas, mas que procuram apresentar consensos que nos tornem conscientes de nossa capacidade enquanto humanidade e nos faça responsáveis das consequências de nossos conhecimentos e escolhas.

Há muitas maneiras de refazermos a narrativa da saga da humanidade sobre o planeta Terra. Diante delas, o olhar da ciência é mítico, ficcional, abstrato e especulativo. Ainda há muito o que se ignora. Entre tantas maneiras de contar, a produção de conhecimento assinalada pelo contexto sócio-histórico-cultural vai delineando as mais convenientes e prováveis. Em qualquer época, uma pergunta deve nortear o caminho da ciência: Quais as narrativas nos permitem imaginar um mundo melhor? Para tanto, é necessário recontar os começos: Para Michel Serres:

O grande relato se desdobra sob nossos olhos desde que aprendemos a decifrar aqueles da natureza, gravados sobre ou dentro das radiações cósmicas, o brilho das estrelas, o peso dos átomos, os extratos terrestres, os fósseis e as moléculas. Como começamos a ler, a livro aberto, nessas coisas tácitas, inertes ou vivas, nosso tempo contemporâneo se dobra a seus traços, ilegíveis no decorrer da história; ela abriu uma fenda que devemos atravessar. (SERRES, 2015, p. 31-32).

Porque não há conexão entre o que somos e o que fomos, é preciso contar uma história, para que algo aconteça, para que alguma coisa se explique, ou que um nascimento surja. A cada nascimento vêm as perguntas: Quem é você? Quem sou eu? Quem somos nós? Essa resposta pode se dá pela via dos impulsos, dos desejos, dos afetos ou do imperativo da própria vida.

António Damásio, professor de psicologia, filosofia e neurociência procurou decifração no mundo das emoções e sentimentos enquanto forças motrizes para entender o que somos e como construímos coletivamente as atividades culturais. Inicialmente suas investigações passam pelas contribuições da perspectiva biológica, ou mais apropriadamente, por uma perspectiva do contar a história da humanidade que possa reconhecer nossa realidade biológica e os mecanismos de regulação da vida. Para começar a narrar essa trilha, Damásio associa os sentimentos humanos ao mecanismo da homeostase e com isso reforça as relações entre natureza e cultura.

Nessa simbiose, pode-se afirmar que a necessidade de lidar com o sofrimento faz com que a humanidade mergulhe nessa viagem aventureira de fazer arte, literatura, música, dança e, sobretudo, na satisfação de contar histórias, nossos casos de amor e de perda.

Nessa aventura, relatamos sentimentos de idas e partidas, de retornos e reencontros:

Sim, não cessamos de partir, de nos deixar, abandonar, de esquecer, de nos esquecer, cada um seguindo para seu lado, até o momento terminal e inaugural em que, tendo marcado com seus artilhos e suas esperanças, choros e algumas infâmias todo o espaço terrestre do planeta diante de si, a humanidade retorna a si. (SERRES, 2015, p. 23).

Para Damásio, faz parte da poesia da vida narrar o mundo natural, em descobrir as raízes humanas na biologia não humana, este percurso esquecido não diminui a condição e a compreensão do que somos. De modo que a reação ao sofrimento, aos estímulos, não começa quando o ser humano tenta entender seus problemas e procurar compensações para os mesmos. Muito menos quando inventa organização social ou crenças religiosas. Antes de tudo isso, aparecem em cena a homeostase e os sentimentos.

O cientista português assegura que as tendências de comportamentos têm bases naturais que se podem verificar nas formas mais simples de vida, tal como a bactéria, forma mais antiga de vida surgida há quatro bilhões de anos. Na bactéria já operam as regras da homeostase que complexificam suas propriedades químicas.

As condutas bacterianas são variáveis e testáveis cientificamente, entre elas, respostas dos grupos a ataques gerais reagindo pela força do número e obedecendo ao princípio da mínima ação. Isto não iguala o comportamento das bactérias à complexidade das regras de associação humana, da aplicação da justiça ou da classificação de grupos entre amigos e inimigos. Porém, os princípios de cooperação e de luta são tendências naturais que estão presentes em numerosas formas de vida e não exclusivamente na consciência humana. O que acontece é que os humanos usaram seus recursos intelectuais para inventar uma variedade de respostas.

Do mesmo modo, sofrimento e prosperidade são dois pares dialógicos que se encontram nesse espectro de aspectos primordiais da vida e da cultura. Além desses sentimentos, podemos atribuir papéis às

[...] experiências de afetos relacionadas a desejos fundamentais – fome, desejo sexual, companheirismo social – ou a medo, raiva, ânsia de poder e prestígio, ódio, impulso de destruir oponentes e todo o que eles possuíam ou coletavam. De fato, encontramos afeto por trás de muitos aspectos da sociabilidade, guiando a constituição de grupos grandes e pequenos e manifestando-se nos laços que indivíduos criaram em torno de seus desejos [...]. (DAMÁSIO, 2008, p. 25-26).

Para compreendermos a relação entre homeostase e sentimentos, primeiramente precisamos entender a homeostase enquanto “conjunto fundamental de operação no cerne das vidas” (DAMÁSIO, 2008, p. 35) e os sentimentos enquanto “experiências subjetivas dos estados da vida” (DAMÁSIO, 2008, p. 35). De maneira geral, as condições para a realização da homeostase acontecem por meio de dois eventos cruciais, as condições/percepções do mundo interno e as condições do ambiente no organismo. Nos organismos humanos, os sentimentos comunicam à mente, com muito sucesso, e prescindindo o uso da palavra, a direção dos processos da vida no corpo. Os sentimentos são “resultado de uma parceria cooperativa entre o corpo e o cérebro que interage por meio de moléculas químicas livres e vias nervosas” (DAMÁSIO, 2008, p. 20).

A diferença entre sentimentos e homeostase é, portanto, que esta última permite a cada organismo vivo, mesmo que desprovido de mente, perdurar e prevalecer à morte. No caso dos organismos dotados de mente consciente “os sentimentos são os representantes mentais da homeostase” (DAMÁSIO, 2008, p. 36). Não é à toa que o cérebro se torna a referência orgânica da capacidade de manipular símbolos.

No seu trabalho de regulação equilibrada da vida, a homeostase garante os processos de sobrevivência e prosperidade. Presente na explicação biológica, a homeostase está no cerne de diversos fenômenos como a evolução da espécie e o desenvolvimento do aparelho genético. Porém, os afetos e os sentimentos são pouco considerados no campo dos fenômenos culturais. Mas, provavelmente,

Quando temos um momento de introspecção e buscamos na mente o modo como seria aconselhável agir, encontramos ‘pressentimentos e tendências’, que são inspirados por sentimentos ou que são sentimentos. Com delicadeza ou com ímpeto, esses sentimentos guiam nossos pensamentos e ações em certa direção, constituindo o andaime para as elaborações do intelecto e até mesmo sugerindo justificativa para nossas ações – por exemplo, acolher e proteger quem nos ajuda quando necessitamos, rejeitar quem é indiferente aos nossos problemas, punir quem nos abandona ou nos trai. (DAMÁSIO, 2008, p. 31).

Por meio da linguagem e do manejo das relações de poder e de grupo, a cultura atende às mesmas regras fundamentais da vida. Entre o começo e a evolução atual da biologia humana, há um salto temporal nessa síntese explicativa do pensamento de

Damásio favorecida pelo limite de páginas que por ora se impõe. Mas há algumas questões indispensáveis para prosseguirmos em nosso percurso é sobre a regulação da vida, ela se dá de modo consciente ou não-deliberado? É espontânea, aleatória ou segue uma programação estrutural? Como ocorrem os mecanismos desestabilizadores da vida? Qual o sentido biológico e subjetivo da morte?

## O SENTIDO DA VIDA E DA MORTE

Recorremos a Humberto Maturana e Francisco Varela (1997) para evocar o conceito de *autopoiese* como centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos. No prefácio à terceira edição do livro *De Máquinas a Seres Vivos. Autopoiese – a organização do vivo*, Humberto Maturana declara que a gestação deste conceito surgiu com o fito de responder à pergunta científica de como começa a vida na terra e como tem se conservado até hoje. Sua resposta filosófica para esta questão é a de que “a vida não tem sentido fora de si mesma” (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 12), e portanto, “o ser humano é resultado de uma dinâmica não proposital” (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 12).

Acerca da origem do fenômeno biológico, este pesquisador nos auxilia a pensar a caracterização dos sistemas vivos por meio de uma dinâmica autônoma e relacional, eles são resultado de um conjunto de fatores. Enquanto sistema autorreferido os seres vivos resultam da “conservação da circularidade produtiva de todos seus componentes” (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 14). é esta dinâmica autossustentável que constitui sua autonomia. Por seu turno, o autor apresenta o argumento de que “[...] todos os fenômenos biológicos resultaram, direta ou indiretamente, como consequência de diferentes contingências históricas na realização da *autopoiese* de pelo menos um ser vivo” (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 23). Assim, todas as características do que é vivo na terra se dão como resultado de sua autofabricação, sua *autopoiese*, de modo que não previsto exterior ao próprio organismo opera como característica própria do seu viver.

Na extrapolação da metáfora dos sistemas vivos para as organizações humanas, Maturana (1997) afirma que o viver humano tem lugar na relação com o outro, “na responsabilidade e liberdade como formas de conviver, e nessa relação ocorrem também as emoções: como modos de conduta relacional com o outro e ao outro”. (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 33).

Apesar das ressalvas quanto à extensão do conceito de *autopoiese* em associação à constituição do humano e cultural, Francisco Varela afirma que:

A constituição da *autopoiese* como continuidade é outra: trata-se de tomar a sério o fato de que a *autopoiese* procura por a autonomia do ser vivo no centro da caracterização da biologia, e abre ao mesmo tempo a possibilidade de considerar os seres vivos como dotados de capacidade interpretativa desde sua origem própria. Quer dizer que permite ver que o fenômeno interpretativo é contínuo desde a origem até sua manifestação humana. (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p.53).

Aplicada ao domínio do desenvolvimento cultural e humano a *autopoiese* abre espaço para as especulações sobre o fenômeno interpretativo da vida, tendo que “o homem e a vida são as condições de possibilidade de significado e dos mundos em que vivemos” (ROMESÍN; GARCÍA, 1997, p. 60).

Sobre a interpretação da vida, Freud (2016) traz uma leitura singular no escrito *Além do Princípio do Prazer* (1920), em que promove uma explicação sobre a vida na interface entre os sistemas psíquico e o biológico. Primeiramente esboça a conhecida tópica do sistema psíquico: Consciente (Cs), Pré-Consciente (P – Cs) e Inconsciente (Ic), onde se tem que o Consciente (Cs) é um mecanismo específico de percepções de excitações internas e externas responsáveis pelas sensações de prazer e desprazer. Esse sistema consciente seria contrário à memória, pois as marcas do vivido se dissipam no fenômeno da conscientização.

A fim de aprofundar sua investigação sobre o sistema psíquico, Freud lança mão da aproximação entre a consciência e o organismo vivo:

Imaginemos o organismo vivo em sua maior simplificação possível, sob a forma de uma vesícula indiferenciada de substância estimulável; então sua superfície voltada para o mundo exterior é diferenciada pela sua própria posição e serve como órgão receptor de estímulos. A embriologia como repetição da história evolutiva também mostra realmente que o sistema nervoso central provém do ectoderma, e o córtex cerebral cinzento ainda é um derivado da superfície primitiva e poderia ter assumido qualidades essenciais dela por via hereditária. Seria facilmente imaginável, então, que o choque incessante dos estímulos externos na superfície da vesícula modificasse sua substância de maneira permanente até uma certa profundidade, de modo que seu processo excitatório transcorresse de maneira distinta do que em camadas mais profundas. Formar-se-ia assim um córtex que por fim está tão marcado pelo efeito dos estímulos que ele oferece as condições mais favoráveis à sua recepção e não é suscetível de modificação adicional. (FREUD, 2016, p. 49).

O sistema consciente (Cs) seria esse “órgão” capaz de resistir aos sucessivos estímulos externos sem suscetibilidade aos efeitos desses estímulos. A consciência surge quando é possível dar passagem à excitação sem necessariamente passar por modificações permanentes. Essa substância primeira, submetida a intensas energias seria “fulminada” se não se dotasse da proteção contra estímulos. Sua superfície mais externa abandona a estrutura específica das coisas vivas e tona-se de certa maneira inorgânica. Em outras palavras, a camada mais externa morre para dar vida às camadas mais profundas.

Para Freud (2016), o mecanismo de proteção e toda a energia dispendida nele é muito mais importante que o mecanismo de recepção. Assim, os próprios órgãos sensoriais assimilam pequenas quantidades de estímulos externos. No entanto, o aparelho psíquico tem uma característica diferenciada, porque este recebe energia de fora e de dentro. Sua posição para receber excitações de dentro e de fora torna-se determinante em sua caracterização, com sofisticada proteção para o que vem de fora, mas sem proteção para o que vem de dentro. Ou seja, não temos proteção de nós mesmos, contra nossa própria dinâmica, então admitimos a tendência de não tratar como se agisse de dentro o desprazer que vem de nós e o atribuímos a qualquer fenômeno exterior. Esse seria o mecanismo psíquico da projeção.

Algo que precisamos compreender sobre o impulso da vida é que “a energia que flui para dentro do aparelho psíquico consiste numa passagem do estado de livre fluxo ao estado de repouso” (FREUD, 2016, p.55). Outra novidade da explicação de Freud é que as moções de impulsos partem do sistema inconsciente e não do consciente. Essa realidade leva a uma independência entre os mecanismos de controle das excitações e a percepção de sentidos de prazer, sendo que o princípio do prazer ocorre pela repetição e o reencontro com a identidade. Este dilema se traduz na seguinte questão levantada por Freud: “De que maneira o impulsional se relaciona com a compulsão à repetição?” (FREUD, 2016, p.62). Freud defende a ideia de que os impulsos procuram restabelecer um estado anterior:

Um impulso seria, portanto, uma pressão, inerente às coisas orgânicas vivas, para restabelecer um estado anterior ao qual essas coisas vivas precisaram renunciar sob a influência de forças perturbadoras externas; seria uma espécie de elasticidade orgânica ou, se quisermos, a expressão da inércia na vida orgânica. Essa concepção do impulso soa estranha, pois nos acostumamos a ver nele o fator que impele à modificação e ao desenvolvimento, e agora devemos reconhecer nele precisamente o oposto, a expressão da natureza conservadora do que é vivo. (FREUD, 2016, p. 62).

Nesta relação entre o vivo e o meio-ambiente, seria então o psiquismo humano mais conservador e resistente às influências externas. Assim, se todos os impulsos orgânicos são conservadores, são ao mesmo tempo,

[...] orientados para a regressão, para o estabelecimento de coisas anteriores, então devemos colocar os sucessos do desenvolvimento orgânico na conta de influências externas, perturbadoras e desviantes. Desde seu início o ser vivo elementar não teria querido se modificar; teria, sob condições imutáveis, repetido sempre o mesmo curso de vida. Mas, em última análise, deve ter sido a história do desenvolvimento de nossa Terra e sua relação com o Sol que deixou sua marca no desenvolvimento de todos os organismos. Os impulsos orgânicos conservadores acolheram cada uma dessas modificações impostas ao seu curso de vida e as guardaram para fins de repetição, tendo assim de dar a impressão enganosa de forças que aspiram por modificação e progresso, enquanto apenas almejam atingir uma meta antiga por caminhos antigos. (FREUD, 2016, p. 63).

Nesse ponto, deparamo-nos com a mesma questão de Maturana e Varela (1997), a origem da vida. Mas nesse caso, Freud investiga como isso ocorre em termos interpretativos na consciência, por meio de certa camada da matéria viva. A conclusão a que o psicanalista chegará é de que para o primeiro impulso da vida é mais fácil procurar o caminho da morte do que atravessar o longo caminho vital desconhecido. De modo que, a sobrevivência como fenômeno da vida nada mais é do que longos rodeios até atingir a meta inicial e final que é a morte. A vida é estranha à própria vida, ela é impulsionada por algo que a ela mesma é contrária.

Em termos de cultura humana, poder e busca por reconhecimento são subterfúgios para manter distante a possibilidade da morte biológica, em termos de subjetivismo “o que resta é que o organismo quer morrer apenas à sua maneira”. (FREUD, 2016, p. 68). A

imortalidade é apenas a ideia que preenche o percurso entre a vida e a morte. O impulso de morte é a grande descoberta de Freud.

Com isso, podemos crer que o impulso de morte seria mais eficiente que a homeostase no seu afincado de preservação da vida. É bem verdade que a homeostase é um aspecto positivamente definidor da existência, é um esforço para preservar o ser e este esforço através do qual cada coisa tende a se preservar nada mais é que a própria essência da homeostase. Há no argumento de Damasio, algo que é contrário ao impulso da morte que afirma e justifica a própria vida. Porém, há um aspecto da homeostase que coincide com as constatações de Freud, é que seu trabalho de combater a desordem e manter a ordem só obtém sucesso porque encontra de modo muito eficiente, um estado estacionário. Seria esse estado estacionário similar ao estado de repouso?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida, a consciência, a língua, as principais referências do humano, não sabem dizer ao certo sobre seu nascimento, talvez por isso: “Quanto mais dura a coisa, mais profunda a sua amnésia” (SERRES, 2015, p. 15). O humano se faz em relatos de si, de memórias, de esquecimentos, de viagens, de perdas, de abandonos, de desconhecidos. Em tudo, a fragilidade comanda, o inesperado e o não-objetivo operam. Por todas essas condições, que são também de nossa natureza, decidimos que o amor passionai seria a única forma de nos ligarmos e permanecermos vivos. A parte esquecida de nós permanece e continuamos a procurar por ela, seja no velho ou no novo que se desdobram.

Mais do que uma alternativa epistemológica, compreender o homem enquanto animal complexo é construir novos parâmetros para as relações sociais, estabelecendo outros mecanismos de produção e interação cultural. O homem que produziu um extenso saber em um âmbito não acadêmico poderá dialogar com o cientista que possui um saber acadêmico efetivado.

Desta interação surgirão propostas políticas que congregarão pessoas, uma vez que juntamente com a disjunção dos fenômenos, a ciência moderna também segrega os indivíduos. Principalmente porque o conhecimento é tido como uma importante ferramenta de dominação.

Outra maneira de apreender traz inevitavelmente distintas alternativas de sentir e conceber o outro em sua inteireza...

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. “Método complexo e desafios da pesquisa”. *In*: ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Cultura e pensamento complexo**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

CYRULNIK, Boris. **Memória de macaco e palavras de homem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

DAMÁSIO, António. **A Estranha ordem das coisas**. As origens biológicas dos sentimentos e da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio do Prazer**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016. (Coleção L&PM Pocket).

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MORIN, Edgar. **Amor Poesia Sabedoria**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

RAMESÍN, Humberto Maturana; GARCÍA, Francisco Varela. **De Máquinas e Seres Vivos**. Autopoiese – a organização do vivo. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SERRES, Michel. **Narrativas do Humanismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.



# PERCEPÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO RN

DEMOCRATIC AND POLITICAL PERCEPTION OF HIGH SCHOOL STUDENTS IN RN

Luiz Antonio Ferreira<sup>1</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-1227-6050>

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros<sup>2</sup>

<http://orcid.org/0000-0002-1829-9413>

## RESUMO

Este trabalho tem como foco analisar e comparar como os alunos do terceiro ano do ensino médio do Rio Grande do Norte (RN), mais precisamente nas cidades de Riacho da Cruz e Parnamirim, compreendem a democracia e a esfera política a partir do conteúdo inerente ao ensino de Sociologia, assim como a percepção desses jovens acerca dos direitos e deveres como cidadãos e da importância da democracia e da política. Como procedimento metodológico, a escolha das duas cidades incide sobre duas diferentes realidades, mas que estão imersas sobre os mesmos conteúdos no ensino de Sociologia. Para a pesquisa, foram usados questionários que, por sua vez, comprovam uma perda de espaço da educação para a internet e uma descrença nos partidos políticos e na democracia, embora os alunos as considerem importantes e tenham uma ampla visão democrática.

**Palavras-chave:** Democracia; Política; Ensino de Sociologia; Juventude.

## ABSTRACT

The main focus of this work is to analyze and compare how third-year high school students, in the interior (Riacho da Cruz) and in Parnamirim, metropolitan region of RN, understand democracy and the political sphere as a whole, taking into account what

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCIS) e voluntário do Programa de Residência Pedagógica.

<sup>2</sup> Professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, lotada no Departamento Ciências Sociais e Política. Doutora em Ciência Política (UFPE), mestre em Ciências Sociais (UFRN). Bacharel em Ciências Sociais UFRN, (2007). Vinculada ao projeto Observatório das Metrôpoles. Tem experiência na área de Desenvolvimento Regional, com ênfase em Estado e Políticas Públicas, atuando principalmente no seguinte tema: Gestão Pública, Políticas Públicas, Métodos Quantitativos, Participação e Cultura Política.

says the educational legislation on the teaching of Sociology and its duties with students, the age range of students who are characterized as young people and the importance of discussing democracy and politics with this audience. Methodologically, this research uses quantitative methodologies, questionnaires and data analysis to obtain results, which in turn, prove a loss of space from education to the internet, a disbelief in political parties and democracy, although the students consider them important and have a broad democratic vision.

**Keywords:** Democracy; Politics; Education; Youth.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação tem um importante aspecto: formar cidadãos capazes de pensar sobre o meio social em que vivem, com o papel de oferecer aos estudantes uma capacidade de tecer críticas e pensamentos sobre a sociedade (SCHWARZ, 2019).

No âmbito legal, há algumas determinações e diretrizes que a educação brasileira deve ter como princípios norteadores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, por exemplo, vincula a educação diretamente à prática social, que deve se guiar pelo princípio do pluralismo de ideias, bem como pelo respeito à liberdade e pela tolerância. A referida lei, no que diz respeito à educação básica, define, no artigo 22, que seja promovido pela educação o desenvolvimento do educando, em um processo que lhe garanta ferramentas e formação para o exercício da cidadania — prevendo ainda que o currículo seja composto por conteúdos que possibilitem um estudo, principalmente do contexto sociopolítico brasileiro. Além da propagação de valores e ideias que sejam de interesse social, de modo a contemplar os direitos e deveres dos estudantes, fortalecendo a ordem democrática e o bem comum.

É a partir da educação que se pode fornecer à sociedade os meios com os quais ela possa lutar por ideais, por melhorias sociais e políticas; gerar conhecimento e dar as ferramentas para que as pessoas pensem, sobretudo nas formas de governo e no que as regem.

Como se sabe, a educação transmite também valores e ideais, por isso, a educação é escolhida para ensinar, moldar e construir estes cidadãos que são, *a priori*, capazes de refletir sobre a vida em sociedade. Sem a educação, isso seria uma lição difícil de ser cumprida. Na sociedade brasileira, a Constituição e os órgãos responsáveis pela educação esperam que os cidadãos sejam instruídos no conhecimento político e social de sua realidade; e, para isso, é de fundamental importância que haja disciplinas como Sociologia, para que aflore a consciência crítica dos estudantes e dos jovens.

É reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Lei de número 9.394/96 a importância de disciplinas como a Sociologia na formação de cidadãos. Estes devem, com esses conhecimentos sociológicos, adquirir capacidade de pensar a realidade social em diferentes níveis, construir uma criticidade e uma capacidade reflexiva e tornarem-se agentes ativos dentro da sociedade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é também responsabilidade da disciplina Sociologia ampliar a compreensão dos alunos no que diz respeito à política, tornando-a próxima dos discentes, presente em seu cotidiano, para que a pensem como um espaço de consumação da cidadania. Permitindo diálogos sobre como se dão os governos, as formas de Estado no mundo contemporâneo e a caracterização dos regimes políticos, o que, dessa maneira, inclui construir saberes sobre a democracia.

Reconhecendo esse papel que é atribuído à educação e à sociologia, objetiva-se com esta pesquisa analisar como os estudantes do ensino médio de duas escolas públicas compreendem a democracia. As escolas escolhidas são a Escola Estadual João Soares da Silva, localizada no município de Riacho da Cruz (RN), cuja população estimada, segundo o IBGE (2021), é de 3.648 habitantes, e o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra, presente em Parnamirim (RN), município pertencente à Região Metropolitana de Natal, com população estimada para 2021 de 272.490 habitantes. Esta pesquisa utilizou como recorte duas escolas com realidades diferentes para averiguar se os alunos de grandes centros urbanos, em relação aos de um pequeno município, possuem melhor compreensão sobre os aspectos que regem a democracia.

Os públicos trabalhados foram as turmas do terceiro ano do ensino médio, buscando inferir sobre a percepção destas sobre o que rege e o que sustenta o sistema democrático, o que o fragiliza e que elementos são fundamentais para a democracia, entre outras finalidades. Com o ensino de Sociologia presente a partir do primeiro ano do ensino médio, espera-se que após esse contato com a disciplina os alunos tenham a compreensão do que é a democracia e da sua importância.

## 2 DEFININDO DEMOCRACIA

A democracia, assim como muitos outros objetos de estudo das ciências sociais e humanas, e especificamente dentro da ciência política, não tem um conceito definido e estático. A concepção de democracia sempre variou de acordo com a época e de acordo com a sociedade. A cada renovação, ela traz novos elementos que precisam ser definidos.

Durante um tempo, apenas os processos eleitorais sem fraudes, que possibilitassem a livre e limpa concorrência entre os adversários políticos foi suficiente para descrever e caracterizar a democracia (PRZEWORSKI, 1999), mas com as mudanças políticas e sociais foram abarcados ao conceito de democracia novos elementos, bem como liberdades civis, políticas, liberdades de imprensa, entre outros.

Na medida em que a cidadania avança, e em que as mudanças políticas e sociais ocorrem, mais fatores são cobrados para o exercício pleno da democracia, e com isso uma gama de autores a discutem, sempre tentando defini-la, seja por uma perspectiva submínima, mínima, ou por uma perspectiva de democracia participativa, deliberativa, multiculturalista ou outras. Ou seja, há um grande leque de perspectivas pelas quais os autores que discutem democracia podem se deter.

A concepção submínima da democracia é uma concepção que evidencia nas democracias o processo eleitoral; sobre como ele ocorre, se de forma limpa, livre, com respeito aos adversários políticos, se há alternância de poder. Um dos principais teóricos desta concepção é o Schumpeter (1961), o qual afirma que democracias se resumem a eleger governantes e ao direito do voto. O autor preocupava-se com a capacidade das democracias em eleger governos, por isso também se preocupava com a livre concorrência entre os partidos políticos no processo eleitoral.

Przeworski (1999), que define a transferência de poderes por meio de eleições como sendo a principal virtude de um sistema democrático e também como sendo um sistema em que os partidos políticos aceitam sua derrota política, ou seja, mais um representante da concepção submínima, que evidencia, mais uma vez, somente o processo eleitoral na descrição de democracias.

A partir dessa concepção, surge na ciência política a concepção mínima de democracia. Esta é responsável por incorporar à democracia novos elementos, sendo eles o respeito às liberdades individuais e de imprensa. Abarca à democracia também a maior expansão possível do direito ao voto, assim como se os políticos eleitos por meio do voto realmente governam ou se estão sendo usados por forças militares ou outros grupos.

Também traz o elemento que tanto é importante para as concepções mínimas e submínimas: se há eleições livres, limpas, em que os partidos políticos possam competir igualmente, mesmo essa concepção mínima não considerando a interferência da desigualdade social na desenvoltura democrática (MAINWARING; BRINKS; PÉREZ-LIÑÁN, 2001).

Scott Mainwaring, Daniel Brinks e Pérez-Liñán (2001) afirmam que há riscos na concepção submínima, pois pode haver países onde se realizam eleições, mas que ao mesmo tempo desrespeitam a liberdade de imprensa e individuais (prejudicando o próprio processo eleitoral) e, com isso, o equívoco de classificar países semidemocráticos ou autoritários como sendo democráticos. Por isso, a concepção submínima, segundo estes autores, não abarca elementos importantíssimos para uma democracia.

Robert Dahl (1972) traz a impossibilidade de alguns países serem plenamente democráticos e, por isso, elabora um novo conceito. O autor diz ser impossível haver uma democracia com plena desenvoltura; e, para uma análise desses países sem cair em terminologias excludentes ou determinantes, ele cria o termo “*poliarquia*” para se referir a formas de governos que podem ser definidas como regimes relativamente democratizados, ou seja, regimes que foram, de forma incompleta, popularizados e liberalizados: tem uma forte inclusão e uma ampla contestação pública.

Definindo democracia, Robert Dahl (1972) elenca alguns fatores que são de extrema pertinência para a descrição de uma democracia: contestação pública e direito de participação, compreendendo esses termos como sendo a oportunidade e o direito do povo de reivindicar e participar das decisões políticas. Além desses elementos já elencados, o autor afirma que é essencial haver liberdade para que exista oposição ao governo em um regime democrático e que haja também a participação destes opositores e do povo, o que complementa os elementos citados.

Abarcando mais atribuições para as democracias, Dahl (1972) inclui a *responsividade* que os governos devem ter perante às preferências dos cidadãos (preferências estas que devem ser vistas pelos governos sem cunho discriminatório). A maior extensão possível do poder do voto ao povo é outro elemento que se faz presente na obra e em outras concepções já citadas na pesquisa.

No entanto, mesmo com a preocupação com a extensão do voto, a análise do sufrágio do voto em uma democracia, para Robert Dahl, não pode ser elencada como norteadora, mas somente como mais uma característica de um governo democrático. Pensando nos efeitos da popularização e liberalização, Dahl (1972) enfatiza como isso é visto pelos governantes: essas mudanças ampliam a possibilidade de conflitos políticos entre oposição e governo, mas o governo, racionalmente, equilibra os custos e os benefícios que teria oprimindo sua oposição e escolhe tolerar seus adversários no campo político, possibilitando outro pilar da democracia para Dahl, a competitividade (DAHL, 1972).

Uma outra obra, contemporânea, que elenca pilares para a plena democracia é a mais recente “*Como as democracias morrem*” (2018), escrita por dois professores de Harvard, Levitsky e Ziblatt. No livro, os autores vão discutir e explicar como está ocorrendo a fragilização, o falecimento de regimes democráticos de alguns países, inclusive de países com democracia estabilizada, pois, segundo eles, uma nova onda de conservadorismo e autoritarismo atinge as esferas políticas de diversos países.

Para explicar como a democracia, especificamente a estadunidense, está sendo corrompida, os autores atribuem o pleno funcionamento da democracia a alguns fatores, sendo estes: as regras não escritas da democracia. Os autores irão afirmar que estas estão sendo corrompidas e enfraquecidas. As regras não escritas, tão fundamentais para as democracias, seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua se expressa no respeito que os políticos têm uns com os outros, por outros partidos e pela oposição política como um todo. Reconhecer estes como adversários legítimos e não como inimigos (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

A reserva institucional seria o uso limitado de determinados poderes legais, de certas atribuições políticas, que, apesar de legítimas, não são correspondentes a uma boa prática política, capaz de desestabilizar um sistema, tendo em vista que essa regra não escrita é fortalecida cada vez mais pelas ações dos políticos, pois estes, historicamente, vêm usando cautelosamente seus poderes (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Para os autores, essas duas regras não escritas sustentam uma democracia bem mais que as regras escritas, institucionais, pois criam uma cultura política que torna inviável ataques a um processo eleitoral (exige confiança nas eleições), propicia um ambiente político que preza pela liberdade individual, política e pela liberdade de imprensa.

Todos os elementos citados são importantíssimos na visão dos autores para uma democracia estável e consolidada, mas atribui um papel importante aos partidos políticos: o papel de serem protetores da democracia. É dever dos partidos, segundo os autores, manter longe do poder políticos que se caracterizem enquanto autoritários ou demagogos, apresentando um risco ao Estado Democrático de Direito (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

A democracia brasileira tinha, até então, cumprido seu papel procedimental que era melhorar a vida do povo, o que incluía realizar políticas públicas para promover melhor saúde, educação, assistência social etc. (AVRITZER, 2016). O autor cita um descontentamento com a democracia brasileira. Após essa afirmação, o autor se debruça em sua obra em explicar quais são os fatores que fizeram a população brasileira entrar em uma situação de descrença do sistema democrático brasileiro.

Entre elas estão: o modo como estão sendo feitas as alianças políticas, uma crise no sistema presidencialismo de coalizão, uma fragmentação e diminuição da participação popular, além da contraditória forma de combate à corrupção e também uma perda de status da classe média brasileira. Todos esses fatores propiciam um aumento na perda de legitimidade política por parte da população (AVRITZER, 2016).

Analisando os desafios à democracia brasileira, as raízes do autoritarismo no Brasil, Lilia Schwarcz (2019) faz uma descrição minuciosa de como o racismo, o patriarcado, a corrupção, o patriomonialismo, a desigualdade, a intolerância e outros corroem a tão nova democracia brasileira. A autora também aponta que o Brasil, seguindo a linha de governos autoritários, tende a esquecer o seu passado, criar uma narrativa para que o Estado e a população se peguem a ela. Um dos exemplos de narrativas criadas pelo Brasil seria o mito da democracia racial, por exemplo, da harmonia entre as raças.

Schwarcz (2019) declara que há uma tendência dos Estados em construir uma história que mantêm as “estruturas de mando e obediência”, que se espalham para o senso comum, essas narrativas passam a ser reproduzidas no dia a dia. Segundo ela, há no Brasil quatro pressupostos, falácias: a de um país harmônico, sem conflitos, de um povo avesso às hierarquias, e de que é uma democracia plena, sem ódio de classe, gênero e religião e que Deus asseguraria o povo brasileiro viver num paraíso.

Questiona a validade dessas premissas, resgatando o passado escravista do Brasil, explanando a violência cometida contra a população LGBT e chama atenção para o fato de que, em tempos de crise política, há uma disposição dos brasileiros a apoiar regimes militares, além da presença de latifundiários, coronéis, que ainda se fazem presentes nos estados, na política e nas eleições. Schwarcz (2019) ainda afirma que o Brasil está “surfando” numa onda conservadora, que há uma “demonização” das questões relacionadas ao gênero, às minorias sociais, às instituições políticas, aos partidos e que isso é resultado de um apego “a uma história mítica” (SCHWARCZ, 2019, p. 20).

Baquero (2008) é um outro autor que discute democracia no Brasil. Em um de seus trabalhos, ele analisa as discrepâncias teóricas que são criadas quando se enxerga o processo de democratização de um país (no caso, Brasil) somente por vias institucionais. O autor afirma já, em primeiro momento, que considerar apenas aspectos procedimentais é insuficiente num cenário de complexidade política.

Segundo ele, analisar a democracia brasileira, por exemplo, somente por esses segmentos pode fazer com que a democracia brasileira pareça até mais resistente a retrocessos e a rupturas que democracias europeias. Caracterizando uma democracia de qualidade, diz Baquero (2008), é necessário legitimidade, estabilidade e satisfação por parte dos cidadãos e que o modelo de “democracia contemporânea requer uma cidadania ativa.”

Para teorizar sobre a democracia no Brasil, o autor alinha-se ao Robert Dahl, já citado neste trabalho, com o pensamento de que nenhuma democracia é plenamente exercida, e encaixa o Brasil no rol de países democráticos de terceira onda (democracias em que o mercado tem papel central tanto nas esferas econômicas quanto nas sociais e políticas).

### **3 SOBRE JUVENTUDE, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

Pensando no perfil dos estudantes da rede básica também enquanto pessoas jovens, pensados por alguns autores, como Maia *et al.* (2011), como um público que, de acordo com sua realidade, está mais apto à mudança, à tolerância e à reconstrução da realidade social, constata-se que são importantes sujeitos políticos. Maia *et al.* (2011) afirmam que os jovens representavam em 2008 uma minoria política, apesar da população entre 15 e 25 anos corresponder a 20% da população. Maia *et al.* (2011) salientam ainda que esse público não costuma ter contato com discussões políticas na educação, nem em rede privada nem em rede pública de ensino, e que, muitas vezes, só tem a oportunidade de integrar-se na política quando ingressa na universidade, por meio de centros e diretórios acadêmicos e diretórios centrais de estudantes.

Outra pesquisa envolvendo juventude, política e educação foi realizada por Martins e Barros (2018) com o intuito de identificar quais os impactos do programa que promove uma educação política no Brasil, o Parlamentar Jovem Brasileiro (PJB). Os autores pontuam que numa sociedade democrática a educação é tida como uma ferramenta para promoção de ideais democráticos e cívicos que sirvam de alicerces para os regimes democráticos.

Os autores compreendem ainda que esses jovens tendem a se afastar da política institucional para participarem dos movimentos sociais, grêmios, etc. Eles costumam se posicionar contra a corrupção e favoráveis principalmente ao direito de acesso à educação. E reafirmam que, para o fortalecimento de qualquer regime democrático, é necessário que haja um aprendizado político que tenha como principais atores políticos os jovens.

Baquero e Baquero (2012) apontam que os jovens estão cada vez mais descrentes das instituições tradicionais e que isso se dá devido à corrupção e à desigualdade social, e que esse cenário se configura mesmo após o governo brasileiro, na época analisada pelos autores, ter buscado fortalecer as instituições. Para os autores, baseados em dados do Latino Barômetro, os jovens, apesar dos esforços governamentais, estariam cada vez mais distantes de ocupar seus espaços de participação social. Segundo a UNESCO, esse perfil de faixa etária sente-se cada vez menos representado, tanto na esfera do discurso, dos partidos políticos quanto dos debates.

Expondo essa realidade dos jovens perante à política brasileira, os autores questionam como então está sendo construída pelos jovens a democracia e a política brasileira. Estaria ela em declínio? Os jovens estão realmente mais apáticos no que diz respeito à política? Os autores trazem dados do IBGE (2010) que apontam um percentual de 26,9% da população brasileira como sendo de pessoas entre 15 e 29 anos de idade e chamam a

atenção para o fato de que com esse percentual, as atitudes, as ideias, as posturas e conhecimentos desse contingente populacional são capazes de ditar a realidade da democracia de um país. Em um cenário de contradição, segundo eles, estaria havendo um fortalecimento democrático enquanto o abismo dos jovens na política aumentava (BAQUERO; BAQUERO, 2012).

Max Stabili (2012) aponta que há uma crise nas democracias ocidentais e questiona como os jovens estão lendo isso, e afirma que, com a apatia política e a desconfiança das instituições, seus interesses não estão sendo defendidos. Ele acredita que os cidadãos confiam na democracia como melhor sistema de governo, mas não nas instituições e que, além disso, a postura política sofreu mudanças, que agora ela seria pós-moderna e individual e que há ainda nesse cenário o acréscimo da internet, que se opõe a hierarquias, que descredibiliza autoridades e a formalidade e que tem como principais agentes os jovens.

Na internet, segundo Stabili (2012), há a possibilidade de construir conhecimento, inteligência coletiva sem intermediários, como fóruns de política, partidos, etc. Essa realidade traz impactos políticos imensos, perpassando até pela educação, em que os *YouTubers* ocupam uma posição de sabedores. Pensando então essa possibilidade de construção de conhecimento coletivo permitida na internet, o autor afirma que não há por parte dos jovens uma falta de interesse, mas sim uma busca por colaboração.

## 4 AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE DEMOCRACIA

De acordo com as respostas obtidas dos alunos da E.E. João Soares da Silva e do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP, são verificáveis algumas concepções e compreensões dos estudantes a respeito da democracia, sobretudo a brasileira, pois 90,5% dos alunos das duas escolas consideram o Brasil como um país de regime político democrático, com uma pequena porcentagem entre as escolas apontando para outros regimes como militar, aspecto esse que não faz parte da política brasileira desde 1985.

Buscando relacionar o questionário com a literatura trabalhada nesta pesquisa, foi questionado aos alunos o que era uma democracia e quais os elementos mais importantes de uma. Na E. E. João Soares da Silva e no CEEP foram obtidos resultados semelhantes: na primeira instituição, 90,5% dos alunos se aproximam da definição mais completa de democracia e, no CEEP, o índice aumenta para 95,2%, com ambos caracterizando democracia como um regime político que tem como princípios básicos os direitos civis, políticos, sociais e a diversidade, estendendo-se muito além do voto e da campanha eleitoral.

Essas concepções dos estudantes dialogam com as teorias mais abrangentes de democracia presentes neste trabalho. Os alunos consideram a democracia como sendo algo composto por elementos além da campanha eleitoral, se relacionando com as teorias de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), em que afirmam que analisar somente o processo eleitoral é vago para uma democracia, que se deve inserir outras análises, como a atuação da imprensa, a liberdade de expressão, entre outros fatores.



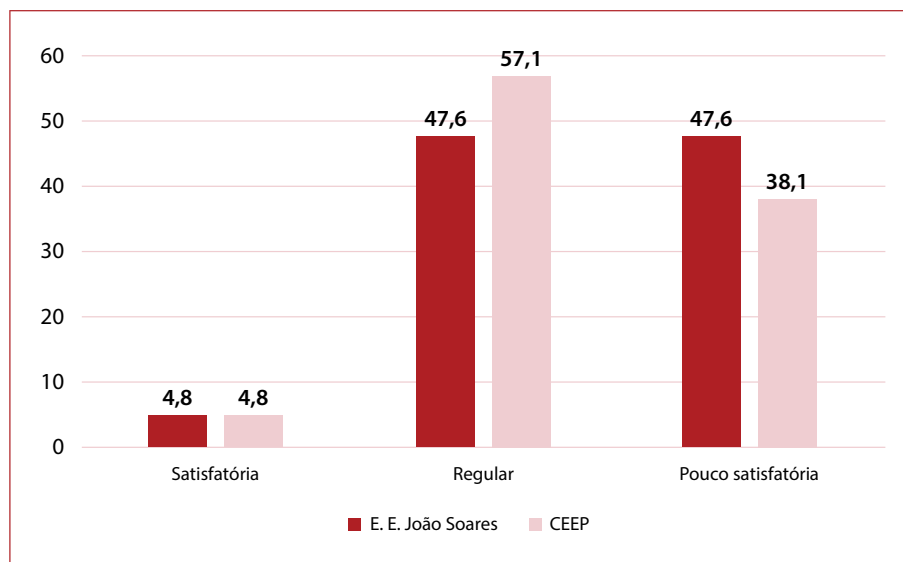
Além disso, estabelecem relação com outros autores, como Levitsky e Ziblatt (2018), quando inserem regras não institucionais, o papel dos partidos políticos e da imprensa na tarefa de fortalecer e defender a democracia, bem como Robert Dahl, que por abranger tantos elementos a uma democracia, diz ser impossível existir um Estado plenamente democrático.

Quanto ao aspecto da importância da democracia para os alunos, percebe-se uma maior diferença entre os estudantes das referidas escolas, pois enquanto 90,5% dos alunos do CEEP consideram a democracia como algo importante, apenas 71,4% dos alunos da E.E. João Soares a consideram como tal e 23,8% a consideram razoavelmente importante.

As questões aplicadas junto aos alunos também versavam sobre a avaliação da democracia brasileira e a consistência desta perante os estudantes. Considerando a avaliação da democracia brasileira, é afirmativo que os alunos da E.E. João Soares estão mais descontentes com o regime, pois 47,6% deles a consideram como insatisfatória e 47,6% como regular. Enquanto isso, no CEEP, 57,1% a consideram pelo menos regular. No geral, o espectro que ronda as duas turmas é de insatisfação com a democracia brasileira, com apenas 4,8% considerando-a como satisfatória nas duas turmas, com índice muito baixo.

Esses dados conversam com a literatura trazida neste trabalho, principalmente com Max Stabili (2012) quando afirma que os jovens conferem importância à democracia, mas não às instituições, que estão cada vez mais distante e com descrédito dentro desse público.

Isso pode ser explicado a partir do fato dos estudantes do CEEP residirem numa região com muito mais movimentos sociais, com uma atuação política muito mais forte e constante, não sendo presente apenas em períodos eleitorais. Isso ajuda a reforçar no imaginário desses estudantes a importância de um regime político que dê espaço à participação política, à democracia.



**Figura 1** - Como você avalia a democracia brasileira?

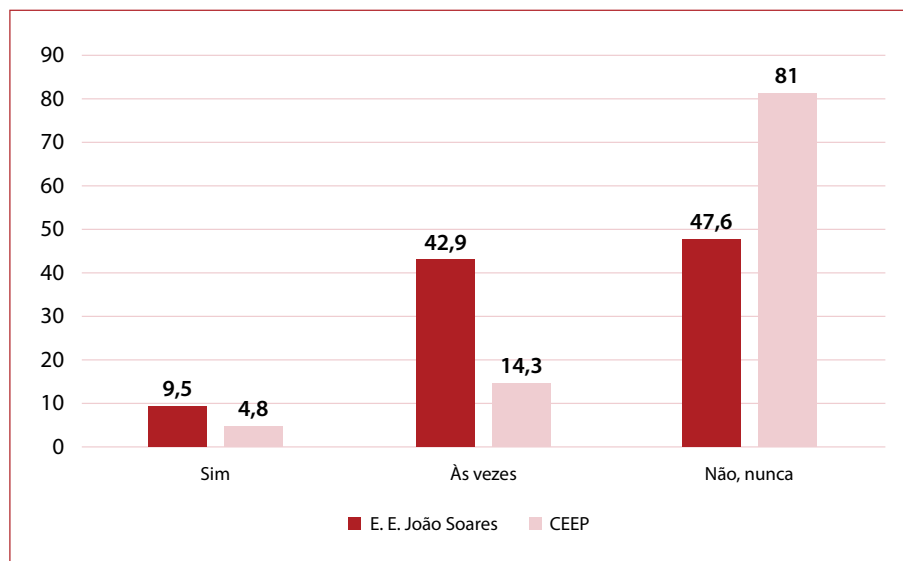
**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Condizente com as respostas anteriores, os alunos do CEEP apresentam uma maior resistência a um regime militar, sejam quais forem as circunstâncias. Isso reflete o resultado de 90,5% deles considerando democracia como algo importante, inviolável. Buscando compreender mais a fundo a relação dos estudantes com os pilares democráticos, como por exemplo, partidos políticos e movimentos sociais, as perguntas foram ainda mais direcionadas, versando diretamente sobre esses aspectos.

Já os estudantes da E. E. João Soares da Silva apresentam uma maior aderência à possibilidade de viver num regime militar, com 9,5% apontando para “sim” e 42,9% para “talvez”, achando viável a substituição de um estado democrático por um autoritário. Mounk (2018), em sua obra *O povo contra a democracia*, fornece mecanismos de explicação do porquê os jovens estarem tão propensos a apoiar regimes autoritários e de serem tão críticos da democracia. É fato, diz o autor, que não só os jovens, mas os cidadãos, de maneira geral, estão mais indignados e inquietos com a política, demandando políticas que antes eram impensáveis de ter apoio popular, pois os eleitores estão se sentindo distantes das políticas públicas, impacientes com as instituições e intolerantes com o avanço e conquista de direitos por parte de minorias.

Há o declínio das economias, o avanço de partidos cada vez mais radicais, juntamente com o cansaço da democracia liberal, diz Mounk (2018). Pesquisando a situação dos jovens nos EUA perante a democracia, o autor relata que menos de um terço deles acha importante, essencial, viver numa democracia.

Mounk (2018) estuda especificamente a realidade dos EUA e da Europa Ocidental, ressaltando que esses elementos podem transcender essas fronteiras. A partir de Mounk é possível inferir que os índices de confiança nas instituições e na presidência dos EUA estão baixíssimos, sendo “natural” o desinteresse por política por parte dos jovens, principalmente os nascidos dos anos 1980 em diante. É constatado que os jovens são muito mais propensos a “desistir” da democracia, o que pode ser explicado por vários fatores, como desemprego, desconfiança nas instituições e também o fato destes jovens nunca terem tido contato com o regime oposto à democracia, com o autoritarismo, com o fascismo, promovendo uma não valorização do estado democrático.



**Figura 2** – Você acha viável que em alguns momentos substituam a democracia por um regime militar?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Sobre os partidos políticos, foram questionados a respeito de suas afinidades, como se relacionam com os partidos em eleições, qual a importância conferem a estes. Os alunos do CEEP indo contramão da política institucional, de acordo com suas respostas, apresentam apenas 9,5% de afinidade com algum partido político contra 14,3% dos alunos da E. E. João Soares da Silva. Entre as duas turmas, o índice de afinidade dos estudantes com os partidos é baixo, se aproximando do que dizem Baquero e Baquero (2012), quando afirmam que os jovens estão cada vez mais descrentes da política institucional e dos partidos políticos. Dentre os pouquíssimos que responderam ter alguma afinidade, citaram partidos como PT e PSL. Na E. E. João Soares ainda houve menções a um movimento político, o MBL, o que é diferente de um partido político, demonstrando possível confusão a respeito da compreensão do que é de fato um partido.

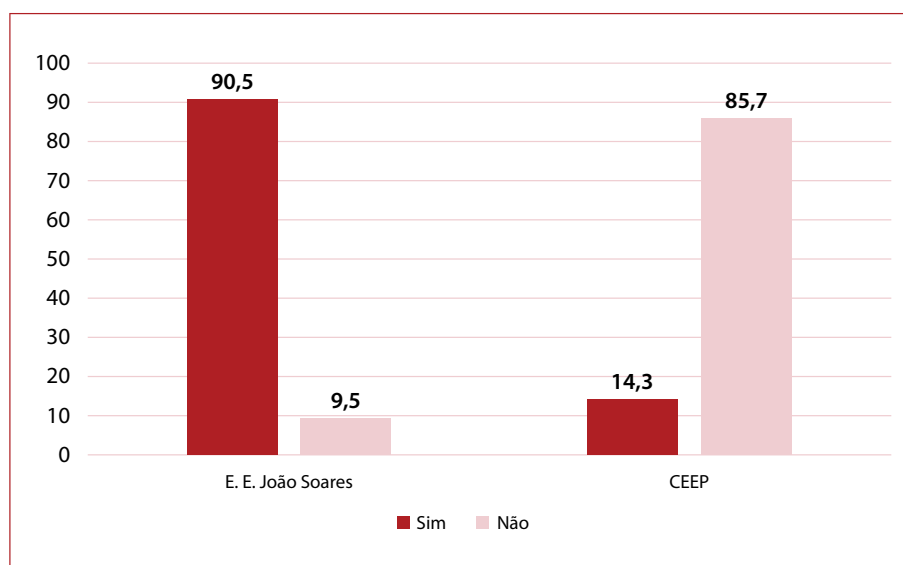
Apesar dessa situação de pouquíssima afinidade dos estudantes com os partidos políticos brasileiros, eles ainda conferem moderada importância, com ambas as turmas alcançando índices de 57,1% no que diz respeito à importância dos partidos. Isso demonstra que eles, apesar de considerar os partidos políticos ainda como uma forma de representação importante, preferem se manter afastados.

Junto disso, há um indicativo importante de como os alunos pensam a questão representativa dos partidos políticos nas eleições. Em ambas as escolas, o índice de estudantes que consideram o partido como critério para definir seus votos é baixo. Na E. E. João Soares, apenas 9,5% procura estabelecer seus votos a partir dos partidos; no CEEP, 14,3%, resultando muito mais no voto personalizado, no voto dirigido aos candidatos. Ou seja, retifica-se a distância entre eles e os partidos políticos.

Neste cenário, um dos pilares da democracia, definidos até como defensores da democracia por Levistky e Zibblatt (2018), os partidos políticos são atingidos por uma desconfiança, descrença e não identificação dos jovens para com eles, provocando uma fragilidade num dos maiores alicerces democráticos.

Indispensável em qualquer Estado democrático, o voto é um dos pilares de qualquer democracia, logo, entender como está se dando o exercício do voto entre esses jovens é também essencial. Com os resultados das respostas dos alunos quando questionados se haviam votado na última eleição (2020), o índice é um pouco preocupante, principalmente para o CEEP, em que apenas 14,3% votaram. Enquanto isso, na E. E. João Soares 90,5% dos estudantes exerceram o poder do voto.

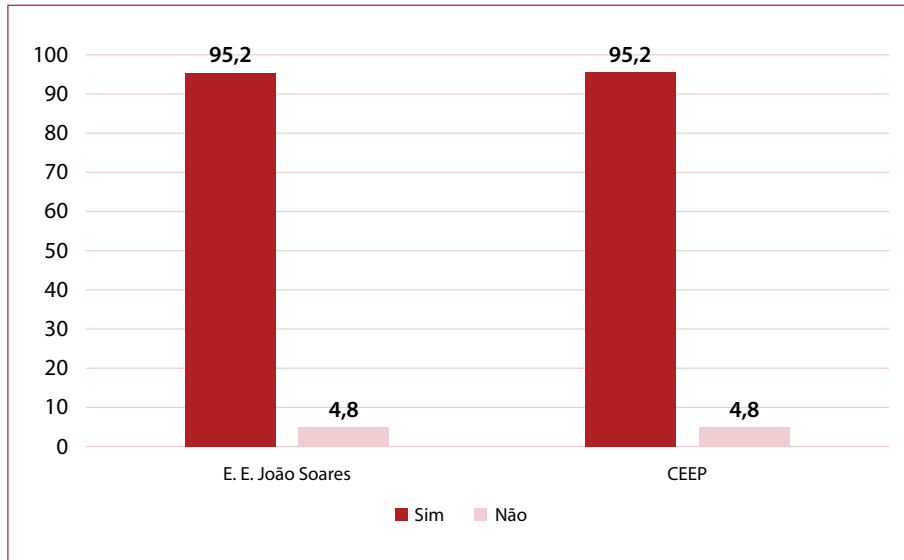
Diante de tais dados, conclui-se que a política, pelo menos em período eleitoral, faz-se muito mais presente e próxima dos alunos da E. E. João Soares da Silva. O motivo deles não terem votado foram variados, mas o principal foi não ter o título eleitoral, embora haja menções importantes dos alunos do CEEP que comprovam um descontentamento e uma descrença nos políticos brasileiros, alegando corrupção, enriquecimento ilícito, má prática política, culminando numa falta de engajamento desses jovens.



**Figura 3** – Você votou nas últimas eleições?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

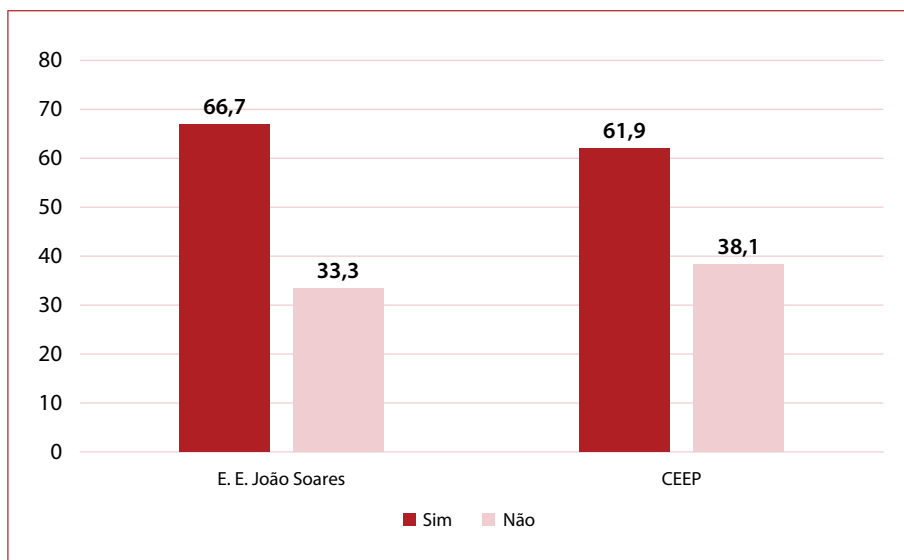
A respeito dos movimentos sociais, elemento também importante e que vale a análise de como estes jovens os enxergam, há resultados que fogem da obviedade. Nas duas escolas e turmas, foram alcançados os mesmos índices de importância conferida aos movimentos sociais: 95,2%.



**Figura 4** – Sobre os movimentos sociais: você acha eles importantes?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

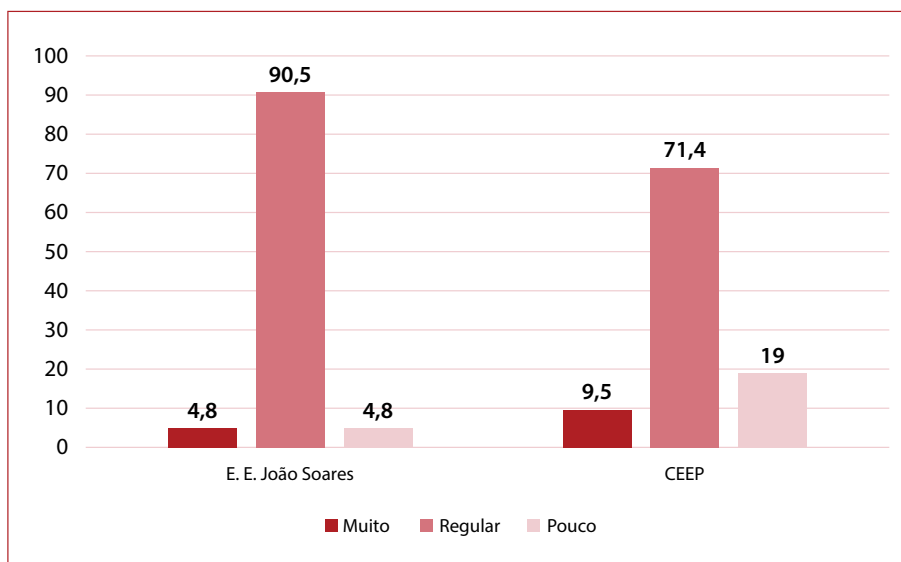
A diferença vem no próximo tópico, que revela o quanto eles conhecem movimentos sociais, se conhecem algum, o contato que eles têm com esses movimentos. Na E. E. João Soares, 66,7% dos alunos do terceiro ano conhecem algum movimento social, enquanto no CEEP o índice é de 61,9%. Apesar de a diferença ser pequena, o resultado é revelador e inesperado. Uma escola se localiza no interior do estado, onde a existência desses movimentos sociais é reduzida, quase inexistente, mas ainda assim há nessa realidade um maior conhecimento do que entre os estudantes que residem na capital.



**Figura 5** – Você conhece algum movimento social?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

No objetivo de captar o quanto de democracia e política estes jovens entendiam, tiveram que responder o quanto eles compreendiam; se muito, pouco ou medianamente. Os resultados foram os que seguem no gráfico a seguir. Na E. E. João Soares, o índice apresenta uma melhor percepção (razoável), pois, apesar de 9,5% dos alunos do CEEP afirmarem conhecer muito de democracia e política, o índice de razoável e pouco se sobressai muito mais.

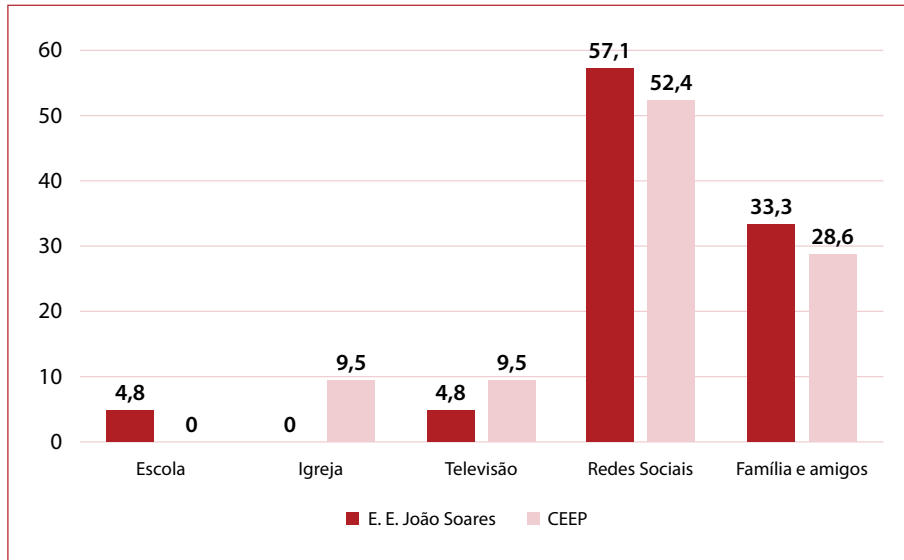


**Figura 6** – Acerca da sua compreensão sobre política: você compreende muito, regular ou pouco?  
**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Além de saber o quanto eles entendem sobre estes aspectos da vida social, é muito importante saber onde estão sendo formadas as suas opiniões e concepções a respeito disso. Tendo em vista essa importância, eles tiveram que assinalar através de qual meio eles formam suas opiniões políticas, se através da escola, família, igreja, televisão ou redes sociais.

Ter conhecimento sobre isso é importante para saber se as escolas cumprem as prerrogativas a respeito do ensino de Sociologia quando afirmam que tal disciplina deve construir saberes sobre regimes políticos, governo e cidadania, de forma geral, e, sobretudo, para analisar a influência da família e das redes sociais neste público, teorizada neste trabalho por autores como Stabili (2012) e Maia *et al.* (2011).

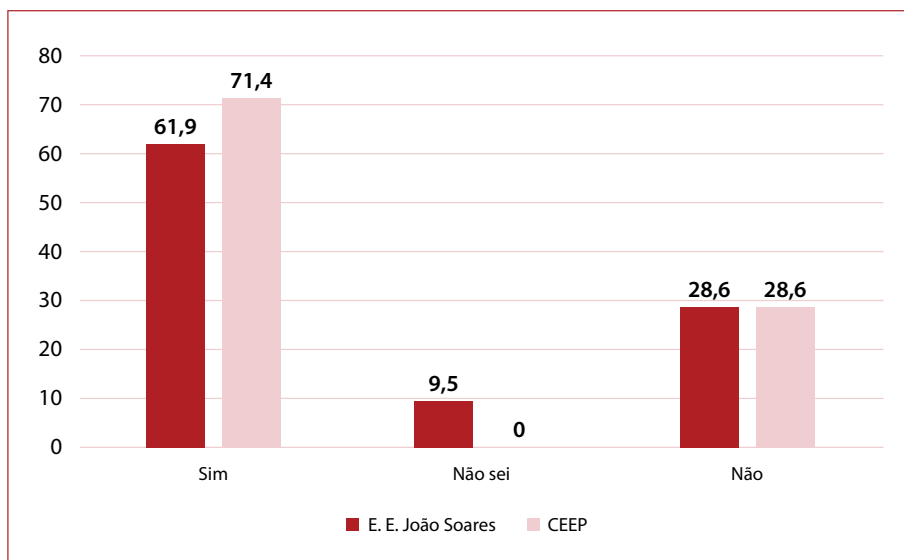
O resultado, nas duas turmas, mostra uma influência enorme e dominante das redes sociais como uma ferramenta e espaço para formar opinião, conhecimentos e um perfil político, seguido da influência dos familiares e amigos. A situação é um tanto quanto reveladora, pois evidencia a perda de relevância da escola nessa questão, tendo em vista que nenhum dos alunos do CEEP levam em conta a escola para construir suas concepções acerca da política; e apenas 4,8% dos alunos da E. E. João Soares priorizam.



**Figura 7** – Você forma sua opinião política na maioria das vezes através de qual meio?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Em diálogo com essa questão, eles responderam se achavam importante que houvesse discussão sobre política no ambiente escolar. Neste aspecto, os alunos do CEEP apresentam uma maior abertura e conferem maior importância a que se discuta política nas instituições educacionais (o que pode ser contraditório, levando em conta que os mesmos alunos não constroem seus conhecimentos de política baseados nessas discussões), e se igualam no que diz respeito à não importância da discussão.

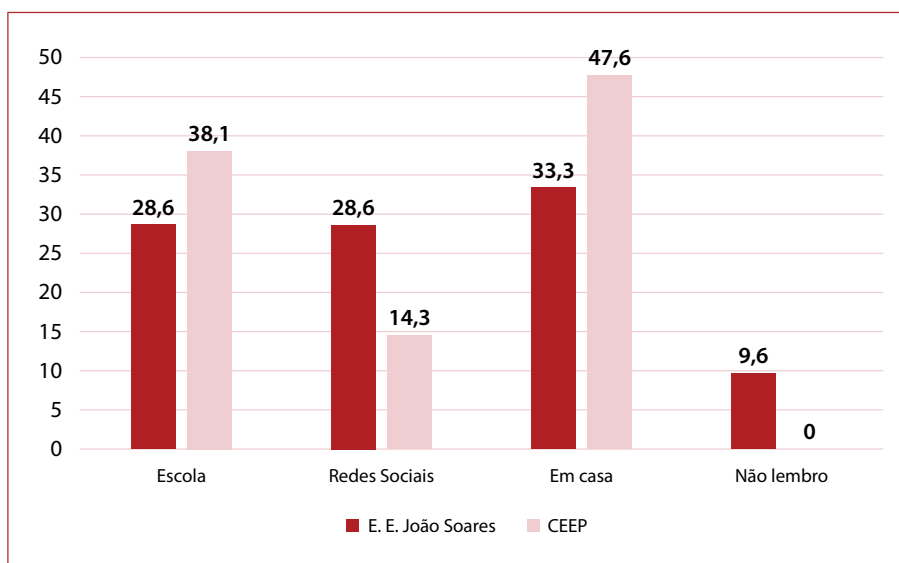


**Figura 8** – Você acha importante que se discuta política no ambiente escolar?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Ainda na meta de traçar a “rota”, a trajetória dos conhecimentos desses jovens alunos, busca-se saber por qual meio eles tiveram o primeiro contato com o termo “democracia”. De acordo com os resultados, verifica-se uma dominância e presença de diversas instâncias e meios, de forma horizontal. Tanto a escola, as redes sociais e a família foram precursores para inserir os alunos na discussão sobre democracia, com ressalvas para a importância que exerce o papel familiar para os alunos do CEEP, com 47,6%.

Esses dados confirmam, nesta realidade, o que diz Stabili (2012), ao frisar que os jovens estão buscando a internet cada vez mais como um espaço alternativo e de colaboração para formar suas opiniões políticas, influenciando até mesmo no papel da educação formal.



**Figura 9** – Supondo que você conhece o termo democracia, onde você teve o primeiro contato?

**Fonte:** Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2020).

Identificar a frequência com que eles discutiam política no seu dia a dia, saber o quão próxima é a política de suas vidas também é primordial, logo eles foram chamados a responder isso, demonstrando uma presença, de forma geral, regular das discussões políticas no cotidiano de cada turma.

## 5 CONCLUSÕES

É possível estabelecer algumas conclusões após o levantamento bibliográfico envolvendo democracia, política, juventude e educação e após a análise dos questionários aplicados aos alunos nas duas escolas.



A exemplo de considerações finais destaca-se a concepção, em ambas as turmas, de democracia como sendo um regime político de amplas extensões: com alcance de direitos políticos, civis, sociais, de garantia da diversidade, liberdade de imprensa, limpo processo eleitoral, escolha de governantes etc. As noções que os estudantes têm a respeito de democracia se afastam da noção submínima (PRZEWORSKI, 1999) de democracia, que considera apenas o processo eleitoral em suas análises.

Com acesso e análise das respostas dos alunos é possível fazer algumas considerações a respeito também da percepção geral deles sobre o espectro político, democrático, sobre a educação e outras influências em suas vidas.

Percebe-se que as prerrogativas, as legislações educacionais, no que cabe as determinações de discutir em sala de aula regimes de governo e a democracia, estão sendo cumpridas em ambas as escolas, pois um índice considerável deles afirmaram ter tido o primeiro contato com a democracia em sala de aula.

Porém, há um quadro muito mais superior a este, o da perda de espaço da educação na formação política e cidadã destes alunos, em ambas as escolas, se intensificando no CEEP, onde nenhum dos estudantes do terceiro ano forma seus conhecimentos sobre política e democracia a partir do ambiente escolar. Constata-se uma presença muito mais forte das redes sociais assumindo esse papel, o que já foi relatado na literatura deste trabalho, por meio de Stabili (2012) e outros.

Essa situação pode ser ainda mais reafirmada e caracterizada quando os alunos do CEEP, residindo na região Metropolitana (onde há forte presença de movimentos sociais), conhecem menos movimentos que os estudantes da E. E. João Soares. Isso abre margens para afirmar que os jovens do interior tiveram contato com esses movimentos através das redes sociais, que já deixaram clara a sua força dentro desse público, de acordo com os dados presentes neste trabalho.

Em ambas as turmas, é também notável o cenário de descrença, insatisfação e de alheamento dos alunos perante a política, democracia e partidos políticos. Como já dito, os jovens estudados nesta pesquisa até consideram os partidos instituições políticas importantes, mas não querem estabelecer uma relação próxima com estes, nem no momento de votação.

Em termos de comparação entre ambas, não há muitas diferenças de concepções de uma para outra, pelo contrário, há mais proximidades, exceto por questões bem pontuais, como o exercício do voto, em que os alunos da E. E. João Soares se mostraram mais atuantes, enquanto os do CEEP se mostraram mais resistentes a um regime não democrático, etc. Ou seja, são variáveis que se encontram e se distanciam, formando um perfil mais sólido descrito.

A insatisfação com as instituições e a democracia no Brasil pode ser lida e interpretada pelas contribuições teóricas de alguns autores e autoras, como por exemplo, Lilia Schwarz (2019), já citada nesta pesquisa, afirmando que há no Brasil, uma tendência por parte da população, de apoiar regimes militares em tempos de crises, de criar falsas narrativas a respeito desses regimes e que há, atualmente no país, uma onda de ódio perante as instituições e a democracia.

É também constatada uma dada importância à democracia e aos partidos políticos por parte dos estudantes, mas ao mesmo instante, uma relação de estranhamento, desconfiança e insatisfação. Isso pode ser explicado pela ótica de Baquero e Baquero (2012), quando os autores afirmam que há entre os jovens brasileiros uma descrença nas instituições mais tradicionais, provocado pela desigualdade social e corrupção, que acaba sendo endossado por Avritzer (2016), quando diz que escândalos de corrupção estão a fragilizar a democracia brasileira perante a população.

Analisando a perda de espaço do ambiente escolar na formação política dos estudantes, Stabili (2012) auxilia na compreensão de tal fato, pois diz que a internet toma cada vez mais espaço como forma de participar da política de forma colaborativa e salienta que, muitas vezes, canais de informação acabam ganhando credibilidade, como se fossem professores, afetando diretamente os espaços de educação formal.

Além disso, Maia *et al.* (2011) chamam a atenção ao fato de que os estudantes não têm contato com a prática política nas escolas, em rede privada ou pública, o que é também confirmado pelos dados da pesquisa, tendo em vista que o ambiente familiar e a internet são os mais influentes na formação dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia? **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Participação Política**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 19-25, 2012.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 4 abr. 2022.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Riacho da Cruz**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/riacho-da-cruz/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- DAHL, A. Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1972.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAIA, A. J. V. *et al.* Juventude e política: observando a Ufba. *In*: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 169-186.
- MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamentar Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 26, n. 66, 2018.
- MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina. **Dados**, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MOUNK, Yoscha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy: A defense. **Democracy's Value**. Cambridge: Cambridge UP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STABILI, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. **Em Debate**: Periódico de Opinião Pública e Participação Política, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 35-39, 2012.

# O ANALFABETO POÉTICO

José D'Assunção Barros (UFRRJ)<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

---

O Analfabeto Poético  
Não sabe que a verdadeira vida  
Depende da poesia

Ele estufa o peito  
Orgulhoso de sua racionalidade  
E do seu vazio de sentimentos

Lá se vai ele, com seu riso bobo  
e tão previsível  
Sempre pela mesma estrada

Zomba dos que sentem  
Despreza os que fazem versos  
E nunca amou as mulheres  
(No máximo,  
Intrometeu-se entre elas)

O Analfabeto Poético  
Admite a Política, mas não a Poética  
Não sabe que a verdadeira Política  
Depende da Poesia

---

<sup>1</sup> José D'Assunção Barros, doutor em História (UFF), Professor-Associado da UFRRJ e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ.

Pretende mudar o mundo  
Com pequenas operações cirúrgicas,  
A golpe de marteladas,  
Ou com canetas tecnocráticas,  
Mas não tem sensibilidade poética para perceber  
O que precisa ser mudado

## O Analfabeto Poético

Reconhece a Ciência, mas não a Poesia  
Não sabe, ele, que não há ciência  
Sem que haja em si poesia

(Em sua matemática rústica  
Ele confunde ciência,  
Com tecnologia)

Sabe talvez ganhar dinheiro, o Analfabeto Poético,  
E o reverte para ganhar ainda mais dinheiro  
O que tem tudo isso a ver com a Poesia?  
Ele pergunta, sentado sobre uma pilha de escrituras  
E apólices de seguro

Nos restaurantes, pede o prato mais caro, sem capacidade para saboreá-lo  
Compra um sistema de som de alta fidelidade  
Sem ter nenhum gosto para a Música

Ouviu falar que existem mulheres bonitas  
E por isso deseja comprá-las  
Para exibir para outros como ele  
Mas quando consegue aparentemente tê-las  
Não consegue extrair delas um simples sorriso  
Realmente verdadeiro

Ele não percebe que, para que a luz do sol adentre  
A despretensiva janela da sala de pregões da Bolsa de Valores,  
É preciso ter capacidade poética para perceber a luz, para além da luz

O Analfabeto Poético declara-se um homem prático

Por ele, seriam abolidos os livros  
Que não fossem tratados ou manuais

Por ele não haveria música,  
Não haveria pranto  
Não haveria riso...

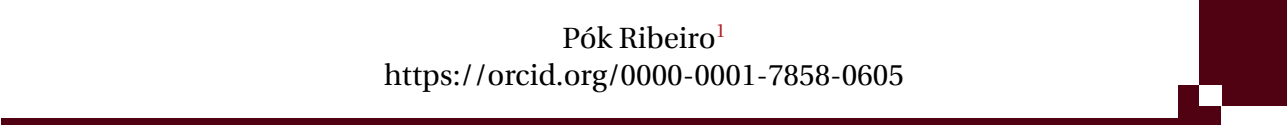
O Analfabeto Poético dissolve-se  
Em meio a todas as banalidades

(Dedicado à genial obra poética, dramática,  
ensaística e política de Berthold Brecht)

# Inadequo-me

Pók Ribeiro<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7858-0605>



Com um sorriso arregaçado,  
Sem compostura;  
Com as pernas abertas, em ventania,  
Sentada pra mim.  
Indefino-me  
Sem cores da moda,  
Com tendências da lua  
E astros afins.  
Indisponho-me  
Nessa lama de regras,  
Obtusas certezas de quem  
Nem sabe de si.  
Eu gargalho e desnudo  
Da alma à pelve,  
Do pé ao umbigo,  
No trajeto que é meu.  
Eu caminho pro vento,  
Sem cabelos voados,  
Com vestido bem leve,  
Insinuando as estrias,

---

<sup>1</sup> Pók Ribeiro é poeta, escritora, professora, coordenadora do Coletivo “Vozes-Mulheres: além das margens”



E os furinhos em desníveis,

Tatuados em mim.

Inexato-me completa,

Porque eu sou pra mim.

Pók Ribeiro

# Resenha de livro de Rachel Holmes: ELEANOR MARX – A Life

Barbara Freitag-Rouanet



O livro resenhado foi publicado em inglês como *Bloomsbury Paperback* em 2014. Dele tomei conhecimento por uma resenha (em português) no Caderno Dois do Jornal O GLOBO em 2021. Trata-se de uma biografia da terceira filha, a mais jovem, de Karl Marx, autor do clássico *Das Kapital* de 1867. Eleanor Marx foi casada com Edward Aveling, com quem viveu boa parte de sua vida, e com quem publicou *The Woman Question: from a socialist point of view* (1886), transformando-se em uma das autoras pioneiras da causa feminista. Contudo, empenhou-se mais em defender as ideias socialistas de seu pai, Karl Marx, cuja obra-prima foi a primeira a traduzir do alemão para o inglês.

Como menina, Eleanor era chamada de Tussy, menina caçula muito inteligente e a predileta do pai, depois desse perder dois filhos homens por doença, ainda antes de atingirem a maioridade. Tussy era autodidata – e aprendeu, já morando em Londres, além do alemão e inglês, a falar o francês e italiano, sem frequentar uma escola ou faculdade. Foi tradutora do livro famoso de Flaubert, *Madame de Bovary*, para o inglês, através do qual se familiarizou com a questão feminista, da mulher europeia, via de regra, criada no meio burguês, de traços paternalistas, inclusive presenciados por ela na sua própria família, na relação de seu pai com a mãe nobre – Jenny von Westphalen – e com as duas irmãs mais velhas malcasadas, apesar dos cunhados socialistas ou social-democratas, que defendiam as mesmas causas de seus pais e irmãs. Durante anos, ajudou a criar os filhos dessas irmãs, chegando à conclusão de que, no contexto da família burguesa (capitalista) do seu tempo, as mulheres são as mais oprimidas. Em documentos escritos (cartas, diários e comentários de jornal) registra a exploração do trabalho feminino (administração e limpeza da casa, educação das crianças, trabalho de cozinha) por ela observado no caso de Lenchen Demuth, a “babá” com quem Karl Marx teria um caso amoroso (diga-se um filho, Freddy Demuth), que não foi admitido por ele, e que Engels assume (a contragosto), como seu próprio filho, para evitar o “escândalo” que se temia, deixando o caso se tornar público. Tussy mesma somente ficou sabendo desse fato depois da morte dos pais.

Assim como se envolveu com a questão feminina tematizada por Flaubert na obra *Madam Bovary*, que termina com o suicídio da personagem principal, assim fica entusiasmada com a peça de Ibsen, “A casa de Boneca” (*The Doll House*) cuja personagem central, *Nora*, emancipa-se, abandonando a família e transformando-se em uma provocação para a ordem burguesa de seu tempo, pois vai trabalhar para ganhar seu próprio sustento, “fora de casa”.

Para nós mulheres do século XXI, isso não nos surpreende, mas na época de Eleanor Marx significava um gesto revolucionário. Verdade é que Eleanor sempre trabalhou mais pela causa socialista (de seu pai) que pela causa feminista (da emancipação de sua mãe), que sofreu enquanto mulher uma gravidez após a outra, perdendo muitos filhos, inclusive pela falta de dinheiro para pagar comida e médicos. Nesse contexto, é bom lembrar que Jenny von Westphalen, além de linda, segundo seus contemporâneos, era de origem nobre, e que além de passar a limpo todos os manuscritos de Marx, vendeu parte da herança (seus talheres de ouro e prata, entre outras coisas) para sobreviver com a família e viabilizar o trabalho do marido na obra *O Capital* que viria revolucionar o mundo.

A biografia de Eleanor Marx, de 509 páginas, dá destaque à relação de Friedrich Engels e Karl Marx, enquanto autores de uma obra conjunta: o marxismo, composta por várias publicações como a *Ideologia Alemã*, *A Contribuição para a Crítica da Economia Política*, *O Manifesto Comunista*, *A Luta de Classes na França*, o *Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte*, sem falar dos volumes dois e três de *O Capital*, publicados após a morte de Karl Marx (em 1883). Mas, além dos destaques da obra conjunta desses dois gigantes do pensamento crítico do sistema econômico-político, implementado na Europa do século XIX e XX, a autora Rachel Holmes dessa biografia, muito elogiada de Eleanor Marx, dá detalhes da presença “paterna” de Engels na vida das filhas de Marx, Eleanor e Laura. Apelidado por elas de “the General”, Engels, que não teve filhos naturais, repassa a elas boa parte de sua herança, permitindo pela primeira vez em suas vidas viver em bairros mais agradáveis (tipo Hampstead) e fora dos *slums* londrinos, que em geral, haviam marcado suas vidas.

Em meio a uma atividade política intensamente marcada por viagens, palestras, publicações de artigos em que, como o pai, Eleanor rechaça o uso da violência por um lado e da anarquia por outro, Eleanor Marx, aos 46 anos, morre envenenada (1898) em sua nova moradia londrina. Fica em aberto se Eleanor foi assassinada pelo companheiro de vida, Edward Aveling, que na véspera havia decidido voltar a viver com sua primeira mulher, da qual não se havia divorciado legalmente e há muito tempo vinha se envolvendo em novos casos amorosos; ou se Eleanor Marx, por depressão e solidão, (sem companheiro e filhos próprios) se sentiu incompreendida por marxistas e se teria suicidado (cf. carta enviada a seu meio irmão Freddy Demuth).

Certo é que o companheiro de antes, Edward Aveling, declarara que ela teria falado e, por vezes, anunciado suicidar-se. Ele consegue convencer a polícia da época da sua versão, passando a viver com uma de suas mulheres amantes (Eva Freye) com parte do dinheiro que Edward “herdou” dos bens de Eleanor recebidos de Engels. Na época, Tussy não foi logo, enterrada no Cemitério de Highgate (de Laurence Bradshaw) de Londres, onde hoje podemos visitar o túmulo de Karl Marx, com suas duas mulheres Jenny von Westphalen e Helen Demuth, e a filha Eleanor Marx, a pioneira da questão feminista, com ênfase na reflexão de que o futuro do socialismo dependerá da participação das mulheres.


Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2022.  
Barbara Freitag-Rouanet

## REFERÊNCIA

HOLMES, Rachel. **Eleanor Marx**: a life. 1. ed. London, New Delhi; New York, Sydney: Bloomsbury Publishing; Great Britain, 2014.

# RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” DE AMARTYA SEN

Deise Cristiane do Nascimento<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-1517-9675>



Amartya Sen é um economista e filósofo indiano, autor do livro *Desenvolvimento como Liberdade*. Sen contribuiu para estabelecer uma interpretação contemporânea acerca do fenômeno do desenvolvimento. Ao estabelecer uma compreensão acerca da avaliação dos estados de uma sociedade em relação ao grau de desenvolvimento. Sua perspectiva conceitual tem enfoque nas liberdades e nas capacidades humanas.

As diversas transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas intensificam as discussões sobre o conceito de desenvolvimento, indicando assim a necessidade de uma revisão conceitual e teórica. Sen compreende que o alicerce do desenvolvimento reside na liberdade como o fim último e o principal meio. Assim, sua análise de volta-se para o que deve ser os verdadeiros fins do desenvolvimento, segundo as capacidades, as liberdades e o bem estar social dos indivíduos.

O processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam é umas das condições para o desenvolvimento de um país, para tanto Sen volta-se para os fundamentos da teoria da igualdade ou teoria da justiça. Além disso, deve-se levar em consideração os indicadores de desenvolvimento como a renda e a riqueza, os quais são meios para se obter o que desejam e não podem ser negados.

Contudo, o reducionismo dos conceitos tradicionais contabilizam o desenvolvimento como sendo o crescimento do produto nacional, à industrialização, o avanço tecnológico ou à modernização social. Decorrente do crescimento da produtividade média do trabalho, ou seja, as oscilações na produtividade modificam a forma como se distribui e utiliza a renda.

Na abordagem do desenvolvimento como liberdade, a capacidade de se viver uma vida melhor e sua relação com a riqueza econômica deve ser compreendida no contexto da relação existente entre a renda, a riqueza e o consumo de bens, por um lado, e as capacidades humanas, por outro. Na visão de Sen o aumento da renda pessoal pode ser tanto um meio importante para se desenvolverem as capacidades das pessoas quanto um resultado provável desse desenvolvimento. Por sua vez, as carências de capacidades pessoais estão habitualmente relacionadas à baixa renda. Sendo assim as rendas e as capacidades se afetam reciprocamente.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia - PPGecoH/UNEB. E-mail: [deisecristiane2005@gmail.com](mailto:deisecristiane2005@gmail.com).

Sobre um olhar contemporâneo Sen menciona que o do bem-estar social e as liberdades que possam ser desfrutada, sendo que as pessoas possuem capacidades crescentes de ser e fazer aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar. A ideia da capacidade compreende as aptidões reais das pessoas, logo confere um papel central na valorização das coisas que uma pessoa pode fazer.

Dessa forma, a capacidade de uma pessoa pode ser definida como sendo a atividade ou estado que valorize o fazer ou ser, são as realizações de um indivíduo. No entanto, as capacidades não se restringem as realizações, pois, não iriam dessa forma incorporar a noção de oportunidade.

Para Sen (2010) as oportunidades reais são aquelas disponíveis, segundo suas alternativas ou as opções ao alcance da escolha do indivíduo. Já, os processos são as circunstâncias, os contextos, as instituições que levam o indivíduo a poder escolher.

Em seu entendimento sobre o aporte teórico que aponta para um núcleo de ideias que formam o significativo do desenvolvimento, sobre o ponto de vista da privação da liberdade. Esta surge em razão dos processos inadequados como a violação do direito ao voto, ou de oportunidades inadequadas como a capacidade de escapar de morte prematura, morte evitável ou fome involuntária.

A pobreza como privação de capacidades não despreza a relação instrumental entre baixa renda e a baixa capacidade. Contudo, não se pode suprir a necessidade de uma compreensão da natureza e das características da pobreza. Dessa forma, Sen demonstra que a relação renda e capacidade deve-se atenção aos meios. As privações são vistas como nível fundamental, as quais consistem em outras variáveis além da renda.

A perspectiva da capacidade refere-se a natureza das características da pobreza e privação, esse entendimento agrega as condições sociais nas quais as pessoas se encontram decorrente dos fatores climáticos, ausência de políticas públicas, insegurança e violência, doenças endêmicas, pelos papéis sexuais e sociais, idade, localização e por outras variáveis que limitam as pessoas.

A principais formas de liberdade instrumental, analisadas por Sen são: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Assim as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Seu objetivo é a avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas, o desenvolvimento ocorre quando não há privações.

Dessa forma as liberdades políticas, incluindo o que se denominam os direitos civis, são as oportunidades, nas quais as pessoas através do voto escolham seus governantes dentre os diferentes partidos políticos, expressem suas críticas, fiscalizem os atos de seus governantes, liberdade de expressão política, de imprensa livre sem censura, no sentido mais abrangente das escolhas individuais.

As facilidades econômicas são as oportunidades nas quais os indivíduos tem para empregar os recursos econômicos com o propósito de consumo, produção ou troca, o que dependerão dos seus recursos disponíveis, assim como as condições de troca, o papel dos

preços relativo e as estruturas de mercados. O modo como a renda adicional é distribuída, o acesso e disponibilidade de financiamento rebate no desenvolvimento da sociedade.

As oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, dentre outras, que influenciam a liberdade substantiva do indivíduo no que concerne a melhoria das condições do modo de vida. Assim, essas oportunidades facilitam a condução da vida privada e a participação efetiva nas atividades econômicas e políticas.

As garantias de transparência são condições de sociabilidade, onde destaca-se a sinceridade que as pessoas podem esperar. Assim a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de clareza. A segurança protetora é uma rede de segurança social com a finalidade de assegurar que a população afetada pela privação oriundas das mudanças materiais seja reduzida a miséria objetiva, ou mesmo a morte decorrente da fome.

Não menos importante do que as já mencionadas formas de liberdade, Sen destaca a ausência de escolha de emprego e a forma de trabalho, a tirania pode ser, em si, uma privação fundamental. Pois, a emergência da liberdade de emprego é vista como um progresso indispensável. A escravidão mascarada, a negação de direitos trabalhistas, trabalho infantil, impedimento à procura do emprego, dentre outras são algumas das ausências de liberdade no mercado de trabalho.

Frente as diversas percepções acerca da definição do que é o desenvolvimento pode-se dizer que ele é o aumento da capacidade que a pessoa humana dispõe para atingir o seu fim último, a sua felicidade. No contexto da abordagem das capacidades humanas, o termo desenvolvimento, cujos fins devem ser as pessoas mesmas, com os seus objetivos, estilos e qualidades de vida. Nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação.

O conceito de desenvolvimento é dinâmico, se renova de acordo com as mudanças decorrentes da vida, insurgem das relações do sistema capitalista. Um processo que supera a acumulação de bens e serviços, que vai além do processo de produção, transpassa pelas relações sociais entre classes, e rebate nas melhorias contínuas e nos valores sociais.

Com o propósito de compreender a dinâmica do desenvolvimento deve-se levar em consideração os valores éticos, sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos. Considerando a realidade social do país e a luz dos direitos humanos e socioeconômicos, o que se distingue da recuperação do impossível e do progresso da dependência.

Com efeito, as pessoas são os agentes da mudança, segundo seus valores e objetivos, sendo membro público e participante de ações sociais, políticas e econômicas. Assim, o desenvolvimento esta voltado para as capacidades das pessoas, é um compromisso com as possibilidades de liberdade.

Os altos níveis de crescimento de um país necessariamente podem não repercutir em indicadores sociais satisfatórios, tal como menor expectativa de vida, maior taxa de mortalidade infantil e a maior taxa de fertilidade. O crescimento da pobreza diante da Covid-19, contribuiu para o agravamento das desigualdades sociais. Assim, a governança participativa e a discussão pública podem contribuir para transformação das relações de poder e das estruturas sociais

## REFERÊNCIAS

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Reitor:** José Daniel Diniz Melo

**Vice-reitor:** Henio Ferreira de Miranda

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretora:** Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues

**Vice-diretor:** Prof. Josenildo Soares Bezerra

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Coordenador:** Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

**Vice-coordenador da Pós-Graduação:** Prof. José Antonio Spinelli

**CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Editor-gerente:** Prof. José Antonio Spinelli

**Coeditora:** Profa. Lore Fortes

**Assistente Editorial:** Letícia França

**Auxiliares de Editoria:** Luana Araújo, Tiago Souto Bezerra,  
Geovane de Souza Almeida e Marcelha Pereira da Silva.

**ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “GÊNERO E SEXUALIDADE II: GÊNERO, ESTÉTICAS E PERFORMANCES”**

Profa. Lore Fortes (UFRN)

Profa. Anna Christina Freire Barbosa (UNEB)

**COMISSÃO EDITORIAL**

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Karlla de Araújo Souza, UERN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Amaury Cesar Moraes – USP

Boaventura de Sousa Santos – Universidade Coimbra

Denise Machado Cardoso – UFPA

Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP

Evaldo Vieira – USP

Jessé Souza – UFABC

João Emmanuel Evangelista – UFRN

John D. Lemons – New England University – USA

José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Almeida – UFRN

Mauro Koury – UFPB

Michel Zaidan Filho – UFPE

Teresa Sales – UNICAMP

Vincent de Gaulejac – Université Paris 7 (FRANÇA)

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretora:** Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues

**Diagramador:** Victor Hugo Rocha Silva

**Revisora:** Karla Geane de Oliveira

**Bolsista de Revisão:** Janaína Moreno Matias

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN**

**Secretária:** Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Revisora de Língua Portuguesa:** Fabíola Barreto

**Revisora de ABNT:** Edineide Marques

**Diagramador:** Ian Medeiros

**IMAGEM DE CAPA – RENASCIMENTO:** Bonsai da vida e mulher resistência.

Para curar-se é preciso renascer. Autor: Gigio Almeida, o poeta dos espaços.

Escultura Bonsai e instalação em Arte Ambiental. Obra premiada no Salão Doryan Gray 2002.

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

---

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN,  
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino – Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos. 6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

---

**CRONOS** – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA  
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970  
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>  
E-mail: [cronospoggcs@gmail.com](mailto:cronospoggcs@gmail.com)  
NATAL, RN – BRASIL

## NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

---

### REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da  
UFRN – SEDIS  
Junho de 2022

---